

UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DOCENTE PARA A
EDUCAÇÃO BÁSICA

MÔNICA SOARES ROCHA

FORMAÇÃO DO JOVEM DO ENSINO MÉDIO PARA A VIDA E O TRABALHO

UBERLÂNDIA - MG

2021

MÔNICA SOARES ROCHA

FORMAÇÃO DO JOVEM DO ENSINO MÉDIO PARA A VIDA E O TRABALHO

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação: formação docente para a Educação Básica da Universidade de Uberaba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Práticas Docentes para Educação Básica.

Orientador: Prof. Dr. Cilson César Fagiani.

Área de Concentração: Educação.

UBERLÂNDIA - MG

2021

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

R582f Rocha, Mônica Soares.
Formação do jovem do ensino médio para a vida e o trabalho /
Mônica Soares Rocha. – Uberlândia-MG, 2021.
136 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de
Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente
para a Educação Básica.

Orientador: Prof. Dr. Cílson César Fagiani.

1. Educação básica. 2. Ensino médio. 3. Educação de jovens –
Formação. I. Fagiani, Cílson César. II. Universidade de Uberaba.
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação:
Formação Docente para a Educação Básica. III. Título.

CDD 370

MÔNICA SOARES ROCHA

**FORMAÇÃO DO JOVEM DO ENSINO MÉDIO PARA A VIDA E O
TRABALHO**

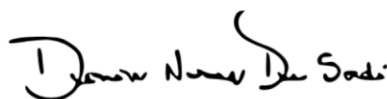
Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em 15/03/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cílon César Fagiani
(Orientador)
Universidade de Uberaba – UNIUBE



Prof. Dr. Denise Nunes De Sordi
Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e
Tecnológico - CNPq



Prof. Dr. Sandra Gonçalves Vilas
Bôas
Universidade de Uberaba – UNIUBE

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade em trilhar esse caminho único e de grande aprendizado, por ser uma força espiritual que me acompanha em todas as minhas trajetórias de vida. E ao longo do mestrado, foi mais um alento em horas difíceis.

À minha **mãe, Georgeta Terezinha Soares Rocha** (*in memoriam*), por me apoiar sempre em decisões e me mostrar os bons caminhos, com exemplos de vida que me acompanham desde a infância, em uma relação de dedicação, amizade, sensibilidade e amor que colocava em tudo que fazia em vida. Meu exemplo de ser humano, que será lembrado diariamente com muito carinho e gratidão. Agora que não tenho mais sua companhia, fica a lembrança de momentos felizes, sempre regados de muitos ensinamentos. Agradecida por compartilhar uma existência com uma pessoa tão especial.

À minha família, irmãos, irmãs e agregados, por apoiarem e compreenderem este período como um marco para meu conhecimento.

Ao meu companheiro, Allan José de Souza Silva, por me apoiar com sua determinação em tudo que faz. Trouxe-me grande aprendizado com suas intervenções em ocasiões confusas e de reflexões, da importância de seguir mais esta etapa em minha vida.

Ao Prof. Dr. Cilson César Fagiani, orientador, pela competência e pelas orientações que proporcionaram intensas reflexões e questionamentos acerca dos contextos apresentados, e pela dedicação tão pontual nos momentos de indecisões.

Aos meus colegas de sala do mestrado, que me deram força para esta caminhada, com seu carinho e amizade. Nossos encontros nas aulas oportunizaram diálogos e trocas, carinho e respeito. Alguns agora fazem parte da minha vida e permanecerão para sempre no meu coração.

Aos meus colegas de trabalho, na Universidade Federal de Uberlândia – Hospital de Clínicas, pelo incentivo, compartilhamento e apoio.

Às Professoras Denise Nunes de Sordi e Sandra Gonçalves Vilas Bôas, membros da Banca Examinadora, por orientações e encaminhamentos que enriqueceram a pesquisa.

RESUMO

O presente estudo é resultado de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação: Formação Docente para Educação Básica – UNIUBE, com abordagem qualitativa de natureza bibliográfico-documental, consultada em material impresso e digital, textos e literaturas disponíveis de estudos anteriores. Apresenta em seu desenvolvimento o estudo de contextos que permeiam a formação do indivíduo em fase de adolescência e juventude, contribuindo para o “pensar” da trajetória de vida. Diante da conclusão da Educação Básica, os jovens já devem ter em mãos um planejamento de seus projetos de acessos dentro da sociedade, dentre eles, formação continuada e seus projetos individuais. Para tanto, uma formação qualificada nesta etapa, com suporte e direcionamento, pode contribuir para escolhas certas, possibilitando uma travessia de êxito. Nosso sujeito de estudo, o jovem, deve ser amparado neste momento com informações intelectuais e de autoconhecimento para que suas decisões e escolhas tenham coerência com sua história e possam atender a anseios e ofertas da construção individual e coletiva, dos eventos sociais em suas constantes mudanças. O nosso objeto está pautado na LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 22, Lei nº 9.394/96), que referencia a preparação para o trabalho e para ações de cidadania como uma das finalidades da Educação Básica e também responsabilidade da escola; e em autores como Fagiani (2014, 2016, 2019); Alarcão (2001); Delors (1999); Freire (2007); Marx (2004); Tardif (2005, 2008); Saviani (1984, 1991, 2003, 2007, 2012, 2019), Vigotsky (1977, 1996), entre outros. Consequentemente, esse momento de escolhas e decisões de trajetórias coincide com a fase em que os jovens se encontram em processo de conclusão da Educação Básica. Neste estudo, propomos perspectivas de uma formação que garanta ao jovem a possibilidade de se realizar enquanto indivíduo em seu trabalho, além de sonhar e construir novos mundos possíveis para o coletivo, com conhecimentos prévios. Compreendemos, dentro dos contextos apresentados nesta pesquisa, que os jovens constituem pautas de diálogos nos espaços escolares. Os resultados apontam para a necessidade de uma maior organização das escolas e da disponibilidade de seus recursos humanos em promover momentos de diálogos entre os atores desse cenário. Nosso produto, resultado deste estudo, viabiliza a proposta dessa formação dentro da escola, com a participação de um profissional eleito educador da ação, integrante da gestão escolar, que apresente habilidades para o evento proposto.

Palavras-chave: Educação Básica. Ensino Médio. Formação de Jovens. Projetos de vida. Trabalho.

ABSTRACT

The present study is the result of a research developed within the scope of the Postgraduate Program in Education: teacher training for Basic Education - UNIUBE, with a qualitative approach of bibliographic-documental nature, consulted in printed and digital material, texts and available literature of studies previous ones. In its development, it presents the study of contexts that permeate the formation of the individual in adolescence and youth, contributing to “think” the life trajectory. In view of the conclusion of Basic Education, young people should already have in hand a plan for their access projects within society, including continuing education and their individual projects. Therefore, qualified training in this stage, with support and direction, can contribute to the right choices, enabling a successful journey. Our subject of study, the young person, must be supported at this moment with intellectual and self-knowledge information so that their decisions and choices are consistent with their history and can meet the desires and offers of individual and collective construction, of social events in their constant changes. Our object is guided by the LDB - Laws of Guidelines and Bases of National Education (art. 22, Law nº 9.394 / 96), which references the preparation for work and for citizenship actions as one of the purposes of Basic Education and also responsibility the school and in authors such as FAGIANI, 2014, 2016, 2019; ALARCÃO, 2001; DELORS, 1999; FREIRE, 2007; MARX, 2004; TARDIF, 2005, 2008; SAVIANI 1984, 1991, 2003, 2007, 2012, 2019; VYGOTSKY, 1977, 1996, among others. Consequently, this moment of choices and trajectory decisions coincides with the phase in which young people are in the process of completing Basic Education. In this study, we propose perspectives for training that guarantees young people the possibility of fulfilling themselves as an individual in their work, in addition to dreaming and building new possible worlds for the collective, with prior knowledge. We understand, within the contexts presented in this research, that young people constitute guidelines for dialogues in school spaces. The results point to the need for greater organization of schools and the availability of their human resources to promote moments of dialogue between the actors in this scenario. Our product, the result of this study, enables the proposal of this training within the school, with the participation of an elected professional who facilitates the action, a member of the school management, who presents skills for the proposed event.

Keywords: Basic Education. High school. Youth Training. Life projects. Work.

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS

ABRACEC	Associação Brasileira Central de Educação e Cultura
AFIN	Ações Formativas Integradas
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CV	<i>Curriculum Vitae</i>
D.A.	Diretório Acadêmico
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
HCU	Hospital de Clínicas de Uberlândia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPSEMG	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
PNJ	Política Nacional de Juventude
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria

SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social de Transporte
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNIUBE	Universidade de Uberaba

SUMÁRIO

1 MEMORIAL ACADÊMICO	11
1.1 Considerações iniciais.....	11
1.2 Momento atual.....	13
1.3 Referências para a educação – contexto familiar.....	14
1.4 Ensino formal	16
1.4.1 Ensino 1º Grau (Ginasial).....	19
1.4.2 Ensino 2º Grau (Colegial).....	20
1.4.3 Ensino Superior.....	21
1.5 Atuação profissional.....	22
2 INTRODUÇÃO	25
2.1 Tema.....	25
2.2 Questão de estudo: delimitando o problema.....	25
2.2.1 Justificativa.....	25
2.3 Objetivos.....	45
2.3.1 Objetivo geral.....	45
2.3.2 Objetivos específicos.....	46
2.4 Procedimentos da pesquisa.....	46
2.5 Metodologia do produto.....	48
2.5.1 Produto - Formação dos jovens para vida e o trabalho: sensibilizando escolhas.....	48
2.5.2 Metodologia do produto educacional.....	50
3 TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	52
3.1 Breves perspectivas sobre o histórico educacional no Brasil a partir do século XX.....	54
3.2 Educação Profissional, no Brasil.....	59
4 OS JOVENS E OS CAMINHOS PROFISSIONAIS	61
4.1 Uma escolha de múltiplas possibilidades.....	63
4.2 Juventude e mercado de trabalho.....	66
4.3 Desenvolvimento pessoal e habilidades socioemocionais: a vocação como guia de escolhas.....	70

5 MERCADO DE TRABALHO: ASPECTOS LEGAIS.....	75
5.1 Constituição Federal de 1988.....	75
5.2 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.....	77
5.3 Leis e Diretrizes de Base para a Educação - LDB.....	78
5.4 Lei “Aprendiz Legal”.....	79
5.5 Decreto nº 5.598/05.....	80
6 CULTURA ESCOLAR E AÇÃO DOCENTE.....	83
7 JOVENS E JUVENTUDE – PROTAGONISMO.....	94
8 O PRODUTO: SENSIBILIZANDO O JOVEM EM IDADE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO SOBRE ESCOLHAS PROFISSIONAIS E PROJETOS DE VIDA.....	102
8.1 Objetivo geral.....	103
8.2 A quem se destina.....	104
8.3 Número de vagas.....	104
8.4 Local de realização.....	104
8.5 Metodologia.....	104
8.6 Considerações para aplicar o produto.....	105
8.7 Os encontros – roteiros propostos.....	106
8.7.1 O primeiro encontro - “É chegada a hora - atribuindo sentido à atividade”.....	106
8.7.2 O segundo encontro – “Vamos nos conhecer?”.....	108
8.7.3 O terceiro encontro – “As profissões e as práticas sociais”.....	109
8.7.4 O quarto encontro – “Projetos de vida – pensando as trajetórias”.....	111
8.7.5 O quinto encontro – “Projetando sonhos - definindo metas”.....	113
8.7.6 Os demais encontros.....	115
8.7.7 Atividades dos educadores.....	115
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS.....	120
APÊNDICES.....	129

1 MEMORIAL ACADÊMICO

*“Escrever é... Emprestar as mãos à nossa alma,
para que ela possa falar.”*

Gabi Ribas

1.1 Considerações iniciais

Para a construção deste memorial, contextualizo minha trajetória de vida com o registro dos fatos mais relevantes desde meu nascimento até a presente data. Buscando os recursos da memória de vida, traduzirei meus momentos – pois, de acordo com Santos (2003),

Podemos compreender a memória como sendo qualquer forma de pensamento, percepção ou prática que tenha o passado como sua principal relevância. A memória de experiências passadas está presente em cada palavra que dizemos, em cada passo que damos ou em cada sonho que construímos. Ela está presente no pensamento, nos sentimentos e percepções, bem como na imaginação. Tudo o que sabemos ou que podemos aprender se deve às memórias que possuímos ou que iremos adquirir. (SANTOS, 2003, p. 273).

Um dos grandes desafios do ser humano ao longo de seu desenvolvimento é conseguir a realização pessoal e profissional, adequando seus objetivos de vida às necessidades individuais e coletivas. Assim, nesta narrativa escrevo sobre os caminhos que percorri até chegar aos dias atuais.

O memorial é um instrumento pessoal capaz de contextualizar o cenário no qual estou inserida, como a representação de um desenho da estrutura da realidade na qual busquei ferramentas e vivenciei as situações que construíram o espaço e a minha ambiência, evoluindo até o presente. Conseqüentemente, é este o momento de reviver, em lembranças, sentimentos de felicidades, tristezas, indignação, sucesso, derrotas, descréditos, surpresas e muitas outras emoções e experiências misturadas e sem denominação.

Remeto-me a muitos fatos ocorridos, com a consciência de que todos esses estados de sentimentos acima apresentados foram primordiais para reflexões de épocas em que pude responder por meus atos, e outras nas quais, ainda sem autonomia e maturidade, recorri ao suporte das redes de apoio que me norteavam nas decisões, como família, vizinhança, escola e outras. Desta forma, evidencia-se nesta trajetória a construção de uma conduta ética,

potencializada pelo meu desejo de contribuir para a construção de um mundo “socialmente justo”, buscando qualificar a existência e legitimar o legado.

Percebo, nitidamente, que minha formação foi pautada para o desenvolvimento da cidadania, pela herança da educação obtida nas instituições responsáveis pelo meu desenvolvimento – refiro-me a instituições como escola, família, igreja e outras.

Muito me alegram as horas que aqui são dedicadas exclusivamente para pensar o meu mundo e transportar-me às lembranças guardadas, com anseios e aprendizados. Na construção deste material resgato em minha lembrança pessoas que foram importantes. Enumerá-las aqui? Não o farei, esquivando-me da injustiça com os que não poderia mencionar neste curto espaço.

Percebo este memorial como uma experiência surpreendente, um grande presente, apesar de entender as dificuldades para a construção das memórias de tais narrativas em meio a tantas outras atividades urgentes a serem contempladas em um contexto que nos cobra atualização, comunhão, religiosidade, profissionalismo, atuação social e mais. Ainda assim, procuro ser fiel a este tempo, a fim de legitimar minha identidade.

Nunca havia realizado este exercício de reflexão da minha caminhada, ainda mais com a oportunidade de definir e descrever as concepções que guiam meu mundo. Atento-me à importância dos fatos até aqui vivenciados e deste registro da minha história de vida. Refiro-me a imagens, amuletos, músicas e à memória emocional como apontamentos que permeiam tempo e espaço e, sempre que necessário, nos transportam para as nossas gavetas por vezes abertas, por vezes fechadas.

*“...dê asas ao amor
que vive dentro de todo bom coração
Pro mundo ser mais bonito
em cada palmo de chão...”*

Se meu jardim der flor / Boca Livre

Sinto-me confortável em compartilhar a transcrição dos fatos da minha vida. Particularmente, traduzem os sentimentos de amor, alegria, saudade, fé e, sobretudo, gratidão. Este memorial pode tornar-se um **monumento** e ser inspiração para muitos leitores. Será de grande afetividade principalmente para as pessoas que me têm apreço.

Trarei referências de alguns trechos de músicas que fizeram e fazem parte da minha trajetória de vida e que sempre me serviram de alento. Com e por meio delas cantei, refleti, chorei, incorporei e me transformei. A citação abaixo contextualiza essa afirmativa:

*“...Certas canções que ouço
cabem tão dentro de mim
que perguntar carece
Como não fui eu que fiz?”*

Certas Canções / Milton Nascimento

1.2 Momento atual

No momento em que construo este memorial, estou inserida em um Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para Educação Básica na Universidade de Uberaba, o qual teve início em fevereiro de 2019. Este é um período de grande importância para a minha vida pessoal e profissional. Vislumbro esta fase como um marco, uma grande oportunidade que irá agregar conhecimentos ao meu capital intelectual e fará uma revolução em minha trajetória.

Ressalto a importância de buscar esse conhecimento e valorizar o processo de mudança, tão necessário para a transformação social e estrutural do sistema no qual estamos inseridos. A educação é uma fonte de crescimento que potencializa e facilita a inserção nas ações da sociedade, além de desenvolver a responsabilidade cidadã inerente a cada ser humano.

Além dos estudos do mestrado, sou funcionária pública federal desde o ano de 2006. Nesse ano, fui aprovada no concurso da Universidade Federal de Uberlândia, e passei a ocupar uma vaga no Hospital de Clínicas dessa instituição. Atuo como Assistente Social, desenvolvendo minhas práticas com pacientes internados nas enfermarias em situações de vulnerabilidade social e com necessidades de orientações para acesso e garantia aos seus direitos enquanto cidadãos.

Tenho como suporte ao desenvolvimento do meu trabalho as Políticas Públicas das redes municipal, estadual e federal, às quais recorro rotineiramente. Trabalho ainda como plantonista no Pronto Socorro desse hospital, com pacientes em atendimento de urgência e emergência em saúde.

Minha profissão de Assistente Social requer uma atualização constante, tanto intelectual quanto no conhecimento das Políticas Públicas implementadas pela gestão desse universo abrangente e globalizado. Para tanto, o campo da Educação como área de concentração para o mestrado está sendo de grande utilidade em meu processo de evolução profissional.

1.3 Referências para a educação – contexto familiar

Minha escolha para o mestrado na área da Educação tem referências familiares: sou filha, irmã e sobrinha de professores. O assunto “educação” e seus contextos sempre fizeram parte das longas conversas em família. Em minha casa as histórias relacionadas à Educação estavam constantemente presentes. Todos os meus familiares professores atuaram no Ensino Básico em escolas estaduais.

Sendo a família uma instituição social com responsabilidade na formação de seus integrantes para a vivência salutar em sociedade, contextualizo a minha: sou a nona filha de uma família de dez. Família grande com ascendência de famílias também numerosas, tanto por parte de pai, quanto de mãe.

Minha família materna é natural da cidade de Itumbiara-GO e a paterna, de Tupaciguara-MG. Meu pai era comerciante e minha mãe, professora. Dessa família composta de 12 pessoas, contando com os meus pais, hoje somos apenas sete – os demais faleceram. Foram muitas perdas que deixaram graves consequências emocionais neste trajeto, mas que são superadas a cada dia, ainda que eu conviva sempre com a saudade e as faltas.

A família sempre foi minha referência de vida. Muitos fatos envolvendo cada integrante foram vividos e experienciados como um aprendizado, que acrescentaram muito para meu crescimento e minha formação como ser humano. Fatos diferentes e contextos diversos me ensinaram. Cito aqui minha mãe para representar o dito.

O que descreve minha mãe: valor, força e delicadeza. Tenho muito orgulho dessa relação, que era demonstrada nas situações cotidianas. Minha mãe foi muito presente em todas as fases da minha vida e nas de meus irmãos. Apresentava aptidão e sensibilidade para trabalhos manuais e escritos, e sempre me entregava um agrado feito por suas próprias mãos, como o desenho de uma foto minha, feito com lápis de cor, ímãs de geladeira confeccionados por ela, da Mônica (referência do meu nome e personagem do escritor Maurício de Sousa) e outros mimos constantes.

Tinha um fino trato com as pessoas, sua conversa era delicada e em tom suave. Ao estar com ela, o encontro com a paz era certo. Como meu pai faleceu ainda novo, ela passou a ser a responsável pela educação dos filhos e pelo sustento de toda a família. Vivemos uma situação financeira sempre com economia, priorizávamos o necessário. O que nos faltava não era essencial, tínhamos tudo que necessitávamos para uma vida saudável.

Diante dos fatos e desse contexto, fui educada de forma que me relaciono bem com o processo de divisão e de aceitação da diversidade, característica que desenvolvi com a

convivência e a habilidade nas relações interpessoais com uma família composta de muitos integrantes. Havia constantemente uma cobrança para as práticas de vida voltadas para a ética e a conduta assertiva. As práticas consideradas inadequadas para esse padrão eram pontuadas em tempo hábil e deviam ser rapidamente corrigidas. Família numerosa com filhos criados do mesmo jeito, mas que apontam características diferentes.

Até os quatro anos de idade contei com a presença da minha mãe em casa, mas após o falecimento do meu pai ela precisou trabalhar fora. Ao ingressar no mundo do trabalho, aos 40 anos, foi obrigada a dividir a responsabilidade do cuidado dos filhos menores com suas filhas mais velhas.

Dos fatos que marcaram minha infância, com certeza a perda do meu pai quando eu tinha apenas quatro anos, do qual tenho vagas lembranças, foi o mais sentido. Acredito que sua falta foi superada pela força da minha mãe e de meus irmãos. Mas, claro, faltou ele para participar da evolução do que me tornei. Sinto sua ausência tanto em momentos de tristezas quanto nas alegrias que me cercam.

Apesar dos desafios, minha infância foi coberta de muito carinho e brincadeiras, sempre com a presença de amigos, na rua, em casa e na escola. Fui uma criança tímida, mas sempre com direito à fala quando desejado, principalmente nos momentos de nossas refeições em família. Essa liberdade de manifestar o meu posicionamento em qualquer assunto dentro da convivência familiar se estende até os dias atuais, e uso da fala para me posicionar em todos os lugares quando desejo ou preciso.

Não vivemos somente de fatos bonitos, e nesta trajetória aprendemos muito com as dificuldades, mas tínhamos uma família como sustentáculo – e essa base familiar pode transformar o mundo com exemplos nas relações interpessoais. Muitas histórias contadas, muitas risadas e uma convivência salutar que ainda faz parte da nossa rotina. A memória sempre remete a essas lembranças felizes.

Atualmente vivo com meu esposo, que me fortalece na caminhada e me incentiva neste momento de mudanças, mesmo sabendo que deixarei de participar de algumas atividades familiares para me empenhar nessa transformação intelectual. Aprendemos muito juntos, unimo-nos para busca de nosso bem-estar e felicidade, assim como de nossos familiares.

Finalizo este relato sobre o contexto familiar feliz em rememorar várias situações vividas, entendendo que estas se fazem presentes para fortalecimento das relações e servem como norteadores de condutas para a humanização coletiva. Com o objetivo de não me alongar, deixo fora deste registro muitos fatos importantes que vieram à tona nesta

experiência de retomada da memória. Ainda que não estejam presentes aqui, outras pessoas, situações e experiências foram importantes para a construção de quem sou hoje, e o exercício de lembrar tudo desde o início foi muito prazeroso.

*“...Há um vilarejo ali
 Onde areja um vento bom...
 Lá o tempo espera, lá é primavera
 Portas e janelas ficam sempre abertas
 Pra sorte entrar
 Em todas as mesas pão
 Flores enfeitando
 Os caminhos, os vestidos
 Os destinos e essa canção
 Tem um verdadeiro amor
 Para quando você for...”*
Vilarejo | Marisa Monte

1.4 Ensino formal

Nas décadas de 1960/1970 o sistema educacional brasileiro apresentava uma divisão por etapas. A Educação Básica compreendia as etapas do Ensino Primário, Ginásial e Colegial. O Ensino Primário, período inicial do aluno, com estudos do 1º ao 4º ano, geralmente era concluído com idade entre nove e dez anos. O ciclo seguinte, Ginásio, também era cursado em quatro anos, de 5ª a 8ª séries. O próximo, Ensino Colegial, era composto por três anos. Concluída essa etapa do Colegial, que fechava o ciclo da Educação Básica, a fase seguinte era a Universidade, destinada aos alunos com pretensão de cursar o Ensino Superior.

Na escola pública da década de 1970, os alunos começavam a estudar com idade de seis para sete anos, sem obrigatoriedade de matrícula, e traçava-se um processo comportamental de não reflexão. Ainda “na década dos anos 70”, as informações eram expressamente controladas e, segundo o censo deste mesmo ano, apenas quatro milhões de lares no Brasil possuíam televisão. Por esse motivo, era por meio do rádio que as famílias buscavam informações e notícias, e nesse veículo o Governo fazia propaganda sobre o Brasil, formando aliança entre o Estado militar e o capital.

A Lei n. 5.692/71 (BRASIL, 1971) instituiu mudanças expressivas na Educação brasileira. Vale a pena sublinhar que a Constituição vigente definia a Educação Primária como o nível de frequência compulsória e cujo direito de acesso era obrigação do Estado. Nesse contexto, a legislação de 1971 definiu o ensino de 1º Grau como sendo equivalente ao

Ensino Primário e Ginásial e demarcou que a disposição constitucional relativa ao Ensino Primário aplicar-se-ia ao Ensino de 1º Grau. Ainda que a emergência da nova legislação estivesse com movimento prévio de crescente oferta do Ensino Ginásial público, em especial nos grandes centros urbanos, é inegável que o novo preceito legal colocava desafios expressivos em termos de incorporação de novos contingentes de alunos, recém-inaugurado no esquema de educação compulsória de oito anos (Quadro 1).

Quadro 1: Estrutura do Sistema Educacional Brasileiro após a Reforma de 1971

Nível	Duração	Faixa etária
Pré-escola	3 anos	De 04 a 6 anos
1º Grau - obrigatório	8 anos	De 07 a 14 anos
2º Grau	3 anos	De 15 a 17 anos
Ensino Superior	Variável	Após 17 anos

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Cabe trazer a este estudo as considerações de Zinet (2016) em relação à estruturação do Sistema Educacional do nosso país:

A Constituição de 1967 alterou essa estrutura, instituindo a Educação Básica como obrigatória durante 8 anos, influenciando uma reforma na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação aprovada em 1971, que implementou um modelo mais próximo com o que existe atualmente.

Essas alterações tiveram como efeito um aumento significativo no número de matriculados nas escolas, uma vez que a ditadura tornou o ensino obrigatório. A expansão que se seguiu a tal medida, entretanto, não foi acompanhada por aumento das verbas. (ZINET, 2016).

Zinet (2016) continua o artigo expondo palavras de Roberto Campos:

O ex-ministro do Planejamento, Roberto Campos (1964-1967), afirmou durante o seminário “A educação que nos convém”, realizado em 1968, que a intenção do governo era formar os filhos dos pobres até o Ensino Médio, apenas para qualificar a mão de obra. A universidade era um local destinado para as elites.

“A educação secundária de tipo propriamente humanista devia, a meu ver, ser algo modificada através da inserção de elementos tecnológicos e práticos, baseados na presunção inevitável de que apenas uma minoria, filtrada no ensino secundário ascenderá à universidade; e para a grande maioria, ter-se-á que considerar a escola secundária como uma formação final”, afirmou Campos. (ZINET, 2016).

Contrariando a afirmativa do ex-ministro do Planejamento Roberto Campos (1964/1967), de que “[...] a Universidade era local destinado às elites”, aqui me reporto. Minha inserção na Educação começou aos sete anos de idade, no primeiro ano primário, em

1969. Nessa ocasião as crianças somente poderiam ser matriculadas no Ensino Primário com sete anos.

Minha primeira escola foi o Grupo Escolar Bom Jesus, hoje Escola Estadual Bom Jesus, instituição de Ensino Fundamental situada no bairro Tabajaras, na cidade de Uberlândia-MG. Naquela época a escola funcionava nos três períodos – matutino, vespertino e noturno – sendo essa divisão da seguinte forma: no período da manhã salas dos 3º e 4º anos, no período vespertino 1º e 2º anos, e no noturno acontecia o atendimento do Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização, programa de alfabetização de adultos (atualmente essa modalidade de alfabetização é um dos princípios da EJA - Educação de Jovens e Adultos).

Nessa época, eu me deslocava até a escola sozinha, a pé, já que ela ficava em uma rua paralela à da minha residência, no mesmo alinhamento. A escola tinha uma praça, que ocupávamos como cenário para as brincadeiras com amigos da vizinhança fora do horário das aulas.

O que mais me chama atenção ao remeter-me aos primeiros momentos da escola é que eu participava voluntariamente de atividades diferentes: teatro, banda de música, quadrilha, confecção de trabalhos manuais e ainda outras que me fogem à memória. Havia, além das atividades curriculares dentro das salas de aulas, atividades em outros espaços e eu me inscrevia em todas ofertadas. Essas ações da escola despertavam meu interesse e hoje percebo que tais momentos eram propícios para o aperfeiçoamento das relações interpessoais e o aprendizado de condutas voltadas para a cidadania.

Os recreios eram interessantes, havia práticas como troca de lanches, brincadeiras de rodas e outras. Esse é um espaço importante para a formação do aluno dentro dos contextos éticos. A criança, que até então se restringia ao convívio e às referências familiares, começa a experimentar novos contextos sociais culturais dentro da escola.

Essa convivência poderá incluir ou excluir, de acordo com os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e as Políticas Públicas vigentes. A cultura da escola, com sua diversidade, desenvolve aspectos individuais e coletivos fundamentais para o crescimento pessoal e conduz à formação humana, imprescindível para os projetos de vida dos alunos, visando autonomia para escolhas. Pensar esses contextos é uma das propostas da pesquisa que apresento a seguir.

Recordo-me ainda de emoções e desafios complicados. Assim como tive momentos de alegria, também houve os de tristeza, como a prática da punição comum na época, por exemplo, decorar tabuada após o término da aula. Disso eu não gostava.

A escola tinha sua forma de organização, que hoje denominamos “Gestão Escolar”. Lembro-me da visita da banda do Exército, que se apresentou no pátio; visitas realizadas fora da escola a órgãos da comunidade, como ao 36º Batalhão de Infantaria, clubes etc. Eu gostava dessas atividades. Avaliando esse momento, percebo que foi importante e especial, aprendi a ler e a escrever. Um dom foi percebido já nesta fase: **o gosto pela escrita**. Concluí o Primário no ano de 1971 (Figura 1).

Figura 1: Fotos da turma do segundo ano primário – alunos e professora e uma individual



Fonte: Acervo da autora (1971).

1.4.1 Ensino 1º Grau (Ginasial)

Em 1972, com dez anos, fui estudar na Escola Estadual Bueno Brandão. Cursei, nessa instituição, 5ª e 6ª séries no período da tarde e 7ª e 8ª séries no período da manhã, e concluí o chamado “Ginásio” em 1975.

Havia nesse período algumas dinâmicas diferentes da escola anterior: tínhamos o D.A. (Diretório Acadêmico), mas não tive interesse em participar ativamente, apesar de contribuir em grupos de organização dos eventos por ele patrocinado. Marcaram-me ainda as disputas de jogos na disciplina de Educação Física, carimbadas, *handball*; e uma notória mudança na maturidade, que já começava a despontar.

Desse período lembro-me de ter as amigas da escola também em minha vida particular, algumas amizades que ficaram na memória e com quem não mais tive contato. Também aqui houve o despertar para o primeiro amor. Concluí o Ginásio de forma tranquila, com notas médias, sem problemas de nenhuma natureza.

1.4.2 Ensino 2º Grau Colegial

Em 1976, aos 14 anos, fui matriculada na Escola Estadual de Uberlândia, situada no centro da cidade, ainda perto da minha casa – novamente me deslocava sozinha, andando. Nesta fase me deparei com algumas matérias diferentes como Física e Química, e logo percebi que estas não eram áreas do meu interesse. Assim, no 1º ano do Colegial fiquei de “dependência”¹ em Física.

Mudei de escola e fui, pela primeira vez, estudar em uma instituição particular, a Associação Brasil Central de Educação e Cultura - ABRACEC. Após finalizar o 2º Colegial, decidi fazer o 3º ano de Magistério e concluir o ensino para a próxima etapa, o vestibular. Na ABRACEC, como nos períodos anteriores de minha vida acadêmica, minha experiência transcorreu de forma tranquila.

Concluo as referências escolares do Ensino Básico (durante os anos de 1969 a 1978, entre meus sete e 17 anos de vida) destacando a importância de vários professores em meu desenvolvimento pessoal. São muitos os mestres que ficaram marcados na memória e despertaram interesses que transformaram a minha vida.

¹ Dependência é como é chamada a situação em que o estudante não consegue concluir uma matéria específica no Ensino Médio, e por isso precisa cursá-la novamente, integrada à carga horária do próximo ano letivo.

1.4.3 Ensino Superior

Sou Assistente Social por vocação. A inserção no Ensino Superior teve início aos 18 anos, e lá permaneci no período de 1980 a 1984. Minha inspiração para ingressar nesse curso aconteceu ainda durante a fase de adolescência, por volta dos 12 anos.

Nesse período, minha irmã mais velha cursava Serviço Social e periodicamente se reunia em nossa casa com colegas para realizar trabalhos em grupo. Eu ficava atenta às discussões, interessava-me pelos temas, principalmente os relacionados aos cidadãos carentes que necessitavam de recursos, encaminhamentos e orientações, visando assegurar seus direitos às Políticas Públicas vigentes. Encantava-me! Aí começa meu interesse pela cidadania, com foco em assegurar direitos e garantir dignidade ao cidadão.

Nem sei se elas percebiam, mas eu ficava atenta a tudo durante essas reuniões. Mais tarde, já na faculdade, muitas dessas alunas que frequentavam a minha casa para as discussões em grupo se tornaram minhas professoras.

Cursei o Serviço Social como bolsista em uma instituição particular, e essa experiência, além de proporcionar uma bagagem de conhecimento, me transformou intensamente como pessoa: de tímida, passei a ser a representante do meu grupo.

As colegas não queriam apresentar os trabalhos por vergonha, e eu me oferecia para as apresentações, já enfrentando meus medos. Tal superação me destacou como aluna e os frutos vieram mais tarde.

No segundo ano dos estudos, participei de um processo seletivo para estagiar na Empresa de Transporte Interestadual Nacional Expresso, experiência que vivi durante um ano. Após o término do contrato de estágio, fui convidada a continuar trabalhando ali, mas no momento não quis permanecer.

Durante a faculdade, meu lado participativo esteve presente em outras experiências além das apresentações de trabalhos. Tornei-me participante ativa de vários de cursos oferecidos, com diferentes conteúdos: pesquisas do Projeto Rondon², pesquisas da Prefeitura Municipal de Uberlândia e outras mais. Além disso, fui a responsável técnica do Programa de Crédito Educativo, que cadastrava alunos para receber ajuda financeira.

² Projeto Rondon é, segundo o *site* institucional do projeto, “uma ação interministerial do Governo Federal realizada em coordenação com os Governos Estadual e Municipal que, em parceria com as Instituições de Ensino Superior, reconhecidas pelo Ministério da Educação, visa a somar esforços com as lideranças comunitárias e com a população, a fim de contribuir com o desenvolvimento local sustentável e na construção e promoção da cidadania”. (Disponível em <https://projektorondon.defesa.gov.br/portal/index/pagina/id/343/area/C/module/default>. Acesso em: 24 jul. 2020.)

Depois de menos de um ano de formada, fui convidada pela diretora da Faculdade de Serviço Social, onde me formei, a trabalhar como coordenadora do Departamento de Estágios. Uma surpresa gratificante! A argumentação da escolha se deu pelo meu destaque nos quatro anos de curso. Iniciava-se então um novo ciclo em minha vida profissional.

Como integrante do corpo docente da Faculdade de Serviço Social, relatei-me com muitos alunos, acompanhando os campos de estágios, priorizando a abertura de novos campos, bem como orientação de TCCs (Trabalhos de Conclusão de Curso). Foi um trabalho enriquecedor para minha formação profissional, e nesse período concluí ainda minha especialização em Política Social e Prática Profissional.

Após dois anos e meio de contratação, desliguei-me da Faculdade de Serviço Social e participei de um processo seletivo para a Empresa Atacadista Peixoto Comércio Importação Ltda.

1.5 Atuação profissional

O início da minha atuação profissional aconteceu logo após a conclusão da graduação, como já mencionado. Até então minha renda para sobrevivência vinha da ajuda de familiares e de trabalhos remunerados de pesquisas das quais participava durante a faculdade. Também me arrisquei no empreendedorismo, com uma confecção caseira de sandálias.

Em 1986, com 24 anos, dei início às minhas atividades profissionais na empresa Peixoto Comércio Importação Ltda., do ramo atacadista distribuidor, logo após minha experiência de trabalho de dois anos na faculdade em que me formei. Nessa empresa trabalhei durante 11 anos.

Inserida no Setor de Recursos Humanos e atuando como Assistente Social, eu desenvolvia também outras atividades, como recrutamento e seleção, capacitação de colaboradores e outras frentes de trabalho, de acordo com as habilidades despendidas. Atuei ainda em atividades de *endomarketing* e comunicação interna, uma de minhas habilidades que conheci após participação em congressos dessa natureza.

Nessa empresa havia uma política de capacitação, e com frequência participávamos de cursos e congressos na cidade de São Paulo. Após retornar, tínhamos que colocar em prática o que apreendêramos e eu utilizava sempre meu recurso criativo para desenvolver projetos voltados para o funcionário e sua família. Cito a seguir alguns dos que desenvolvi nesse período:

- Implantação dos 5Ss (*Housekeeping*);
- Criação de peça de teatro (Dia das Mães) – autoria e direção;
- “A empresa onde o papai trabalha” (anual);
- Visita de filhos de funcionários à empresa (anual);
- Projetos específicos para datas comemorativas (diversos);
- Campanhas de *endomarketing* (diversas);
- Concursos internos para funcionários e externos para seus familiares (diversos);
- Jornal interno informativo (mensal);
- Construção da cultura organizacional da empresa;
- Grupo musical, dentre outros.

No ano 2000, desliguei-me da empresa Peixoto e fui atuar na área da Saúde, como Assistente Social do Programa de Saúde da Família do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG. Nesse trabalho, montamos uma clínica multiprofissional, na qual atendíamos os servidores do estado, além de formar grupos de prevenção de doenças, visando cumprir o objetivo dos Programas de Saúde da Família. O programa teve como modelo o sistema de saúde de Cuba, que tem um cunho preventivo em suas ações, evitando doenças e, conseqüentemente, internações.

Em 2006, prestei concurso para a Universidade Federal de Uberlândia e fui aprovada, trabalho que realizo até hoje, atuando no atendimento a pacientes internados e seus familiares, conforme relato anterior.

Entre os anos de 1984 e 2008 concluí três especializações, todas de grande importância para minha formação profissional:

- Políticas Sociais e Prática Profissional: Polêmicas e Propostas – Centro Universitário do Triângulo (1987-1988);
- Gestão de Pessoas – Universidade Federal de Uberlândia (2005 -2006);
- Gestão Hospitalar do Sistema Único de Saúde – Universidade Federal de Uberlândia (2007-2008).

Assim, finalizo este memorial, reportando-me ao momento atual já contextualizado no início, em que me encontro inserida no Mestrado Profissional cuja área de concentração é a Educação Básica, da UNIUBE, campus de Uberlândia-MG.

Dentro da minha trajetória reafirmo a importância da educação para a transformação da sociedade. Os agentes responsáveis por este momento (as instituições família, escola e sociedade) devem se unir e planejar as diversas formas de construção da realidade social dos

alunos a fim de que tenham autonomia e senso crítico para transformações em um processo dialético.

No bojo deste memorial, apresento minha preocupação com a responsabilidade social inerente a cada ser humano, aspecto que pretendo desenvolver na pesquisa que apresento a seguir. A proposta de estudo do contexto no mestrado tem origem em uma atividade desenvolvida com indivíduos entre 15 e 24 anos no ano de 2005, cujo objetivo foi sensibilizar para a importância de uma formação com uma base de conhecimentos e conteúdo que, aliados ao autoconhecimento, se tornassem preparo para o jovem seguir seus caminhos, fosse na vida profissional, fosse na vida pessoal; porém, que seguisse dotado de referências e conhecimentos, possibilitando acertos em suas escolhas de vida.

A atividade desenvolvida por meio de ações grupais oportuniza processo de formação dos jovens, com proposta de diálogos individuais e coletivos. Os encontros grupais, direcionados por dinâmicas de grupo e atividades individuais de situações práticas do cotidiano, demandam posicionamento dos envolvidos, oportunizando discussão reflexiva com relatos de experiências e opiniões diversas. Essa atividade objetiva apoio a esse público-alvo na construção da sua história individual e coletiva, como a forma mais efetiva de reduzir a vulnerabilidade dessas pessoas e melhorar as condições de sua inserção no mercado de trabalho e em sua construção de projetos de futuros sensatos. Concluindo, a atividade teve um grande êxito, tendo em vista que os jovens obtiveram *feedback* de suas habilidades, aprimorando conhecimento das profissões oferecidas pelo mercado. Diante das trocas e vivências de conhecimentos diferentes, os participantes concluíram as atividades apresentando maior segurança para os desafios e enfrentamentos da rotina de vida.

2 INTRODUÇÃO

2.1 Tema

A possibilidade de realizar o trabalho é, segundo Karl Marx (2004), o aspecto que diferencia os seres humanos dos demais seres vivos. Apesar de, no modo de produção capitalista ao qual estamos submetidos, o trabalho ter como característica principal o estranhamento entre o trabalhador e seu produto, é ainda no trabalho que conseguimos nos realizar enquanto humanidade e pensar possibilidades de uma vida dotada de sentido. (ANTUNES, 2006).

Nesse sentido, o tema desta pesquisa de dissertação – a formação dos jovens para o trabalho e seus projetos de vida – interessa-nos em especial pela capacidade de transformação social inerente ao trabalho, quando realizado sob uma perspectiva emancipatória. Preocupamo-nos o fato de grande parte dos jovens brasileiros estar inserida em um contexto educacional com vistas à formação de mão de obra, pura e simplesmente, sem senso crítico dos contextos sociais que serão palco das suas realizações profissionais e de escolhas (FAGIANI, 2019).

Propomos neste estudo pensar perspectivas de uma formação que garanta aos jovens a possibilidade de uma educação continuada, se realizarem enquanto indivíduos em seus trabalhos, além de sonhar e construir novos mundos possíveis para o coletivo. Educação e trabalho, formação do jovem para escolhas em seus projetos de vida são, portanto, os temas centrais que guiam esta pesquisa, com base na concepção de que estes são aspectos dotados de uma capacidade transformadora, tanto em perspectivas particulares quanto, em especial, nas construções coletivas.

2.2 Questão de estudo: delimitando o problema

2.2.1 Justificativa

As considerações fundamentadas neste estudo encontram-se dentro dos anseios que elencam e interligam educação, trabalho e formação dos jovens para escolhas em seus projetos de vida. Esses três contextos amparam e fornecem suporte adequado para que os indivíduos que são nosso foco possam seguir de forma segura a trajetória em seus projetos de vida e em seus trabalhos.

Nosso sujeito, jovens-adolescentes e jovens na faixa etária de 15 aos 24 anos, fomenta a pesquisa. No Brasil, a atual Política Nacional de Juventude – PNJ considera jovem todo cidadão ou cidadã entre os 15 e os 29 anos de idade e divide-os em três grupos: entre 15 e 17 anos, denominados jovens-adolescentes; de 18 a 24 anos, os jovens-jovens; e os de 25 a 29 anos, os jovens-adultos.

O recorte temporal estudado tem destaque a partir do século XX, nos contextos escolares da escola pública. Legalmente, o nosso objeto de estudo tem respaldo na Lei nº 9.394/96 - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996), que, em seu Art. 22, traz: “A educação básica tem a finalidade de desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Nessa premissa, aborda-se a preparação para o trabalho como uma das finalidades da Educação Básica e também uma responsabilidade da escola. Assim sendo, entendemos que essa instituição, como princípio educativo, tem a finalidade de formar os jovens para o trabalho, assim como desenvolver a formação geral para a vida e para o exercício da cidadania, utilizando e relacionando os conhecimentos apreendidos na escola com as experiências vivenciadas nas práticas dos sujeitos. A educação deve ser uma das principais prerrogativas de formação dos jovens em sua dimensão cognitiva, social e ética, portanto, deve ser atrativa a eles, que vêm deslocando-se para outros contextos sociais, buscando o consumo, a mídia e as tecnologias como centro de seu centro de interesse e atenção.

O Ensino Médio precisa ser um espaço interessante para esses indivíduos e, ao mesmo tempo, cumprir sua função de garantir aos estudantes uma educação de qualidade, capaz de ampliar e enriquecer possibilidades de trajetória de vida em seus contextos educacionais, desenvolvendo a construção de um diálogo orientado pela perspectiva de auxiliá-los em sua caminhada.

Essa trajetória da juventude demanda escolhas e decisões com impactos para a vida em um momento de grande incerteza. Ainda na adolescência, nem sempre os seres humanos apresentam a maturidade necessária para tomadas de decisão com escolhas sensatas. Mesmo assim, são acionados para defini-las e planejar as próximas etapas. Tal atitude para este período de vida é cobrada por familiares, colegas, professores e sociedade em geral (FAGIANI, 2019).

As decisões oportunizam estabelecer um caminho “a seguir”, um caminho “além escola”, tendo em vista que nessa idade a Educação Básica já foi concluída ou encontra-se em fase de conclusão, um fechamento de ciclo que se avizinha. E a realidade é que, nesse

momento, muitos adolescentes, às vésperas de finalizar o Ensino Médio, estão sob o estresse da decisão de qual profissão escolher e caminhos a seguir.

É preciso pensar precocemente o que farão após esta etapa, o que envolve projetos de vida, ainda que sem a maturidade³. Para seguir os caminhos de forma segura, devem pensar suas escolhas, dentre elas: continuar os estudos, ingressando em uma universidade; optar por matrículas em cursos extracurriculares com aprendizados especializados voltados para o mundo do trabalho, que os colocam como candidatos a vagas em empregos no mundo produtivo com um certo conhecimento prático; ingressar nos cursos de ensino profissionalizante ofertados dentro do Ensino Médio (BRASIL, 2017). Outros direcionamentos de vida e projetos pessoais, também podem ser uma escolha.

Além do que já foi citado, é possível transitar em outros segmentos com os mesmos propósitos de subsistência financeira e de realização de sonhos em projetos de vida. Para todas as opções mencionadas, é preciso uma formação além dos conteúdos escolares, é preciso uma interlocução com o conhecimento dentro da aprendizagem escolar e o desenvolvimento do conhecimento intelectual.

Nesse sentido, Saviani (2007) aponta que

O papel fundamental da escola de nível médio onde nosso sujeito está cursando, será então, o de desenvolver essa relação entre o conhecimento e a prática dos contextos de trabalho [...] o domínio não apenas teórico, mas também prático sobre o modo como o saber se articula com o processo produtivo. (SAVIANI, 2007, p. 160).

Como seguimento desse processo, é possível afirmar que a formação do jovem o direciona também para desenvolvimento de habilidades socioemocionais que serão relevantes em suas práticas laborais e em seus passos como ser humano, fortalecendo a cidadania e apontando conhecimento crítico dos enfrentamentos dentro da sociedade. Essa formação dialoga sobre contextos diversos do cotidiano, relatos de vivências dos demais colegas estudantes, para reflexão sobre condutas e atitudes, visando um crescimento com propósito de escolhas profissionais, de empreendedorismo e ou inserção em carreiras, utilizando os dons pessoais. Dentre estes, podemos destacar a carreira de músico, artista em geral e outros. O que propomos é que esses questionamentos sejam dialogados com os jovens, em âmbito familiar, na rede de convivência e também dentro da escola, como finalidade da Educação Básica.

³ Abordando o assunto “maturidade”, Lopes, L. (2006, p. 193) esclarece que “A maturidade pode ser pesquisada a partir dos seguintes tópicos: momento da vida desse adolescente com 14 anos, (seleção, escolha, decisão); situação (dilema, problemática ou resolução); fantasias de resolução (é preciso entender a diferença entre o que a adolescente procura e o que ele realmente necessita) e vínculo transferencial (mágico, paterno-filial, autoconfiado ou de aspiração). Esses tópicos analisados adequadamente apontarão como o adolescente estará apto para tomar decisões”.

Estas instituições das quais o jovem é parte integrante: escola, família e outras, podem se tornar apoio para o momento de decisão. Além de possibilitar suporte para seus projetos pessoais, também auxiliam nas escolhas de vida e um futuro com melhores condições de acessos e de trabalho. Porém, o apoio recebido dos demais profissionais deve ser efetivado e executado por meio de ações formativas de contextos e diálogos, desta forma contribuindo para o planejamento das trajetórias dos jovens, com foco e metas voltados para tomadas de decisões com critérios de responsabilidade para autonomia.

A idade de corte dos jovens deste estudo vai dos 15 aos 24 anos, fase na qual eles são definidos como jovens-adolescentes e jovens-jovens. O momento exige escolhas ainda nessa etapa, quando apresentam inseguranças, anseios, sem maturidade para a tomada de decisões. Evidentemente não estamos pontuando que esses jovens escolham algo que permaneça eternamente, mas nessa fase é que devemos atuar como formadores, com suporte para o pensar e a definição dos próximos passos. Como já dito, nesse período geralmente os jovens encontram-se concluindo o final da Educação Básica. E os que são alvo deste trabalho estão em escola pública, nosso espaço de estudo.

Como o jovem passa por esse momento de transição, do limite da fase da adolescência para a idade adulta? Quais são os contextos com influências importantes para esse momento presentes dentro da sociedade; espaço e cenário de suas vivências? O que eles precisam receber de informações para o desenvolvimento dos caminhos definidores do futuro? Tão logo concluem a Educação Básica, precisam efetuar suas escolhas.

Estabelecer tais diálogos dentro do contexto escolar fará grande diferença para o êxito desses jovens, agora amparados por um referencial de contextos possíveis dentro de suas características de vida. Aí incluem-se condição socioeconômica e cultural e as ofertas dos demais elementos constituintes da sociedade, como mundo do trabalho, Políticas Públicas e outras.

Assim, dentro desta expectativa e das cobranças, eles seguem vivenciando momentos estressantes, contudo, com significado para o seu futuro. Cabe ressaltar que este mundo do jovem é parte de um universo e traduz a função histórica e sociocultural, elementos integrantes da formação de vida. Em sua obra, Vygotsky (1996) não delimita um conceito de juventude. Contudo, deixa clara a sua perspectiva de desenvolvimento humano. Para o autor, não existe possibilidade de universalização ou generalização do comportamento humano, tendo em vista que não se pode conceber um sujeito fora de sua história, de seu contexto e de suas relações. Nesta contribuição nos apropriamos deste ensinamento para pontuar nosso

objeto de trabalho nos contextos históricos que são fatores de influência para as escolhas e trajetórias desses jovens.

Este momento de formação interliga-se com diversos elementos interferentes para essa construção de trajetória que, em dadas situações, podem ter significado para a vida toda e são primordiais para evolução e caracterização da identidade. Elementos como referências familiares; relação com seus pares; contextos sócio-político-econômicos; participação nos espaços escolares com o objetivo de aprimorar conhecimentos em uma cultura definida com normativas, valores e as demais diversidades em seus elementos, o que ocorre por meio de uma relação de troca entre os integrantes desse espaço: professor, alunos, demais recursos humanos pertencentes.

Todas as situações vividas pelos jovens podem ser fatores de intervenções com orientações pontuais dos responsáveis e que servem de suporte nesse momento tão incerto, independentemente das escolhas projetadas: seguir estudos, vivenciar situações de trabalho ou buscar a realização de seus sonhos, incluindo assim projetos pessoais.

Para construção dessa formação e das escolhas juvenis, a sociedade deve responsabilizar-se pelos jovens, conhecendo seus anseios e preocupações e contribuindo com suas características pessoais de exemplos de vida, a fim de fomentar expectativas de futuro. Cabe aos adultos que os cercam dedicar atenção especial a este momento, ofertando, nos espaços de vivência, ações com foco na citada formação.

Quando aqui nos referimos a uma formação para este momento do jovem, sustentamos a ideia de que é preciso um constante diálogo, com efeito capaz de estabelecer relações entre as situações cotidianas e as definições de atitudes e condutas para intervenções pessoais e coletivas. Precisamos despertar nos jovens, nessa hora conturbada, uma visão positiva do futuro, estabelecendo neles ligações com o desejo e a busca por uma construção de vida e das melhores práticas para uma caminhada definida. Essa construção de um projeto pautado em escolhas e múltiplas possibilidades com arranjos profissionais e projetos de vida é o ponto de partida. No bojo deste, propomo-nos desenvolver contextos que possam estabelecer uma reflexão para esta formação. Educação, trabalho, jovem e juventude e projetos de vida serão contextualizados e posteriormente direcionados, em fase final desta pesquisa, para uma proposição de atuação dessa formação dentro dos espaços escolares

O produto propõe ações com atividades de autoconhecimento, desenvolvimento das habilidades socioemocionais, informações sobre profissões, aprimorando as relações interpessoais com a prática de atividades em grupo.

Nas seções deste trabalho faremos considerações sobre esses elementos e sua interlocução com o nosso objeto de estudo. Pontuamos aqui, categoricamente, que a educação continuada é uma das principais propostas para a formação do jovem, não apenas pela empregabilidade, que pode exigir a conclusão de um ensino superior, mas porque, com esta formação, serão maiores os seus recursos internos para o entendimento. Concomitante a esse momento, as decisões pautadas com foco no futuro são primordiais para os jovens, com diálogo e apoio baseado em seus contextos de vida, a fim de que não haja trajetórias frustrantes. Devem ser definidas sempre levando em consideração a situação histórico-social e os caminhos de acessos dentro das Políticas Públicas. Sendo assim, outras possibilidades devem ser provocadas a fim de que o jovem não se perca em suas indecisões e ou escolhas. A sociedade exige uma situação de subsistência financeira e ingresso no mundo produtivo.

No meio social, o que nos movimenta é o mundo do trabalho para a subsistência financeira citado acima. A escola para esta trajetória de educação continuada com foco para as universidades públicas deve ser uma prioridade na formação e na projeção de futuro para este jovem. Apesar de muitos empecilhos, atualmente a universidade pode estar ao alcance de grande parte da população. Nos últimos anos, há um aumento expressivo do ingresso de cidadãos das camadas mais pobres ao ensino superior. Ainda que esbarrando em obstáculos como a precariedade de acesso a recursos, milhares de jovens brasileiros têm conquistado a tão sonhada formação superior. O “não” se transformou em “sim”.

Citamos aqui novamente uma premissa da ditadura no século XX. Roberto Campos, ministro do Planejamento no governo do General Castelo Branco, nos anos de 1964 a 1967, no primeiro período da Ditadura Civil-Militar brasileira, afirmou durante o seminário “A educação que nos convém”, realizado em 1968, que a intenção do governo era formar os filhos dos pobres até o Ensino Médio, apenas para qualificar a mão de obra. A universidade era um local destinado para as elites (ZINET, 2016).

Atualmente, ainda que esbarrando em obstáculos como a precariedade de acesso a recursos, milhares de jovens brasileiros têm conquistado a tão sonhada formação superior. Porém, entendemos que essa realidade está longe de ser o ideal. O “não” se transformou em possibilidades. Com as propostas de políticas voltadas para a garantia deste acesso à formação no Ensino Superior é que o processo de privatização da Educação Superior brasileira está evidenciado na análise de Pinto (2004, p. 729-730):

Em especial nos últimos 40 anos, o país apresentou uma grande expansão nas matrículas de graduação [...] de tal forma que de 1960 a 2002 as matrículas cresceram 37 vezes. Cabe ressaltar, contudo, que este aumento se deu de forma

distinta entre as redes pública e privada. Assim é que, enquanto, no mesmo período, as matrículas na rede privada cresceram 59 vezes, na rede pública o aumento foi de 20 vezes. O resultado deste processo é que se em 1960 o setor privado respondia por 44% das matrículas de graduação, em 2020, essa participação passou de 70%, tornando o Brasil um dos países com mais elevado grau de privatização deste nível de ensino. Basta dizer que a participação do setor privado nas matrículas no Brasil é quase três vezes maior que a média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (PINTO, 2004).

A seguir faremos um demonstrativo deste acesso às instituições públicas e privadas no Brasil, complementando a citação acima.

A Tabela 1 demonstra o crescimento do número de matrículas em instituições de Ensino Superior, no último período, em especial a partir dos anos 2000.

Tabela 1: Número de estudantes matriculados em instituições de Ensino Superior nos anos 2000, 2005 e 2010

	2000	2005	2010
Instituições públicas	887.026	1.192.189	1.461.696
Instituições privadas	1.807.219	3.260.967	3.987.424
Total	2.694.245	4.453.156	5.449.120

Fonte: Elaboração da autora a partir do Censo da Educação|INEP (2000, 2005 e 2010).

Os dados da Tabela 1 são reveladores, pois demonstram como o acesso ao Ensino Superior tem crescido nos últimos anos. Também deixam claro que esse acesso é, majoritariamente, feito a partir de instituições privadas de ensino. Esse fato pode ser lido tanto como uma consequência da falta de investimentos públicos na Educação Superior pública quanto do descaso dos governos brasileiros com a Educação Básica pública, fato impedor para que os jovens consigam ter acesso ao Ensino Superior público.

Conforme afirma Corbucci (2014, p. 677/701), citando Catani e Hey (2007),

Apesar de o aumento da demanda por Educação Superior no Brasil estar relacionado à ampliação da taxa de conclusão da Educação Básica, Catani e Hey (2007) afirmam que esta demanda foi apenas parcialmente atendida, devido à natureza predominantemente privada das vagas ofertadas, que pressupõe a existência de meios financeiros à altura das mensalidades cobradas. Mesmo diante da existência de programas tais como o Fies e ProUni, estes autores consideram que o modelo de expansão adotado seria insuficiente para incorporar os mais pobres.

Não é tema central desta pesquisa apontar os complexos elementos que constituem a estrutura do Ensino Público brasileiro. Por outro lado, nos interessa compreender que a Educação Superior não deve ser mais privilégio/exclusividade tal como antes, no período da

ditadura das camadas mais ricas da sociedade, apesar de notarmos os inúmeros desafios que a população mais pobre enfrenta para alcançá-la. Mesmo não havendo possibilidade de acesso para todos os jovens no atual momento, a Educação Superior também deve ser elemento para diálogo durante o Ensino Médio. É preciso despertar nos jovens este desejo de cursar a universidade e torná-los conscientes desse direito, para que cobrem do governo e de representantes das esferas federal, estadual e municipal.

Dessa forma, a prerrogativa do ex-ministro Roberto Campos é elemento motivador deste estudo voltado para as inquietações dessa citação. Apesar de esse contexto ser verdadeiro dentro da conjuntura histórica social e política, não deve ser tomado como regra. Muitos jovens estão inseridos nas escolas de Ensino Superior e, nesse sentido, é essencial pautarmos alternativas de suporte aos desafios da Educação, a fim de que esta possa cumprir sua função social de desenvolver sujeitos capazes, que possam mudar suas vidas individual e coletivamente.

Essa realidade somente pode ser transformada com os esforços em conjunto das instituições responsáveis pela formação dos jovens e pela implantação e readequação das Políticas Públicas implementadas dentro das necessidades apresentadas pela sociedade e o sistema vigente.

“Não existe vida sem trabalho”, uma citação de Ângela Maria Batista Barros (2015)⁴, a qual consegue expressar fielmente que as ações de vida de qualquer sujeito estão voltadas para o trabalho, com a finalidade de fazer, transformar ou obter alguma coisa. Em Saviani (2019), os meios de vida são produzidos pelo trabalho nas relações em que os homens estabelecem entre si e com o meio em que vivem. Assim, pode-se afirmar que o trabalho é a própria existência do Ser Humano. Porém, esta atividade de trabalho, definida com carga horária estabelecida, venda da força de trabalho, atividades laborais em condições precárias, causando adoecimento e subordinando o trabalhador a uma elite burguesa, detentora do capital, é o trabalho que foi sendo definido dentro da premissa que constitui o modo de produção capitalista.

Conforme o art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (BRASIL, 1943), a relação de emprego pressupõe a existência do empregador, do empregado subordinado a este e de uma relação empregatícia tipificada por um contrato de trabalho. Esse mesmo artigo conceitua o empregador da seguinte forma: “empregador é a empresa individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços” (BRASIL, 1943, *online*).

⁴Em vídeo disponível na Rede Cidadã, publicado em 21 jul. 2015. Disponível em: <http://www.redecidada.org.br>.

Sobre esse mesmo tema, focando trabalho e contrato, Castell (2005, p. 44) afirma:

A instituição do livre acesso ao trabalho é, sem dúvida, uma revolução jurídica tão importante quanto a revolução industrial de que, aliás, é a contrapartida [...]. É ela que reintroduz a questão social sobre bases absolutamente novas no início do século XIX. Sob o reino das tutelas, a condição de assalariado asfixiava-se. Sob o regime do contrato, ela se desenvolve, mas, paradoxalmente, a condição operária se torna frágil ao mesmo tempo em que se liberta. Descobre-se, então, que a liberdade sem proteção pode levar à pior servidão: a da necessidade.

Nesse sentido, para Fagiani (2019, p. 22),

[...] o capital busca força de trabalho em lugares que possibilitam cada vez maior precarização desta, em função de diferentes fatores tais como: menores salários, piores condições de trabalho, maior desregulamentação das leis trabalhistas e menor proteção social por parte do Estado. Tal expansão implica uma divisão internacional do trabalho e peculiares relações econômicas entre os países.

E dentro desse contexto de situações de trabalho com direitos e regimes de contratos diferentes, de acordo com a administração das empresas, deparamo-nos com tais condições de trabalho e suas leis.

Na atualidade, com as mudanças tecnológicas, ainda são ofertados empregos informais com precarização, em aplicativos, o que proporciona atividades laborais com riscos aos integrantes desses serviços. Para Petters (2008),

[...] os sujeitos passam pelo trabalho, perambulam pelos contratos temporários, e mesmo com uma qualificação educacional elevada, vivem à deriva, com as preocupações e correntes da incerteza da conquista e permanência em postos instáveis de trabalho. A noção de incerteza é a base da identidade profissional: se são muitos agora, e não se sabe até quando, faz-se variadas coisas e não se faz nada, em muitos espaços distribuídos num tempo presente. (PETTERS, 2008, p. 25).

Dentro desse quadro, é preciso conhecimento e uma análise crítica com foco para essa “proposta de liberdade” ilusória. Contudo, é preciso fomentar nos jovens que o sujeito dentro da sociedade não deve se iludir com esse tipo de trabalho. Dentro desta proposta de formação do jovem, devemos dialogar sobre as questões de atuação laboral sem direitos assegurados. Assim, nas ações pedagógicas podemos apresentar esse contexto e desenvolver caminhos para inserção no mundo do trabalho. O mundo do trabalho, formal e ou informal, faz parte da vida de todos os sujeitos dentro da sociedade.

Em nossas famílias, na sociedade, nas relações com outras pessoas e instituições, são diversos os aspectos permeados por situações de trabalho. De acordo com Saviani (2007, p. 152), “trabalho e educação são atividades especificamente humanas”. Desde pequenos já

temos contato com as profissões e suas atividades práticas, expressamos em momentos das brincadeiras com colegas, traços de atitudes e comportamentos com vistas a uma profissão. Quando questionadas “O que você quer ser quando crescer?”, as crianças já verbalizam algumas profissões conhecidas por elas: médico, professor, bombeiro, policial, jogador de futebol e outras. Citações essas que, normalmente, são frutos de uma vivência apreendida com os pais e familiares os quais trabalham nessas profissões, ou pelos meios de comunicação aos quais têm acesso.

Fato é que, desde muito cedo, a formação profissional faz parte do cotidiano dos sujeitos. Quando as crianças começam a entrar para o mundo da escola, saem da sua zona de conforto, na qual as pessoas de sua convivência aparentemente se expressam de forma padronizada, com condutas definidas pela construção de uma cultura que passa de geração em geração, com hábitos semelhantes e comportamentos parecidos diante de determinados eventos da vida cotidiana; na qual a relação entre os membros desta família é a que predomina num comportamento padrão para as situações de vida. A situação econômica dessas famílias define a formação de vida dos jovens. A forma como os familiares vivem influencia os projetos de vida dos adolescentes. Conforme percebido por Santos (2005),

a família é um entre os vários facilitadores ou dificultadores do processo de escolha, mas antes de tudo tem um papel importante na realidade do adolescente e deve ser levada em consideração quando se trata de projeto de vida. (SANTOS, 2005, p. 63).

A aspiração definida pelos pais e outras pessoas que são referência para os jovens fará a diferença para a forma de trabalho a escolher, as profissões de referência, enfim, o seu futuro está dentro desta instituição chamada família – salvo algumas exceções em que os jovens vivem além do meio familiar, que mudam suas condutas de acordo com os acessos e inserções em contextos diferentes.

Nesse sentido, o processo de internalização, em Vygotsky (1977), reflete os fundamentos teóricos marxistas da “síntese dialética”, pois, a partir de elementos presentes numa determinada situação, novos fenômenos emergem. Na escola, os alunos vão ao encontro de um mundo diferente e deparam-se com situações novas, até então não vistas e vivenciadas em seu cotidiano. Nesse ambiente, agora estranho e novo, eles abrem suas mentes para conhecer a realidade de outros sujeitos. Todos trazem uma realidade e uma história que permeiam as relações interpessoais e são elementos pedagógicos importantes para a formação do conhecimento. Para Alarcão (2001, p. 15), é preciso refletir sobre a vida que lá se vive, em uma atitude de diálogo com os problemas e as frustrações, os sucessos e os fracassos, mas

também em diálogo com o pensamento, o pensamento próprio e o dos outros. Comumente, ao entrarmos para a escola e começarmos nossas relações interpessoais e vínculos de amizade estabelecidos no contexto escolar, referenciamos-nos e, conseqüentemente, dialogamos sobre nossas histórias de vida fora da escola, vivenciadas com familiares e amigos, e essa troca favorece novos conhecimentos com diálogos capazes de promover mudanças individuais e coletivas. Diante dessa perspectiva, Tiba (1996, p. 140) afirma que:

O ambiente escolar deve ser de uma instituição que complete o ambiente familiar do educando, os quais devem ser agradáveis e geradores de afeto. Os pais e a escola devem ter princípio muito próximos para o benefício do filho/aluno.

A família, como uma instituição responsável pela formação e educação de suas crianças e jovens, divide com a escola essa responsabilidade. Como afirma Melo (2020, s/p.)

A Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 13.257/2016) rezam que as escolas têm a obrigação de se articular com as famílias e os pais, o direito a ter ciência do processo pedagógico, bem como de participar da definição das propostas educacionais. A legislação vincula, dessa forma, não só a obrigatoriedade estatal e social, mas também invoca a família como núcleo primeiro na formação do cidadão e, como tal, indispensável e insubstituível na missão determinada nas prerrogativas da Carta Magna do País.

Os diálogos que envolvem os assuntos da educação são complexos e de grandes desafios dentro da sociedade. É necessária a união família-escola na condução do processo educacional das crianças como objetivo comum a essas instituições. Este elo entre a escola e família deve ser reforçado, buscando a qualificação do ensino. Na família as crianças são educadas para as condutas morais e de comportamentos e, na escola, essa formação é reforçada com a inclusão de outros contextos e novas práticas de cidadania, impactando no desenvolvimento do aluno. Entre tantas situações nos espaços escolares, que envolvem os ambientes sociais nos quais os alunos estão sempre se inter-relacionando, os educadores não devem se manter somente no ato de ensinar e aprender: são necessários diálogos entre educadores e educandos. Nessa perspectiva, a escola não deve se restringir somente à aplicação dos processos educacionais.

Para Freitas (2011), a escola precisa,

[...] a cada momento, fazer o aluno pensar, refletir, analisar, sintetizar, criticar, criar, classificar, tirar conclusões, estabelecer relações, argumentar, avaliar, justificar etc. Para isso é preciso que os professores trabalhem com metodologias participativas, desafiadoras, problematizando os conteúdos e estimulando o aluno a pensar, a

formular hipóteses, a descobrir, a falar, a questionar, a colocar suas opiniões, suas divergências e dúvidas, a trocar informações com o grupo de colegas, defendendo e argumentando seu ponto de vistas. (FREITAS, 2011, s/p).

Nesse processo de estímulo à aprendizagem, cresce o educando e cresce o educador. E, numa rede interconectada envolvendo as relações entre professor e aluno e os recursos humanos trabalhadores das escolas, família e sociedade se relacionam e se transformam constantemente dentro do cotidiano escolar, “uma vez que postulam não ser possível compreender a educação senão a partir de seus condicionantes sociais.” (SAVIANI, 1984, p. 19).

Ainda segundo Saviani (1991, p. 29), a educação é concebida como “produção do saber”, pois o homem é capaz de elaborar ideias, possíveis atitudes e uma diversidade de conceitos. O autor afirma que o ensino como parte da ação educativa é visto como processo, no qual o professor é o “produtor” do saber e o aluno, “consumidor” do saber. A aula é produzida pelo professor e consumida pelo aluno. O professor, por possuir competência técnica, é o responsável pela transmissão e socialização do saber escolar, cabendo ao aluno aprender os conteúdos para ultrapassar o saber espontâneo.

A formação, no âmbito escolar, vai além de ensinar a criança a ler, escrever, fazer contas e conhecer o mundo pelas disciplinas de História, Geografia, Filosofia e outras voltadas para esse contexto. A Reforma Educacional de 1942, concomitante e de forma integrada à Educação Básica, traz a formação do jovem na Educação Profissional, por meio dos itinerários formativos, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases - LDB.

Na década de 1990, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, mais precisamente em 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), que estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional, ou seja, organiza a Educação Básica brasileira. A Educação Profissional, no entanto, só foi incluída na LDB/96 como nível escolar a partir da Lei nº 11.741, de 2008 (BRASIL, 2008), na qual constam estes quatro artigos:

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o Ensino Médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderá ser desenvolvida nos próprios estabelecimentos de Ensino Médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: I - articulada com o Ensino Médio;

II - Subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio. Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar:

I - Os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II - As normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;
 III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma:

I - Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no Ensino Médio ou já o estejam cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de Inter complementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior. (BRASIL, 2008).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996) confere caráter de norma legal à condição do Ensino Médio como parte da Educação Básica, quando, por meio do art. 21, estabelece que “a educação escolar se compõe de: I – Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; II – Educação Superior”.

Isso significa que o Ensino Médio, especificamente no art. 22 da LDB (BRASIL, 1996), passa a integrar a etapa do processo educacional que a Nação considera básica para o exercício da cidadania, base para acesso às atividades produtivas para o prosseguimento nos níveis elevados e complexos de educação e para o desenvolvimento pessoal, relativo à sua interação com a sociedade e sua plena inserção nela, ou seja, que “tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (BRASIL, 2008).

O jovem que anseia desenvolver-se para uma profissão dentro da etapa do Ensino Médio tem a oportunidade de inserção nos itinerários formativos integrados concomitante e ou subsequente. O curso técnico integrado, como o nome já conta, é integrado ao Ensino Médio e acontece na mesma instituição. Na forma concomitante, o aluno cursa a parte técnica em outra instituição, enquanto faz o Ensino Médio. Já o subsequente é cursado após o Ensino Médio. Com a promulgação do Decreto 5.154/04 (BRASIL, 2004), o Ensino Médio integrado com a Educação Profissional ganhou forças. Até o ano de 2004, a Educação Profissional era conduzida pelo Decreto 2.208/97 (BRASIL, 1997), mas recebendo diversas críticas em

relação ao seu conteúdo. Sendo assim, em 2004, o Decreto 5.154/2004, no dia 23 de julho, entrou em vigor, substituindo o Decreto 2.208/97.

Nesse sentido, Castro (2010, p. 23) esclarece as formas de articulação com o Ensino Médio:

- Integrada (em curso na mesma instituição de ensino, com matrícula única pelo aluno e com ampliação de carga horária);
- Concomitante (na mesma instituição ou em instituições distintas, com matrículas distintas, e com ou sem convênios de intercomplementaridade para o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados);
- Subsequente (após o ensino médio, quando este é pré-requisito de matrícula; - contínua (não constituindo a “parte diversificada” do currículo do ensino médio).

Com isso, além da Educação Profissional ser oferecida nas formas concomitante ou sequencial ao Ensino Médio, agora poderia acontecer de maneira integrada. Com essas ofertas dentro da Educação Básica, o jovem amplia a sua possibilidade de formação para a vida e para o trabalho dentro das instituições profissionalizantes, que oferecem matrículas.

Não podemos nos esquecer de que há o jovem não matriculado no Ensino Médio e que, apesar de este não fazer parte diretamente do universo do nosso estudo, ele tem uma relação com as políticas de formação do jovem para o trabalho, mesmo que esteja excluído do ciclo final da Educação Básica.

A fim de concretizar essa formação dos jovens no Ensino Médio, diversas são as interfaces estabelecidas para a sistematização do processo educativo, que engloba os elementos de identidade, a cultura, as normas, as políticas educacionais, a formação de educadores e educando. Várias são as situações presentes dentro da rotina de vida de um processo educacional, envolvendo ainda outros setores além desses já citados, que são suporte para o funcionamento. Dentre eles destacamos transporte, alimentação, recursos humanos, processos de atuação, planos pedagógicos, diretórios acadêmicos, estrutura física e organizacional.

Conforme Colauto e Beuren (2003), não há dúvida de que o atual ambiente organizacional intensifica a importância de se adquirir e gerenciar o conhecimento humano e o aprendizado interativo contínuo. As escolas, em sua particularidade, se desenvolvem com diferentes atuações e suas condutas são estabelecidas de acordo com os seus atores e sua história. A organização de uma escola desenvolve sua interface com as pessoas que ali estão presentes, seja para aprender, como o aluno, seja para ensinar, como os professores, e em uma relação de troca de conhecimento entre eles, o corpo de gestores e ainda os profissionais das áreas de apoio. Esses são os recursos humanos em função ativa dentro deste contexto escolar e são eles que podem desenvolver e transformar a história, protagonizando mudanças.

Essas interfaces, que são apresentadas de acordo com os espaços estruturais, recebem influências do meio, desenvolvem-se com a participação das pessoas, recursos materiais, estruturas físicas, metodologias e processos. Nessa condição, existe em cada escola uma cultura e uma identidade própria capaz de conduzir a formação dos alunos. Cada organismo da educação constitui cenários diferentes e divergentes e uma concepção institucional individualizada.

A escola, como um dos eixos de apoio ao processo formativo, é importante para o desenvolvimento da sociedade e divide responsabilidade com a família, a igreja e demais instituições com mesmo objetivo. Juntas têm a missão e a ideologia de educar e formar cidadãos para a vida em sociedade, para o trabalho e na busca de autonomia e protagonismo de sua própria história e trajetória de vida, fortalecendo os sujeitos para que caminhem para onde escolherem, mas com uma formação integral que facilite o seu acesso social. A educação instrumentaliza o homem culturalmente, capacitando-o para transformações no seu *status* físico, moral, como também intelectual. Ela é o centro do desenvolvimento social. Assim sendo, a expressão “educar para a sociedade” “significa preparar as crianças para as condições próprias de sua existência.” (Durkheim, 1955, p. 22).

Dentro do espaço da Educação, uma grande diversidade de culturas e comportamentos se inter-relacionam, onde ocorrerá troca de vivências, relação importante para a construção de uma sociedade nutrida de respeito mútuo e sociabilidade entre os demais sujeitos. Por isso são várias as escolas com demandas diferentes e intervenções diferentes determinantes para a evolução da Educação. Em cada particularidade, a cada problema é apresentada uma intervenção. Desta forma, os desafios são imensuráveis e constituídos dentro de uma estrutura política, social e econômica, com evolução pautada na história da Educação, que se inicia na colonização e vem construindo-se com sucessos e fracassos, até a atualidade. Ocorreram muitas mudanças e vários problemas vêm assombrando o sistema educacional do nosso País. Por exemplo, temos evasão escolar, falta de investimentos do Estado, baixa remuneração dos professores.

Sobre esse quadro, Carolino (2015) comenta:

A estrutura escolar que temos hoje é sem dúvida um enorme desafio para que a Educação alcance seus objetivos de formar cidadãos consistentes e preparados para a vida no coletivo. [...] A grande questão é que sofremos um mal muito maior do que apenas um momento na Educação nacional. Sofremos por causa de raízes históricas que enfrentamos desde a colonização. [...] “O Ensino Médio, talvez seja o mais problematizado na história da educação.” Cury (1991) afirma que “o nó da relação social implícita no ensino escolar nacional”.

Por aí fica claro que o desafio da estrutura escolar e do ensino público geral está ainda sem uma solução clara, e fará com que os alunos inseridos sofram as consequências e além de uma geração que se forma, neste momento de crise não contribuirá de forma efetiva com a nação, sociedade familiares e por si mesmos. (CAROLINO, 2015, s/p).

Portanto, a questão do sistema educacional tem muitos desafios a serem superados, mas esperar uma mudança global dos problemas não resolve. É preciso que os envolvidos se comprometam a estabelecer as prioridades e a atuar nas mazelas apresentadas. As demais problemáticas estão relacionadas ao processo de gestão escolar e comumente às práticas pedagógicas, capacitação dos docentes, advento tecnológico, dentre outras. Tudo isso interfere na forma de se relacionar e de se comunicar. Os currículos e as metodologias de ensino precisam incorporar, constantemente, inovações que estimulem a formação integral de jovens protagonistas, a fim de que estejam prontos para os desafios atuais e futuros. O jovem, ao longo da sua vida, vai estruturando-se dentro das suas vivências e desenvolve suas habilidades socioemocionais, mas é preciso ter consciência da sua importância para o coletivo, fortalecendo a sua trajetória profissional. Acessos aos eventos cotidianos e diálogos dentro das escolas, com diversidade, potencializam a autonomia e o protagonismo.

Nessa perspectiva, os espaços escolares vivenciam uma relação de diversidades entre os sujeitos, que integra a cultura da escola, ou seja, a sua identidade e de suas relações com os diferentes entre si, com educando e educadores com perfis diferentes, etnias diferentes, classe social diferenciada, além de pensamentos diversos sobre os contextos estudados. Isso requer um preparo integral destes, destacando e qualificando atitudes de suporte para o enfrentamento dos fenômenos sociais políticos e econômicos sempre presentes e mutantes no contexto mundial. Além da formação integral dos alunos no ensino da base comum, é de fundamental importância um olhar voltado para a formação para o trabalho – essa modalidade integra a formação profissional, como uma forma de desenvolver o interesse dos alunos para as relações de trabalho e contribuir como suporte para sua trajetória profissional, dentro da necessidade apresentada no momento.

Para que pudéssemos dialogar sobre o assunto em pauta, referendamos acima algumas concepções apreendidas nos estudos prévios para a construção desta pesquisa. A escolha do tema de estudo baseia-se em reflexões pessoais que evidenciam um grande gargalo na formação dos jovens para suas escolhas, fato que possivelmente denota ser preciso um planejamento dentro dos espaços escolares e a vontade dos profissionais deste contexto de desenvolver diálogos para a questão, tendo em vista as condições sociais dos alunos estudantes da escola pública, que carecem de um olhar mais profundo.

Mesmo dentro das premissas apresentadas, de que os sujeitos das classes menos favorecidas apresentam menores chances de acesso a uma formação superior, é importante que se desenvolvam ações para impulsionar os desejos apresentados lá em sua condição de criança, já citada neste trabalho, quando da indagação: “O que você vai ser quando crescer?” – e as respostas são apresentadas de forma precisa e com firmeza sobre onde a criança quer chegar. Nessa fase escolar, mesmo com as contradições próprias da idade, a busca por apoio é que poderia ser o caminho para a satisfação e a manutenção do desejo expresso.

Conforme citado acima, é de grande relevância para este estudo, a compreensão de que não existe vida sem trabalho, nem projetos de vida sem trabalho e, para esses caminhos, há necessidade de buscar conhecimentos teóricos e práticos. Para a atuação profissional, deve-se estabelecer um diálogo entre a formação do jovem e o mundo do trabalho e seus contextos.

A formação do jovem para a profissão é um grande desafio para as instituições responsáveis. Quando ele opta, durante o Ensino Médio, pela formação profissionalizante, pode seguir para uma modalidade mais técnica, inserindo-se nas ofertas de cursos dessa natureza apoiados pelas Políticas Públicas e pelos sistemas de empregos estabelecidos, como o primeiro emprego. Também neste momento é preciso suporte e assessoria dos profissionais e formadores de opinião: professores, familiares e outros. Deve-se atentar para não perder de vista o tempo dessa formação, a fim de que o jovem não fique parado neste cenário: a formação técnica voltada para atividades laborais sem uma avaliação do que está sendo produzido, e mecanicamente sendo administrado pelos sujeitos, para corrigir uma condição social precária ofertada pelo Estado.

Esta mão de obra juvenil com formação voltada para atender ao sistema capitalista compromete o protagonismo do jovem e suas escolhas. As ofertas de trabalho dentro das Políticas Públicas desenvolvidas para flexibilizar a inserção dos jovens tiram-nos de sua formação emancipatória. Muitas vezes, fazer parte deste cenário que determina o trabalho alienado somente visa atender à sociedade em suas aspirações da mais-valia, sem a visão crítica da situação desses jovens, que aceitam as condições precárias de trabalho ofertadas. É preciso o envolvimento dos contextos educacionais com suas ações pedagógicas de modo a fomentar nos jovens a importância de uma educação continuada para melhor aspiração de vida. De acordo com Fagiani (2016, p. 126), “As políticas públicas de valorização da formação profissional estimulam (empurram) o jovem trabalhador em direção a esta formação em claro desestímulo a possibilidade de uma formação de nível superior, que quando ocorre se apresenta de baixa qualidade”.

A possibilidade de inserção em uma universidade requer o mesmo assessoramento que deve haver para a Educação Profissional Técnica, por parte dos adultos formadores de opinião. Essa formação que aqui descrevemos é possível de ser desenvolvida dentro da Educação Básica, com práticas pedagógicas e ações voltadas para a constituição socioemocional, o autoconhecimento e as vocações. É preciso que o jovem veja perspectiva de futuro onde quer que esteja, demográfica, social e economicamente, a fim de evitar que, não enxergando caminhos para o Ensino Superior, abandone a formação escolar básica, entrando precocemente no mundo do trabalho na condição de subemprego, e em condições precárias, como acontece atualmente.

Corroborando essa afirmação, Vieceli (2020, s/p) apresenta os seguintes dados:

Em março de 2020, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou um estudo tratando sobre o futuro do trabalho para a população jovem no mundo sob os impactos da quarta revolução tecnológica. A pesquisa estima que, em 2019, havia cerca de 429 milhões de pessoas entre 17 a 24 anos no mercado de trabalho mundial e, destas, 68 milhões estavam desempregadas. Dentre as pessoas ocupadas, 23% estava alocada em empregos formais e 77% em informais.

Então, dentro desse quadro da formação do jovem para a vida e para o trabalho, é importante abrir portas para ele dentro da sua realidade, das suas possibilidades, evitando elevar a estatística para o índice dos que não estudam, não trabalham e vivem à margem da sociedade.

Em relação ao Ensino Profissionalizante Concomitante, a escolha profissional para alguns jovens que estão terminando o Ensino Fundamental e iniciando o Ensino Médio é muito perturbadora. Apesar de, ainda criança, familiarizar-se com as profissões, neste momento decisivo pode não fazer uma boa escolha e não se sentir seguro, optando por finalizar estudos e ou migrar para o Ensino Profissionalizante somente como mero escape e, na pior das hipóteses, não conseguir sair desse sistema e seguir a vida profissional, concluindo o Ensino Médio, sem outras expectativas. É preciso aproximar também o conhecimento da escola com as práticas do mercado de trabalho e aprimorar conteúdos pedagógicos voltados para este fim.

Esse jovem aluno que vivencia o momento da escolha da trajetória de formação, está dentro de todo um contexto, conforme Duarte (2001, p. 115): “A educação escolar, ao mediatizar a relação entre o cotidiano e não cotidiano na formação do indivíduo, forma nesse indivíduo necessidades cada vez mais elevadas, que ultrapassam a esfera da vida cotidiana e situam-se nas esferas não cotidianas da prática social”.

Essa condição pressiona o aluno a decidir de forma, muitas vezes definitiva, com o que pretende trabalhar para a vida inteira, dentro de uma “opção” formativa, ainda sem maturidade e conhecimento acerca do mundo do trabalho. Para Pais (2009, p. 371), os jovens enfrentam o que ele denomina “encruzilhadas de impasse”, ou seja, a pressão vem dos diversos segmentos da sociedade: família, mercado de trabalho, redes sociais. Essa condição os remete para um abismo e eles terminam tendo que decidir de forma rápida e sem conteúdos suficientes para uma reflexão adequada.

O ingresso dos jovens no Ensino Superior com foco para a profissionalização, além das dificuldades da vida social e econômica e da carência de conteúdos, ainda perpassa pela defasagem de ações e projetos pedagógicos ausentes no período do Ensino Médio, que apresentam características a estimular e transformar as situações estabelecidas dentro do contexto social a fim de que o jovem não se deixe sucumbir pelas mazelas do sistema capitalista e possa, individual e coletivamente, transformar a realidade, uma vez que, segundo Saviani (2003, p. 13), “O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente, pelo conjunto dos homens”.

Muitas são as dificuldades e expectativas dos jovens dentro do Ensino Médio, com vistas a pleitear uma educação continuada capaz de facilitar a transição para Ensino Superior e conseguir uma profissionalização como base para mudança de vida. Tais deficiências que contribuem para a falta de estímulo à busca de realização dos sonhos construídos dentro da vida de trabalho. A educação do jovem deve servir às intencionalidades de formação de novas relações de trabalho e na formação de uma consciência política que atue na resistência cultural contra os processos de dominação e de degradação das condições de vida dos sujeitos, propiciando um novo olhar para os indivíduos sobre sua origem e destino, além de uma nova visão sobre si mesmo.

Sabe-se que dentro das políticas educacionais o tema “trabalho” é apresentado aos alunos na modalidade de Educação Profissional somente no Ensino Médio, elencando-se essa formação como um salto para a inserção social dos jovens carentes no processo econômico, o que colabora com o aumento de renda de suas famílias, com vistas a uma melhor qualidade de vida e acesso aos recursos disponíveis dentro da sociedade, objetivando satisfazer necessidades básicas e ou estruturais e de bens e serviços, para o bem-estar dos sujeitos.

Dessa forma, de acordo com Bernardim e Silva (2016, p. 230),

A Educação Profissional pode, portanto, ser tanto funcional ao sistema produtivo como abrir aos estudantes novos horizontes de vida e trabalho quando amplia a compreensão da realidade sócio-histórica. Isso vai depender das condições em que esse trabalho é realizado e de um conjunto de fatores associados ao ato formativo, como a aderência dos estudantes à proposta de inserção social subordinada à lógica da sociedade capitalista ou, por outro lado, o vislumbre do caráter revolucionário e da possibilidade de individuação do sujeito social na construção de uma nova organização coletiva, mais humana e justa.

Apesar de ações desenvolvidas pelo governo para o ingresso dos jovens no Ensino Superior, como: financiamentos para as escolas privadas com suporte do FIES – Fundo de Financiamento Estudantil com juros zero para quem precisa e uma escala de financiamento conforme a renda familiar do estudante; o Programa Universidade para Todos - PROUNI, que oferece bolsa de estudos, integrais e parciais com (50%) em instituições particulares de Educação Superior; oferta, por parte de algumas universidades, de cursos com aulas gratuitas para o jovem de baixa renda que concluiu ou esteja no 3º terceiro ano do Ensino Médio (iniciativa que é uma ação de suporte para aprimorar conteúdos a jovens vestibulandos), como acontece na Universidade Federal de Uberlândia, com o Cursinho Ações Formativas Integradas – AFIN⁵; essas contribuições podem suprir desarranjos da Educação Básica. Entretanto, mesmo com os esforços acima citados, não se resolve o problema discutido quanto à formação profissional superior das universidades.

Segundo Kuenzer (2001, p. 10), temos conhecimento de que “escola é espaço de apropriação de saber socialmente produzido e não de desenvolver competências para o trabalho, pois estas se desenvolvem no próprio trabalho”, porém, dentro da escola a importância da formação de competências estabelece um elo que liga a produção ao pensamento crítico e libertador. Se na escola não se faz a prática pedagógica voltada para a formação para a vida e para o trabalho, fortalece-se a situação de desmembrar a prática de trabalho com a relação de conhecimento com os meios produtivos.

Nesse sentido, Delors (1999, p. 139) afirma que:

⁵ O Programa Ações Formativas Integradas (AFIN), cursinho pré-vestibular oferecido pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), teve em 2016 seus primeiros aprovados para a universidade, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O número de aprovados até o momento chegava a sete alunos, nos cursos de Psicologia, Agronomia, Administração, Ciências Biológicas, Filosofia e Matemática. Sirlei Aparecida Martins, da Pró- Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (Proex), à época, era uma das responsáveis pelo Programa. [...] Com subsídios da Proex, o AFIN é um projeto que oferece cursinho gratuito, bem como material didático pedagógico, para alunos que ainda estão cursando ou já terminaram o ensino médio em escolas públicas. Além deles, estudantes que já estão em graduações na UFU também são beneficiados, como destacou Sirlei: "os professores do cursinho são graduandos da universidade que recebem bolsas de extensão e estão trabalhando na área que eles estudam". Disponível em: <http://www.comunica.ufu.br/noticia/2016/01/cursinho-da-ufu-tem-os-primeiros-aprovados-na-universidade>. Acesso em: 26 jan. 2021.

A orientação supõe uma avaliação baseada num conjunto sutil de critérios educativos e de previsão da futura personalidade do adolescente. A escola deve chegar a uma ideia correta das potencialidades de cada aluno e, sempre que possível, os jovens devem poder recorrer a orientadores profissionais que os ajudem na escolha dos estudos a seguir (tendo em conta as necessidades do mercado de trabalho), no diagnóstico das dificuldades de aprendizagem e que apoiem certos alunos na resolução de eventuais problemas sociais. A responsabilidade do ensino secundário é, pois, imensa porque é muitas vezes durante essa fase da vida escolar que o futuro do aluno ganha forma. Deve, pois, abrir-se mais ao mundo exterior, permitindo que cada aluno corrija o seu percurso em função da sua evolução cultural e escolar.

Vale dizer que as considerações até aqui relacionadas são reflexões imprescindíveis à garantia de aprendizagem pelos alunos para que possam atuar como sujeitos ativos e capazes de lidar com as demandas de suas práticas sociais.

É preciso incluir todos em relação ao domínio do conhecimento, despertando o interesse de aprender, daquilo que é exigido nesse tempo e nesse espaço, pois a educação é “uma atividade mediadora no seio da prática social global.” (SAVIANI, 2012, p. 26).

Na sequência deste trabalho, apresentaremos estudos de contextos que julgamos viáveis e base para sensibilizar e fomentar, nos espaços escolares e em seus profissionais, o desejo de se tornarem agentes de transformação na vida dos jovens. As seções apresentadas estão organizadas com diálogo dos elementos que, interagindo entre si, são temas importantes para construções de saberes nas escolas.

2.3 Objetivos

2.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Educação: Formação Docente para a Educação Básica – Mestrado profissional, é investigar e compreender possibilidades de uma formação que ofereça aos jovens competências e habilidades técnicas e humanas de se realizarem enquanto indivíduos na sociedade em que vivem, conscientes e críticos em seus trabalhos, além de sonhar e construir novos mundos possíveis para o coletivo.

2.3.2 Objetivos específicos

- Desenvolver estudos dos contextos que envolvem a formação do jovem para a vida e o trabalho, para proposição de ações de intervenção.
- Analisar as propostas de políticas públicas para a Educação Profissional.
- Analisar os projetos de lei para inserção do jovem no mercado de trabalho.
- Propor temas para diálogos e reflexão que são pontos importantes para desenvolver conhecimento nos jovens, que contemplem a formação destes com foco em conteúdos para o trabalho e em seus projetos de vida.
- Propor um produto educacional que contemple a formação do jovem, voltado para uma prática transformadora e emancipatória, com vias a sensibilizar para escolha e autoconhecimento de habilidades.

2.4 Procedimentos da pesquisa

A presente pesquisa foi desenvolvida com base em pesquisa sistematizada, de natureza bibliográfica, análise de parte da legislação disponível sobre o tema e sistematização de propostas visando novas possibilidades da formação do jovem na Educação Básica, para a vida e para o trabalho. A escolha da pesquisa documental e bibliográfica abrange as concepções de estudiosos do tema delimitado, com a possibilidade de desenvolver uma pesquisa com nova visão daqueles trabalhos já apresentados e contextualizados.

O conhecimento científico oferece conteúdos já esgotados e ou inesgotáveis, por sua complexidade e constante transformação, devido à inserção de elementos anteriormente não apresentados, mas com significados relevantes, e nem sempre é possível concluir os dados exibidos, visto a velocidade dos fatos. As mudanças demandam rotineiramente novos estudos científicos.

E, segundo Morin (2001), a ciência edifica um campo do conhecimento humano, relacionada a um determinado foco de estudo, ou ainda a algum fenômeno, constituindo um conteúdo de teorias e princípios dispostos de forma sistematizada, mas não é uma “pilha de verdades”, e sim um espaço no qual acontecem batalhas envolvendo formas de ver o mundo, princípios e ideias.

Nesse sentido, para Lakatos e Marconi (1992), o tema deve ser especializado para que possa ser tratado em profundidade. No entanto, as autoras alertam para os perigos da excessiva especialização, que impede a síntese do trabalho, a correlação entre as ciências, e a possibilidade de se constituir uma visão unilateral do tema.

A análise de dados para construção da pesquisa foi feita conforme Laville e Dionne (1999). Partindo da definição do objeto da pesquisa, inicialmente foi realizada uma leitura dos contextos disponíveis, de acordo com a similaridade, e recorte das categorias a serem desenvolvidas nas seções, com alicerce teórico e análise das categorias de fatos empíricas da pesquisa. Finalmente, uma relação dos fatos e contextos registrados.

A delimitação do tema pode ser feita pela sua decomposição em partes. Essa decomposição possibilita definir a compreensão dos termos, o que implica a explicação dos conceitos. Ela também pode ser feita por meio da definição das circunstâncias, de tempo e de espaço. Além disso, o pesquisador pode definir sob qual ponto de vista irá focalizá-lo. “Um mesmo tema pode receber diversos tratamentos, tais como psicológicos, sociológico, histórico, filosófico, estatístico, etc.” (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 83).

Por meio dos objetivos, indicam-se a pretensão com o desenvolvimento da pesquisa e quais os resultados que se buscam alcançar. “A especificação do objetivo de uma pesquisa responde às questões para quê? E para quem?”. (LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 102).

A pesquisa aplicada para atingir o nosso objeto de estudo, “Formação do jovem do Ensino Médio para a vida e o trabalho”, está pautada na pesquisa bibliográfica e documental, com referências em textos que dialogam com autores, sobre os temas que possivelmente contextualizam a problemática que envolve o objeto.

Revisão bibliográfica - estudo preliminar: inicialmente foi desenvolvida pesquisa nas publicações disponíveis em documentos virtuais: artigos, teses e dissertações, *sites* e plataformas de referência do objeto, bem como em outros registros e documentos relacionados que serviram de base de conhecimento para o direcionamento da pesquisa, utilizando-se palavras-chave registradas no resumo deste estudo: Educação Básica, Ensino Médio, Formação de Jovens, Projetos de vida, Trabalho – ponto de partida para estudos de outros contextos que envolvem a temática e foram contextualizados dentro das seções.

Banco de dados: posteriormente, optou-se por relacionar os documentos com diálogos relevantes para o objeto da pesquisa, dos autores renomados e de outros menos relacionados nas buscas produzidas com o tema. Formou-se um banco de dados para seleção e escolha de conteúdo, visando responder às questões já propostas como ferramentas norteadores quando da construção do projeto inicial.

Com o banco de dados, foram analisados textos pertinentes, objetivando inserção, ou exclusão quando não contemplados, e possibilidades de aplicação na elaboração da pesquisa.

Seguindo o procedimento, estabeleceu-se uma relação de estudos desses contextos e das competências que fariam parte do trabalho para que pudéssemos obter conhecimentos e melhor direcionamento do objeto de pesquisa.

Inicia-se tendo em vista a finalização das fases de apropriar-se de conhecimentos e troca de ideias com os autores selecionados, coleta de dados com escolha dos conteúdos que farão parte da pesquisa, sempre na perspectiva de estabelecer reflexões com proposição de análise dos dados abordados nas competências observadas e sua relação com o objeto de pesquisa e as respectivas indagações, que serão alicerce para as considerações finais.

Análise dos dados: a análise dos dados foi desenvolvida com os contextos apresentados nas competências estudadas, relacionando-os com as questões investigativas e o problema da pesquisa. De acordo com as competências apresentadas dentro das sessões, estabeleceu-se uma análise das abordagens registradas, e o cruzamento do que foi apresentado para responder aos questionamentos, como subsídios para a conclusão.

2.5 Metodologia do produto

2.5.1 Produto - Formação dos jovens para a vida e o trabalho: sensibilizando escolhas

A atividade proposta foi elaborada para atender a uma necessidade apresentada dentro desta pesquisa. Quando abordamos o estudo do jovem e seu preparo para escolhas de vida e trabalho, constatamos que ele se encontra em fase de adolescência e nem sempre apresenta maturidade e conhecimentos intelectuais e práticos para seus caminhos após a conclusão da Educação Básica – o que nos fez pensar uma ação que possibilitasse desenvolver tais contextos intelectuais e práticos, além de provocar o desenvolvimento das habilidades socioemocionais e comportamentais as quais pudessem ser elementos-base para o protagonismo.

O produto serve de referencial metodológico para ações pedagógicas, orientando e facilitando aos espaços escolares a sua aplicabilidade, visto que a atividade sugerida requer comprometimento dos gestores e recursos humanos com habilidades para práticas em grupo. Isso abre um leque, tendo em vista que professores e outros profissionais da Educação abrigam essa organização de grupos em atividades em salas de aulas rotineiramente.

Dentro da abordagem conceitual, pontuamo-nos no protagonismo juvenil em busca de desenvolver contextos e diálogos, procurando trazer aos participantes reflexão sobre as relações com o mundo do trabalho, o conhecimento das habilidades comportamentais e socioemocionais, associando aos saberes técnicos como base para a emancipação e a inclusão social, possibilitando aos estudantes atuarem como sujeitos ativos da gestão de seus próprios caminhos.

A proposta é estruturada em atividades de grupo, com intenção de estimular o conhecimento dos participantes, pela diversidade e por trocas de experiências, aprimorando as relações interpessoais.

Os grupos são formados por adesão após divulgação, com cartazes e convites enviados aos pais e familiares, para buscar comprometimento da família, pois também é de sua atribuição contribuir neste momento de escolhas e formação dos jovens.

Os encontros são realizados semanalmente em número de dez, com duração mínima de duas horas, podendo se estender de acordo com a evolução do grupo.

As atividades pré-programadas, com temas e ações já estabelecidos, podem ser alteradas de acordo com o desenvolvimento do grupo, na percepção dos educadores. São aplicadas por esses educadores responsáveis e pela participação de pessoas convidadas da comunidade, que atuam diretamente na área, no que se refere à atividade “Conhecendo as profissões”, sendo estas apresentadas aos jovens em forma de palestra com espaço para respostas a dúvidas.

Como sugestão, apontamos para a aplicação de teste vocacional, que poderá contribuir para a conclusão do processo. Nas plataformas digitais, há testes já com as respostas conclusivas das áreas afins. Pontuando o comportamento dos integrantes durante o grupo, bem como suas manifestações em avaliações feitas por eles e nas respostas das atividades, estabelece-se um elo com o resultado do teste. Assim, a devolutiva, em um encontro final, deve ser palco para diálogos entre educadores e jovens, sendo que esse encontro é feito individualmente com cada participante.

Portanto, este produto educacional apresentado como atividades em grupo para formação de jovens para a vida e o trabalho pretende atuar no fortalecimento do participante, munindo-o de conhecimentos técnicos e pessoais, visando seu protagonismo. O processo de avaliação será feito em todos os encontros por meio do “caródromo” (atividade aplicada ao final de todo encontro, com cartaz de caricaturas através das quais é possível aos participantes expressarem seus sentimentos sem necessidade de identificação), dando assim

empoderamento para manifestarem sua satisfação com o que foi desenvolvido. Para os educadores, um termômetro que permite avaliar a aceitação das atividades.

Concluindo, os jovens são acompanhados na execução das atividades em grupo: abordagem de temas relativos ao objetivo, atividades para realizarem em casa como proposta de desenvolver autoconhecimento, avaliação das atividades propostas apontando melhorias e alterações, espaço para conhecer as profissões pelas quais tenha sido manifestado interesse pelos participantes, ao longo dos encontros.

Cada atividade deve contar com dois ou mais educadores, para possibilitar uma troca de informações sobre o que foi observado no comportamento dos integrantes. Ao final do projeto, é dado *feedback* aos participantes, dentro do que foi percebido durante as atividades, bem como direcionando seus caminhos de acordo com o perfil apresentado.

A seguir faremos uma abordagem sobre o trabalho e a formação profissional, contexto que precisa ser compreendido pelos jovens a fim de que possam desenvolver uma reflexão como proposta para pensar a inserção do trabalho em seu caminho de vida, após concluírem os anos de escolaridade.

2.5.2 Metodologia do produto educacional

Proposição: a construção do produto educacional interventivo foi fomentada pelas considerações percebidas ao longo da pesquisa, como forma de desenvolver uma atividade que pudesse ser relevante para a formação dos jovens do Ensino Médio e para o sistema educacional. As competências elencadas para o diálogo com o leitor apontaram para esta proposta.

Natureza das atividades: os procedimentos metodológicos seguem com proposição de atividades em grupo e individuais, direcionadas para sensibilizar e desenvolver o sujeito individual e coletivamente, na abordagem da construção do conhecimento por meio de trocas de experiências e diversidades de contextos, possibilitando a formação crítica e libertadora, com vistas à emancipação e escolhas para trajetórias de vida.

Embasamento: apontamentos dos assuntos que deveriam ser inseridos nas atividades propostas para os diálogos dentro da pesquisa nos espaços escolares. Para a composição das atividades desenvolveu-se busca em trabalhos com o mesmo objeto, a fim de compreender a forma como estavam construídos.

Elaboração do produto educativo: posteriormente, a partir do embasamento teórico, estabeleceu-se planejamento da linha de construção dos encontros, tendo em vista uma orientação de pensamento que proporcionasse: compromisso e responsabilidade com a aplicabilidade do produto educacional (1º encontro), interação entre os participantes para conhecimento da identidade (2º encontro). Os encontros seguintes foram traçados com atividades práticas, direcionadas à formação do jovem para projetos de vida e trabalho

Para a composição dos encontros, estudos sobre dinâmicas e atividades foram realizados em livros relacionados ao tema. Na seleção das dinâmicas de grupo, usaram-se critérios visando melhor aproveitamento, considerando a quantidade de estudantes participantes. As atividades individuais propostas também foram selecionadas com a mesma intenção. Tudo isso é apresentado na Seção 8 deste trabalho.

A seguir faremos uma abordagem sobre o trabalho e a formação profissional, contexto que precisa ser compreendido pelos jovens a fim de que possam desenvolver uma reflexão como proposta para pensar a inserção do trabalho em seu caminho de vida, após concluírem os anos de escolaridade.

3 TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Nesta seção pretendemos abordar os principais aspectos históricos das ações educacionais com vistas à formação profissional de jovens no Brasil. Entretanto, antes de adentrarmos o tema específico desta pesquisa, é importante compreender as bases sociais que compõem o trabalho na atualidade, a fim de desvendar as motivações sociais, culturais e econômicas do modo como se revela a Educação Profissional no contexto histórico vigente.

De modo geral, o trabalho constitui-se, desde os tempos mais remotos, como uma atividade central para formação e organização das diferentes áreas da vida em sociedade. Isso porque é a partir do ato de transformar a natureza para atender a suas necessidades materiais que o homem se diferencia dos demais animais e torna-se um ser social: “A partir do trabalho, o ser humano se faz diferente da natureza, se faz um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento históricas completamente distintas das leis que regem os processos naturais.” (LESSA; TONET, 2011, p. 17-18).

Nessa direção, Manfredi (1998) aponta que, ainda que seja a base comum de fundamentação de qualquer tipo de sociedade, o trabalho ganhou contornos e características distintas ao longo dos diferentes períodos históricos. Assim como todos os aspectos da vida em sociedade, o trabalho é também fruto dos movimentos e das transformações históricas do modo de produção e da distribuição da riqueza material.

As sociedades primitivas, por exemplo, baseavam sua produção material na coleta de alimentos, pesca e agricultura rudimentar. A divisão social do trabalho desse tipo de sociedade era fundamentada nas diferenças de gênero e de idade: mulheres e jovens dedicavam-se às atividades domésticas e à agricultura e os homens trabalhavam na coleta e na pesca. Uma característica fundamental do trabalho social nas comunidades primitivas era a divisão igualitária dos produtos do trabalho. (LESSA; TONET, 2011, p. 52-53).

Entretanto, com o desenvolvimento de ferramentas mais complexas e com um maior conhecimento da natureza, a humanidade conseguiu, sobretudo a partir da descoberta das sementes e da criação de animais, produzir mais do que o necessário para a sobrevivência. O excedente de produção, resultado desse desenvolvimento, possibilitou o início da exploração do homem pelo homem. Lessa & Tonet (2011) explicam que o início dessa exploração é determinante para a transformação dos modos de produção e, conseqüentemente, do trabalho:

Temos aqui a gênese de algo radicalmente novo na história humana. Nas sociedades primitivas, os indivíduos, por mais que divergissem, tinham no fundo o mesmo interesse: garantir a sobrevivência de si e do bando ao qual pertenciam. Com o surgimento da exploração do homem pelo homem, pela primeira vez as contradições sociais se tornam antagônicas, isto é, impossíveis de serem conciliadas. A classe dominante tem que explorar o trabalhador, este não deseja ser explorado. (LESSA; TONET, 2011, p. 53).

Dessa forma, essa mudança radical possibilita a criação de sociedades baseadas na exploração do homem pelo homem, a partir da lucrativa produção do excedente econômico. Um exemplo desse novo modo de produção que se consolida neste período são as sociedades escravistas, as quais se caracterizavam pela existência de duas classes sociais distintas: os senhores e os escravizados.

Nesse tipo de sociedade, toda a produção realizada pertencia aos senhores e, portanto, os escravizados não se importavam com o desenvolvimento das forças produtivas e com o aumento da produtividade. Assim, este foi um período marcado pela paralisação do desenvolvimento das técnicas produtivas, e o único modo que os senhores possuíam de aumentar seus lucros era com o aumento da quantidade de escravizados. (LESSA; TONET, 2011).

O aumento de tal força de trabalho significava também o aumento dos impostos pagos pelos senhores para manter o “exército” e, conseqüentemente, a diminuição do lucro obtido. Assim, a derrocada do sistema escravocrata, ao contrário do que acontecera nas sociedades primitivas, deu-se a partir da desestruturação da economia, e início então de uma lenta transição para o modo de produção feudal. (LESSA; TONET, 2011, p. 60).

Segundo os autores, o feudalismo organizava-se a partir de unidades agrárias e autossuficientes chamadas feudos. Essas sociedades dividiam-se também em classes antagônicas, quais sejam, os senhores feudais e os servos. Entretanto, diferenciava-se das sociedades escravistas, sobretudo pelo fato de os servos serem proprietários de suas ferramentas e de uma parte minoritária da produção. Assim, aos servos interessava o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade. Lessa & Tonet (2011) resumem esse período da seguinte forma:

Como resultado desse interesse, começaram a desenvolver novas ferramentas, novas técnicas produtivas, novas formas de organização do trabalho coletivo, aprimoraram as sementes, melhoraram as técnicas de preservação do solo. Em poucos séculos a produção voltou a crescer e, graças à melhor alimentação, a população aumentou. Logo em seguida, o aumento da produção e da população provocou uma crise no sistema feudal: o feudo possuía mais servos do que necessitava e produzia mais do que conseguia consumir. (LESSA; TONET, 2011, p. 62).

Diante dessa crise produtiva, os servos foram expulsos dos feudos e passaram a viver de roubos e trocas. A consolidação do comércio, das cidades e das novas técnicas de produção propiciou o surgimento de duas novas classes: os artesãos e os comerciantes – chamados de burgueses. (LESSA; TONET, 2011, p. 63).

Esses mesmos autores explicam que a burguesia se expandiu rapidamente entre os séculos XI e XVIII, e o grande desenvolvimento das forças produtivas possibilitou-lhe a realização da Revolução Industrial (1776-1830). Após esses eventos históricos, surge o proletariado enquanto classe social antagônica à burguesia e as bases fundamentais do modo de produção capitalista e do trabalho tal como conhecemos hoje. Segundo Lessa & Tonet (2011):

O modo de produção capitalista tem em sua essência uma nova forma de exploração do homem pelo homem: do trabalhador, a burguesia compra apenas a sua força de trabalho. [...] para que a força de trabalho possa ser convertida em mercadoria, ou seja, possa ser comprada e vendida no mercado, é necessário que o trabalhador seja separado dos meios de produção e do produto produzido. (LESSA; TONET, 2011, p. 63-64).

Podemos observar que é a separação do trabalhador do fruto de sua produção que torna o trabalho alienado no modo de produção capitalista, e é a partir da necessidade de perpetuar esse sistema que se constituem as bases da educação profissional nas sociedades capitalistas.

3.1 Breves perspectivas sobre o histórico educacional no Brasil a partir do século XX

Faremos esta contextualização com as referências dos autores Hilsdorf (2003), Teixeira (1977), Antunes (2006), Fagundes (2009), Otranto & Pamplona (2008) e Santos (2011). Até a Primeira Guerra Mundial, a inércia econômica brasileira possibilitou o suporte necessário de um sistema dualista, que servia predominantemente à elite e a grande parcela da classe média; as classes populares não tinham acesso à escola. (TEIXEIRA, 1977).

As tarefas de formular as políticas educacionais, entretanto, seguiam nas mãos das elites, como era nos períodos anteriores. Esse aspecto refletia as baixas taxas de escolaridade da população mais pobre da época, sendo que o analfabetismo no Brasil chegou, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a atingir 65% da população. (HILSDORF, 2003).

Segundo Hilsdorf (2003), logo após a Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918) há uma intensificação no processo de industrialização do País, concomitante a um aumento no número de operários imigrantes, vindos principalmente da Itália e da Espanha. Essas transformações impunham novos desafios à Educação brasileira.

O autor ainda explica que em 1930 acontece um grande salto para a compreensão da Educação enquanto uma instituição social essencial para o crescimento do País, com a criação do Ministério Público da Educação e Saúde, no período do governo provisório de Getúlio Vargas. Porém, esse avanço aconteceu de forma lenta e gradual, já que a chamada Reforma Capanema⁶ ressaltava o acesso ao Ensino Superior às elites e destinava o Ensino Profissionalizante às camadas mais pobres da população.

Nesse contexto, Otranto e Pamplona (2008) descrevem o período de avanço da Educação Profissionalizante no Brasil durante a Era Vargas enquanto objeto da necessidade de criação de mão de obra para satisfazer as necessidades do mercado industrial em crescimento na época:

A educação profissional se resumia a quatro decretos que organizavam os ramos da economia englobando os cursos Industrial, Comercial e Agrícola, e, ainda, o curso Normal que possuía uma característica diversa, pois se destinava à formação de professoras (mulheres) e era elitista em termos de seleção. Os cursos profissionalizantes, de forma geral, eram compostos por 2 ciclos: um Fundamental (Ginasial), na maioria dos casos com 4 anos, e outro chamado de Técnico com duração de 3 a 4 anos, o último sequencial ao primeiro. Há que se compreender que o momento econômico mundial era delicado, já que a Segunda Guerra Mundial estava em andamento e dificultava a vinda de mão de obra especializada oriunda de outros países. Por outro lado, a formação de pessoal era extremamente necessária, já que puxada pela demanda interna por produtos industrializados, que crescia. (OTRANTO; PAMPLONA, 2008, p. 13).

Com vistas a promover melhorias nesse quadro, a partir da terceira Constituição brasileira, de 1934, a Educação passa a ser um direito de todos e deveria ser promovida pelos Poderes Públicos e pela família (BRASIL, 1934). Nessa época a organização do ensino era

⁶ Reforma Capanema é a “reforma do sistema educacional brasileiro realizada durante a Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema. [...] de todas as áreas do plano educacional, a educação secundária seria aquela em que o ministério Capanema deixaria sua marca mais profunda e duradoura. Segundo os autores de “Tempos de Capanema”, o sistema educacional proposto pelo ministro correspondia à divisão econômico-social do trabalho. Assim, a educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina; uma educação destinada à elite da elite, outra educação para a elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande “exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação” e outra ainda para as mulheres. A educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, “realidade moral, política e econômica” a ser constituída. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/reforma-capanema>. Acesso em: 23 jan. 2020.

dividida em cinco anos de Curso Primário, quatro de Curso Ginásial e três de Colegial. Por volta de 1947, o governo federal lança uma campanha nacional de alfabetização.

De modo geral, as mudanças realizadas durante a Reforma Capanema seguiram um curso marcado por diversas mudanças políticas e sociais, até a consolidação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº 4.024/61, em 1961 (BRASIL, 1961), durante o governo de João Goulart. O capítulo IV da LDB tratava da formação de professores e dava destaque aos seguintes aspectos:

- Os objetivos do Ensino Normal;
- O processo de construção do futuro docente nos graus Ginásial e Colegial;
- A emissão de certificados de conclusão de acordo com o nível de ensino;
- A produção de cursos de especialização e aperfeiçoamento; e
- A formação de docentes para atuarem em nível médio.

Durante o período de ditadura militar, de 1964 a 1984, inicia-se a abertura de escolas de nível superior privado. Tal iniciativa veio para pôr fim ao excedente de jovens aprovados e sem vagas nas universidades. Foi criado exame de vestibular com vistas a classificar os estudantes. Após o fim do regime militar em 1984, educadores e parceiros das diversas áreas do conhecimento começaram a discutir o ensino de forma ampla e democrática. (FERREIRA JR.; BITTAR, 2008).

Com a promulgação da Constituição de 1988, começa a gestação da mais recente versão da LDB - Leis de Diretrizes e Bases, baseada no princípio do direito universal de educação para todos. Sua característica apresenta o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, a gestão democrática do ensino público e a autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares já no início do século XXI.

A LDB é a mais importante lei brasileira que se refere à Educação. Foi aprovada em dezembro de 1996 sob o nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), 35 anos após a primeira LDB, promulgada em 1961 (BRASIL, 1961). Conforme Fagundes (2009),

A LDB, também denominada Lei Darcy Ribeiro, por ter sido ele quem, na condição de Senador, apresentou um substitutivo ao projeto que estava em trâmite na época é considerada a Lei maior da Educação Brasileira, sendo, inclusive, denominada **Carta Magna da Educação**. (FAGUNDES, 2009, p. 1, grifos da autora).

A criação da Lei 9.394/96 veio na intencionalidade de garantir o direito a toda à população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, valorizar os profissionais da Educação, estabelecer o dever com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Sobre as características da Lei 9.394/96, Fagundes (2009, s/p) afirma que ela

[...] apresenta os traços marcantes do esforço sintetizador e da visão antecipatória de Darcy Ribeiro. Fundador de Universidades, o professor Darcy Ribeiro empenhou sua capacidade criativa em um texto legal reduzido o suficiente para manter-se genérico e flexível e garantindo as transformações educacionais exigidas pelo país.

Nesse contexto, a LDB de 1996 trouxe avanços com relação à lei anterior, alguns dos quais serão aqui registrados, para que possamos perceber o que veio sendo desenvolvido na prática desde que foi sancionada:

- Ascensão do conceito de Educação Básica, que integra Educação Infantil, Educação Fundamental e Ensino Médio, propiciando a organização de um sistema de Educação nacional abrangente e universalizado, isto é, capaz de garantir a plena escolaridade para toda a população do País;
- Aumento do número mínimo de dias letivos, implicando maior tempo de permanência na escola, fato que permite a melhoria do atendimento pedagógico de qualidade;
- Flexibilização da forma de organização do tempo, reclassificação dos alunos, definição do calendário, critérios de promoção e ordenação curricular; Inclusão da educação infantil, em creches e pré-escolas, como primeira etapa da Educação Básica, consequência do direito da criança pequena à educação e não apenas direito da mulher trabalhadora; Valorização do Ensino profissional e técnico, enfatizando a necessidade de uma maior articulação entre estudos teóricos e práticos; Revalorização da formação do Magistério (BRASIL, 1996).

De acordo com a LDB 9.394/96, a Educação brasileira é dividida em dois níveis: a Educação Básica – composta pela Educação Infantil (creches e pré-escola), gratuita, mas não obrigatória, de competência dos municípios; pelo Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), gratuito e obrigatório, com responsabilidade dos municípios; e pelo Ensino Médio (1º ao 3º ano), de responsabilidade dos Estados (essa etapa pode ser técnico-profissionalizante) – e o Ensino Superior, que é de competência da União.

No Ensino Médio, as disciplinas compreendem 1.800 horas de aulas divididas nas áreas: humanas, exatas e tecnológicas. Desta forma o estudante pode ter a oportunidade de adquirir conhecimentos de acordo com os seus interesses. As disciplinas obrigatórias,

Português e Matemática, compõem conhecimentos para seguir os caminhos e projetos de vida. (NOVO, 2020).

Ainda dentro da modalidade de Educação há outros níveis, quais sejam: Educação Especial, Educação à Distância, Educação Profissional e Tecnológica, Educação de Jovens e Adultos EJA, Educação Indígena. Também elencam, em suas concepções, o financiamento e a formação dos professores. A seguir, falaremos um pouco sobre os níveis de divisão da Educação brasileira.

Inserido no Ensino Superior, temos o curso de Pedagogia, realizado em até cinco anos, forma professores com possibilidades de definir competências e conhecimentos para promover a formação do educando desde os anos iniciais até o Ensino Médio, e modalidades de formação profissional e de inclusão.

Santos (2011), apoiada em Gatti (2008), comenta sobre a formação continuada a partir da LDB 9.394/96:

Com relação às regulamentações e normatizações, os estudos de Gatti (2008) revelaram que, com o advento da LDB 9394/96, a formação continuada apresentou crescimento exponencial. Esse crescimento refletiu os aspectos contextuais que passaram a advogar essa modalidade de formação como caminho para equacionar os problemas originários da formação inicial do professor e de como esses problemas se refletiram na qualidade do ensino. Com essa intenção, a legislação aludida ofereceu respaldo e redistribuiu responsabilidades no provimento da formação continuada com os entes federados, ampliando dessa forma, os espaços formativos na esfera pública, ao mesmo tempo em que delimitou suas finalidades. (SANTOS, 2011, p. 2).

São diversas as propostas trazidas pela LDB 9.394/96. Vincular a qualificação docente com a valorização profissional, sugerir piso salarial e melhores condições adequadas de trabalho, é o mínimo que se pode pensar para que haja um ensino de qualidade, porém, no que depender de fatores externos, como localização geográfica, recursos humanos e financiamentos para a capacitação, bem com tempo disponível, e a vontade de mudar e transformar, que é intrinsecamente da vontade de cada um, cabe a cada profissional buscar sua motivação para enfrentá-los.

Diante do exposto acima, podemos perceber que houve muitas tentativas de melhorias dentro da evolução da Educação, com rupturas marcantes, desde o período colonial – mas não são satisfatórias. Apesar de a Educação apresentar alterações em seu planejamento, continua a manter os arranjos determinados pela sociedade, mas com vistas a fazer permanecer os alunos nos bancos escolares, sem, contudo, pensar uma melhor forma de transmitir conhecimentos com foco para desenvolver a emancipação dos seus alunos e professores.

3.2 Educação Profissional, no Brasil

Os temas educação e trabalho, interligados, não são uma novidade. Lá no início das práticas escolares, o trabalho já estava presente nas iniciativas pedagógicas – mesmo que de forma social, dentro da dualidade de um sistema que oferecia formas diferentes de ensino para diferentes classes, apenas para atender a uma demanda do sistema capitalista. Havia uma formação profissional neste espaço, acentuando a divisão de classes, como nos apresenta Bourdieu (1992) dentro do princípio de inteligibilidade “das relações entre o sistema de ensino e a estrutura das relações entre as classes” – tendo em vista que a classe mais favorecida tinha uma formação voltada para contexto intelectualizado, acadêmico, científico e propedêutico; e, por outro lado, às classes menos favorecidas era ofertado apenas o ensino sobre as práticas de produção para inserção no mercado de trabalho, com produção em massa e mecânica, operação de máquinas.

Essa dualidade estrutural aponta, assim, para uma escola fragmentada, com trajetórias diferentes a partir de um critério baseado na classe social do indivíduo, conforme afirma Campello (2009):

A dualidade estrutural expressa uma fragmentação da escola a partir da qual se delineiam caminhos diferenciados segundo a classe social, repartindo-se os indivíduos por postos antagonistas na divisão social do trabalho, quer do lado dos explorados, quer do lado da exploração. Baudelot e Establet (1971), entre outros teóricos do crítico-reprodutivismo, desvendam a ilusão ideológica da unidade da escola e da existência de um tipo único de escolaridade. Para essa teoria, a escola não é única, nem unificadora, mas constituída pela unidade contraditória de duas redes de escolarização: a rede de formação dos trabalhadores manuais (rede primário-profissional ou rede PP) e a rede de formação dos trabalhadores intelectuais (rede secundário-superior ou rede SS). (CAMPELLO, 2009, s/p).

Campello (2009) continua o raciocínio, citando Sousa e Silva (2003): “O dualismo da escola no modo capitalista de produção se manifesta como resultado de mecanismos internos, pedagógicos, de destinação de ‘uns e não outros’ (SOUSA E SILVA, 2003) para os estudos longos em suas fileiras nobres como mecanismo de reprodução das classes sociais”, e completa:

Nessa concepção, para apreender a dualidade estrutural característica da escola capitalista é necessário colocar-se do ponto de vista daqueles que são dela excluídos. A repetência, o abandono, a produção do retardo escolar são mecanismos de funcionamento da escola e que fazem parte de suas características. É sua função discriminar, e isto desde o início da escolarização, na própria escola primária, que também não é única e que também divide. “Seus ‘defeitos’ ou ‘fracassos’ são, em

verdade, a realidade necessária de seu funcionamento” (Baudelot & Establet apud CAMPELLO, 2009, s/p).

Diante de tal quadro, é preciso desenvolver uma avaliação crítica por parte dos responsáveis pela formação dos jovens. Será que eles estão buscando inserção no mundo do trabalho de maneira automática e ou por uma necessidade social? Se assim for, fica evidente que a vocação cede lugar à frustração de estabelecer a relação de trabalho pautada somente na condição social. Essa realidade desenvolve nos jovens insatisfações que os aprisionam e faz da atividade laboral um fardo para suas vidas. Mais uma vez a Educação Básica tem um papel importante na formação juvenil e seus representantes, os docentes os mediadores desses diálogos.

A escolha da profissão deve ser uma determinação do indivíduo diante de sua história construída até o momento, de forma consciente e esclarecida. Sabe-se que a adolescência é uma fase em que há o desprendimento da infância e a entrada progressiva no mundo e no papel adulto; é nesse contexto conturbado que os jovens precisam assumir uma postura diante da sociedade, tendo que optar por uma carreira profissional a ser seguida (MÜLLER, 1998). O caminho tem fundamento nas suas escolhas, mas é preciso estabelecer alguns passos para que tenham êxito. É preciso conhecer quais são as suas habilidades e depois procurar conhecer as áreas pelas quais têm maior interesse.

Diante dos vários processos e das muitas buscas para se colocar o jovem no mundo do trabalho, diversas delas acontecendo de forma precária e sem uma visão crítica por parte destes, entendemos que a Educação Profissional no Brasil atua para atender às demandas da sociedade e do País e ainda tem uma longa jornada a percorrer.

Apontaremos a seguir contextos que podem contribuir para uma crítica mais efetiva sobre a inserção no mundo do trabalho, com conhecimento de ferramentas que possibilitarão a este jovem identificar alguns recursos internos, os quais, aliados às ferramentas, têm condição de tornar esse momento menos sofrido, e o caminhar, mais definido e direcionado.

4 OS JOVENS E OS CAMINHOS PROFISSIONAIS

“O que você quer ser quando crescer?”

Essa é uma pergunta feita com frequência na infância e nos primeiros anos da adolescência, e já se refere à escolha da futura profissão. Para essa indagação, mesmo que ainda sem conhecimento de causa, há sempre uma resposta, intuitiva ou vinda de exemplos familiares de profissões admiradas. Já na adolescência, a questão muda: “Você irá prestar vestibular para qual curso?”.

Nos primeiros anos de vida todas as respostas sobre o futuro profissional são recebidas com naturalidade e satisfação por parte dos adultos. Porém, com o passar dos anos, a adolescência traz um questionamento mais severo e pontual e a resposta não é mais parte de uma brincadeira, mas sim o apontamento de caminhos futuros a serem traçados.

A dinâmica da vida adulta que se aproxima não permite demoras e é demandado que os jovens saibam responder com firmeza e fundamentos os motivos de suas definições profissionais. Mas o que esses jovens pensam sobre tal questionamento?

A orientação profissional juvenil pretende contribuir não apenas para a escolha de profissões, mas também para o modo de vida que se pretende construir, a partir do desenvolvimento de projetos pessoais que colaborem inclusive para a segurança e a sobrevivência financeira. Todas as opções para o futuro são viáveis, desde que sejam acompanhadas de uma formação de base para a visão crítica, libertadora e emancipatória.

Conhecer a vocação para planejar o futuro é importante, já que um trabalho dotado de sentido possibilita a transformação da realidade. Assim, todo o coletivo se beneficia de escolhas profissionais realizadas com orientação e segurança, e nesse processo os jovens podem se relacionar e desenvolver trocas de experiências e conhecimentos.

Para Sarriera, Câmara & Berlim (2000), “A intervenção se justifica na promoção de um sentido de conscientização deste como agente participante nas modificações micro e macros sistêmicos. Busca-se, finalmente, fornecer subsídios para que o jovem seja agente de conhecimento, interação e controle em seu contexto, reconhecendo seu papel ativo na construção de um meio eficaz para o desenvolvimento humano integral.” (SARRIERA; CÂMARA; BERLIM, 2000, p. 190).

A vocação, ainda que seja um aspecto individual e subjetivo, pode ser tomada enquanto uma categoria de análise teórica importante em relação aos processos de escolhas e possibilidades profissionais. Nessa linha, Perrusi (2009) compreende a vocação como uma potência que permite expressão da identidade profissional. Esta, por sua vez, é uma expressão

coletiva e conectada a diversos aspectos sociais e culturais. Isso porque, para o autor, a identidade profissional é construída a partir da percepção e do (re)conhecimento do lugar que o indivíduo ocupa no coletivo social.

No caso da identidade profissional, o peso da representação é considerável, pois todo processo de identificação exige um conhecimento, seja em relação a si mesmo, seja as atividades inscritas no processo de trabalho; nesse sentido, o processo de identificação profissional é um ato cognitivo por excelência, utilizando o saber prático e o saber formalizado, adquirido na formação profissional, para a sua consolidação. Ora, para que isso aconteça, é necessário que os indivíduos sintam-se reconhecidos e valorizados. O reconhecimento identitário é um processo cuja formação estrutura-se num espaço de identificação, o qual está inseparável de outros espaços, incluindo os de legitimação dos saberes e das competências associadas às identidades profissionais. Portanto, o espaço da atividade profissional é o espaço de reconhecimento das identidades profissionais. (PERRUSI, 2009, p. 2).

Desta maneira, para que a vocação e a identidade profissional sejam reconhecidas em sua integridade, é necessário que exista um projeto que permita ao indivíduo a compreensão de sua realidade material integrada às suas possibilidades de atuação e transformação.

É impossível, portanto, pensar a vocação enquanto uma categoria individual, descolada da realidade coletiva. Para reconhecerem a si mesmos e a suas potências, os sujeitos precisam, antes, reconhecer as mediações entre seus desejos e necessidades particulares e os aspectos sociais, materiais, políticos e culturais que os cercam.

É importante ressaltar ainda que esta não é a única leitura possível a respeito da categoria “vocação”. Bock (2014) esclarece que,

No período feudal, por exemplo, essa categoria era utilizada pela Igreja para designar os desejos divinos para a vida dos indivíduos. Desta maneira, impedia-se que os trabalhadores questionassem ou se revoltassem contra as opressões impostas por aquela ordem social. (BOCK, 2014, p. 42).

Seguindo o percurso histórico do tema, Bock (2014) aponta:

Já no modo de produção capitalista, que ao menos na teoria prega a igualdade entre todos os homens, não é mais coerente falar em um destino traçado por Deus. Assim, a vocação passa a ser designada enquanto um traço biológico, ou seja, algum tipo de talento ou propósito com o qual os indivíduos nasceram e são, portanto, a justificativa de seus sucessos ou fracassos (BOCK, 2014, p. 43).

Nesta pesquisa, ao contrário dessas concepções, compreendemos a vocação enquanto uma mediação possível e necessária entre o mundo individual e coletivo.

4.1 Uma escolha de múltiplas possibilidades

O mundo do trabalho está em constante transformação e, como consequência, as profissões se reinventam cotidianamente, de acordo com as novas propostas e necessidades. A partir dos anos 1980, especialmente, o amplo processo de reestruturação produtiva do capital demandou mudanças sociais intensas – e as profissões não fugiram à regra.

Esse processo de reestruturação produtiva no mundo do trabalho acompanha, não coincidentemente, um amplo crescimento da taxa de pobreza mundial e do desemprego, já que é pautado pelo aumento da acumulação privada em detrimento da justiça social.

Observa-se um intenso processo de reestruturação produtiva do capital através da integração dos mercados financeiros, fundamentado, por sua vez, no novo ideário político neoliberal de livre comércio e de menor presença do Estado como poder regulador das relações entre capital e trabalho. Nesse contexto, dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT (2012) mostram que a taxa de pobreza aumentou na metade dos países economicamente desenvolvidos e em 1/3 dos países de economia em desenvolvimento. A desigualdade também se elevou na metade dos países de economia desenvolvida e em um quarto nos países de economias em desenvolvimento. (FAGIANI; PREVITALI, 2014, p. 56).

Segundo Fagiani e Previtali (2014), parte significativa deste processo é o aumento da mais-valia relativa⁷ a partir da inserção de novas tecnologias nos processos de produção. Dessa maneira, diminui-se o tempo necessário de produção (e de trabalho) e, conseqüentemente, o custo da produção e da força de trabalho.

No modo de produção capitalista, a redução do tempo de trabalho não é sinônimo de melhores condições laborais e aumento de tempo livre para os trabalhadores, mas sim de crescimento da taxa de desemprego e dos empregos informais e precarizados.

Portanto, o capital realiza a mais-valia relativa através de um processo de mudanças nos meios de produção e métodos de organização do trabalho por meio da aplicação

⁷ “O conceito de mais-valia é uma das ideias centrais dos trabalhos de Karl Marx que tratam das formas de organização social sob a perspectiva do “materialismo histórico”, isto é, diante da noção de que a realidade material do indivíduo é a maior responsável pela forma como ele se desenvolve.” A produção que excede o necessário para o pagamento do salário do trabalhador é recolhida pelo capitalista, tornando-se o que o citado autor definiu como mais-valia. “A mais-valia relativa apresenta-se quando o desenvolvimento de maquinário mais avançado e de maior eficiência, o que, teoricamente, levaria à diminuição dos custos e do tempo de produção, não se traduz em melhorias para o trabalhador. Em princípio, portanto, o desenvolvimento tecnológico resultaria na diminuição da jornada de trabalho do empregado, já que este produziria a mesma quantidade de riqueza necessária para pagar por seu trabalho em um menor espaço de tempo. Todavia, a concretização da mais-valia relativa está na não diminuição da jornada de trabalho e na manutenção do valor do trabalho aplicado ao produto independentemente do aumento da produção. Sendo assim, quanto mais avançado o maquinário ou as ferramentas de produção, maior seria a produção em um mesmo espaço de tempo e, conseqüentemente, maior seria a mais-valia”. OLIVEIRA, Lucas. Mais-Valia. **Brasil Escola**. S.d. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/conceito-mais-valia.htm>. Acesso em: 27 jan. 2021.

da tecnologia que, por sua vez, reduz o valor da mercadoria e da força de trabalho. Há um estímulo individual do capitalista para a redução do tempo de trabalho necessário, que é o barateamento da mercadoria devido à concorrência dos demais capitalistas. (...) Nesse sentido, o capitalista que introduz as inovações no processo produtivo tem a possibilidade de apropriar-se da maior parte da jornada de trabalho para o mais trabalho do que os demais capitalistas que ainda não o fizeram. (FAGIANI; PREVITALI, 2014, p. 57)

A partir dessas transformações tecnológicas, é comum que se recorra ao termo “profissões do futuro” para tratar de ocupações que demandam essas novas qualificações e têm o potencial de maior remuneração e prestígio na sociedade. Isso vem sendo apontado por diversos estudiosos do tema, como pode ser constatado na entrevista do professor Nelson Pretto ao jornal Estadão (2014, s/p):

Nelson Pretto, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, afirma que as escolas terão de acompanhar as demandas do mundo contemporâneo. "Escola e juventude não podem ser simplesmente consumidoras de informações, mas produtores de conhecimentos", defende. Para ele, as tecnologias terão cada vez mais destaque. "A educação do futuro será um grande laboratório hacker, com produção de materiais multimídia o tempo todo." (ESTADÃO, 2014).

Entretanto, esta pesquisa compreende que as escolhas profissionais não devem estar relacionadas aos elementos do mercado ou às versões atuais de profissões de prestígio; mas sim à vocação – ou seja, a possibilidade de o jovem relacionar a realidade social com suas condições materiais particulares e avançar em uma profissão que esteja de acordo com sua identidade profissional.

Assim, é dever das instituições responsáveis pela formação educacional da juventude ceder todo suporte necessário para que o processo de escolhas seja pautado nestas características, e não nas necessidades imediatas do mercado de trabalho, como já reza a Constituição atual de nosso País (BRASIL, 1988, s/p):

Art. 277. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e adolescente, como absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Isso não significa não preparar estes jovens para as inovações tecnológicas que avançam aceleradamente e definem as ações de transformações sociais e profissionais. Os recentes avanços tecnológicos e a intensa automação do mundo do trabalho modificam o contexto para a inserção nas atividades laborais, e desta maneira a vocação profissional deve

estar aliada a esse conhecimento, que é condição básica para a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Assim, a responsabilidade das instituições de formação dos jovens é de prestar atenção a seus comportamentos e desenvolver discussões acerca da relação entre a vocação e o perfil característico de cada um e as profissões, bem como as competências necessárias para atuação profissional.

Mandelli, Soares e Lisboa (2011, p. 55) definem a orientação profissional como “[...] uma prática que visa ampliar a percepção do sujeito de si próprio em relação ao mundo do trabalho, uma intervenção que possibilita a formação de um pensamento crítico e a apropriação da autonomia do sujeito diante de seu futuro”. Desta maneira, a Educação Profissional possibilita que o jovem relacione suas características e habilidades pessoais com as dinâmicas do mundo do trabalho e consiga, assim, encontrar o melhor caminho dentro deste processo.

Além do contexto familiar, social e das influências do mercado de trabalho, entendemos que as escolhas juvenis relativas à profissão estão pautadas também nas experiências vividas e compartilhadas até o momento, e nas pessoas que despertam sua admiração. É válido observar que o autoconhecimento adquirido nesse processo será fundamental inclusive em outras ocasiões da trajetória pessoal e profissional deste sujeito, já que o desafio de optar por isso ou aquilo nos acompanha em todas as fases da vida.

Mas, abordando especificamente a entrada no mercado de trabalho, sabemos que é um desafio complexo pelo qual todos passamos. Percebemos que é nesse período que o jovem precisa reunir os conhecimentos adquiridos ao longo de sua existência, tanto na escola quanto em vivências próprias. Além disso, as primeiras experiências profissionais são marcadas também pela ausência dos familiares por perto, fator que confere aos jovens maior grau de autonomia, que deve ser seguido por maior carga de amadurecimento e responsabilidade.

Antes de adentrarmos o debate sobre o mercado de trabalho que aguarda os jovens brasileiros em suas primeiras experiências profissionais, é necessário contextualizar a formação inicial da juventude e a maneira como esses indivíduos se apresentam às suas vivências de trabalho. Isso inclui aspectos como identidade e a maneira de se apresentar para este mercado.

4.2 Juventude e mercado de trabalho

Com grandes expectativas em relação a esta primeira experiência, o jovem que adentra o mercado de trabalho espera encontrar um ambiente ávido de pessoas com desejos de mudanças, conscientes do seu papel como cidadãos para o desenvolvimento sustentável: crescimento econômico, desenvolvimento social e manutenção do meio ambiente. Cercado de desejos de se envolver nesta atmosfera do trabalho ideal, o indivíduo deve ter maturidade que o conduza a desenvolver suas aptidões a fim de que se sinta completo, seguro e preparado para este mundo competitivo, muitas vezes diferente daquele idealizado por ele.

A forma como ele deve se apresentar ao mercado vem das concepções construídas em sua história e de suas vivências dentro de seu meio social. Tais contextos são expressos em um processo seletivo, em primeiro lugar, por meio de sua apresentação teórica através do Currículo. O Currículo é uma ferramenta que permite ao jovem chamar atenção do contratante para seus talentos e formação:

A expressão **Curriculum Vitae** vem do latim onde “vitae” é vida e “curriculum” tem o sentido de trajetória, curso ou carreira. Logo, se fôssemos traduzir a tal expressão seria algo como “a trajetória da vida”. No francês, também é chamado de *Résumé* que quer dizer “resumo”, ou seja, o resumo da sua trajetória de vida profissional. Pode ser encontrado abreviado como CV e ainda como currículo - adaptação na língua portuguesa – a qual é a mais vantajosa, uma vez que temos o plural “currículos” em contraposição com o latino “curriculum vitae”. [...] O importante é que o empregador tenha um perfil do candidato, sem mesmo conhecê-lo pessoalmente. O CV é como se fosse a primeira porta aberta na conquista do emprego e, por isso, é essencial. (VILARINHO, 2020, s/p, grifos da autora.)

Desta forma, é o *Curriculum Vitae* que torna o sujeito visível ao mundo do trabalho. Esse documento pode chegar aos processos seletivos de diversas formas: impressa, virtual, pessoalmente ou pelo correio, de acordo com os processos de recrutamento e seleção estabelecidos dentro das políticas internas das empresas. A construção do CV acontece a partir das histórias e vivências nas instituições das quais o jovem faz parte, como a família e a escola.

Todos os segmentos são espaços importantes de aprendizagem e contribuem para que o jovem construa uma gama de virtudes a serem lapidadas, desenvolvidas e, posteriormente, apresentadas no mundo do trabalho. Sem a parcela de responsabilidade de cada uma dessas instituições não é possível que o indivíduo adquira os requisitos demandados nas seleções profissionais.

Tudo que foi apreendido dentro da escola e da vida em sociedade, ou seja, a base de formação dos sujeitos, é importante para a construção deste futuro profissional. Assim, ao atrelar o currículo escolar ao das experiências pessoais, monta-se o *Curriculum Vitae*. Destacada a notabilidade deste documento, evidencia-se a importância de uma formação escolar de qualidade que permita aos jovens a composição de um currículo que atenda também às expectativas do mercado de trabalho.

A escola tem, portanto, uma grande responsabilidade com relação à inserção de seus alunos na etapa laboral. Desde suas concepções na infância, construídas ao longo da Educação Infantil, até a formação no Ensino Superior, é sobretudo a partir das aprendizagens obtidas no meio escolar que o jovem conseguirá construir um bom currículo.

Lopes, A. (2006, p. 20) contribui para a explicação desse contexto:

[...] o currículo se tece em cada escola com carga de seus participantes, que trazem para cada ação pedagógica sua cultura e sua memória de outras escolas e de outros cotidianos nos quais vive. É nessa grande rede cotidiana, formada de múltiplas redes de subjetividade que cada um de nós traçou nossas histórias de aluno/aluna e de professor/professora. O grande tapete que é o currículo de cada escola, também sabe todos, nos enreda com os outros formando tramas diferentes e mais belas ou menos belas, de acordo com as relações culturais que mantemos e do tipo de memória que nós temos de escola [...].

Portanto, a escola vem como uma influência e um grande diferencial para a fase seguinte da vida desses alunos. A instituição escolar interfere no conteúdo do currículo desses estudantes ainda a partir de “experiências escolares que se desdobram em torno de conhecimento, em meio às relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes.” (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 18).

São essas relações sociais, vividas dentro do meio de cada um desses jovens, que contribuem para sua formação e sustentam uma identidade condizente com a construção da cidadania e a formação de conteúdos e comportamentos adequados para percorrer o caminho proposto.

As diversas implicações da trajetória para a formação do jovem rumo à profissionalização estão centradas em dúvidas e incertezas características dessa fase. Nosso objeto de estudo trata de um público adolescente, que se encontra na reta final de um ciclo de vida, em fase de conclusão da Educação Básica e com perspectivas para fazer sua transição para onde quiser, dentro das ofertas: concluir o Ensino Médio, ingressar no mundo do trabalho sem nenhuma qualificação, somente com a conclusão dessa etapa educacional; ingressar em curso técnico dentro dos itinerários formativos propostos; optar pela graduação

tecnológica ou buscar a universidade; ou nenhuma dessas opções. Não importa o que irá fazer, neste momento ele é pressionado pelos agentes sociais e precisa ter clareza das suas escolhas.

A família, a escola, os colegas e os professores têm em sua função social a responsabilidade de direcionar o próximo passo desse ser humano. Além disso, a sociedade também espera deste momento e deste jovem uma escolha que potencialize mais uma mão de obra para a manutenção do mercado de trabalho, com perfis capazes de manter o sistema e desenvolver a economia do país.

Dessa maneira, compreende-se que, no modo de produção capitalista, a Educação em geral e a Educação Profissional, objeto de nossa análise, são voltadas para a reprodução desse sistema. Precisamos partir dessa perspectiva para buscar superá-la, ou seja, para refletir sobre as possibilidades de oferecer, aos nossos jovens, escolhas profissionais emancipatórias e dotadas de sentido – e não apenas caminhos que sirvam aos interesses do capital.

A assunção da educação no capitalismo ao patamar de campo de regulação por parte do estado não elimina o caráter ontológico da educação e nem a restringe a sua dimensão escolarizada. Por esse motivo, enfatizamos a importância dessa abordagem para a compreensão da relação entre política e educação, pois não se trata apenas de pensarmos a educação escolarizada, polarizada pelas disputas das classes sociais, mas de sua relação com os demais processos que constituem a educação como dimensão da vida social e que sob o sistema do capital tendem a subsumir-se à lógica da mercadoria. É fundamental, neste sentido, pensar que toda educação tem uma função política e que sob o capitalismo se organizou um tipo novo de intervenção e um esforço de controle da vida social, em especial da educação alçada à qualidade de política pública e, por essa mesma razão, à qualidade de direito social. Ressaltamos, portanto, a complexidade adquirida por essa instância, que denominamos de educação, e que, ao se articular organicamente à reprodução da vida social no modo de produção capitalista, passa a ser determinada por suas ricas e pulsantes contradições. (ALMEIDA, 2007, p. 3).

Assim, se neste momento o jovem não for assessorado e apoiado em suas incertezas e necessidades, a sociedade pode ter mais um sujeito refém da marginalidade e/ou a inserção desse indivíduo em um mundo de drogas e vícios, podendo ser incluído nas estatísticas do desemprego, da evasão escolar, além de ver potencializada a exclusão dos acessos de direitos concernentes a todos. Se as instituições fecharem os olhos para esse diálogo com o adolescente, toda a sociedade sentirá as duras consequências.

Toda essa complexidade inserida na função da escola é suporte para a construção de novos conhecimentos e tomadas de condutas formadoras dos sujeitos que se beneficiam desse direito. Tais aspectos propiciam condições de uma formação pautada em vivências práticas nas fases iniciais da Educação e nos anos posteriores, em especial ao desenvolver habilidades

peçoais importantes para o autoconhecimento e que possibilitam preparo para a formação do jovem.

Evidencia-se a importância e a responsabilidade da escola em adequar, em seus conteúdos pedagógicos, fatos e situações capazes de despertar e desenvolver conhecimentos acerca do trabalho e das carreiras, como preparo para o momento certo da construção desse projeto de vida do aluno.

Portanto, a escola está intimamente ligada à problemática que envolve a formação do jovem, afinal, ele divide seu tempo entre a família e a referida instituição. Existe uma proposta de escola integral, como sendo uma concepção de ensino que coloca o aluno no centro do universo, buscando o desenvolvimento do indivíduo em todas as suas dimensões: física, emocional, intelectual, cultural e social.

Nessa concepção, a escola oferta ao aluno um tempo maior em suas dependências, para que ele se envolva com as ações propostas, articuladas com linguagens e temas diversos, dentro de um currículo integrado. Educação integral, como uma maneira de educar, buscando práticas inovadoras e coletivas para a inserção do aluno em seu momento histórico, escolar e na vida de um modo geral. Ações pedagógicas mais amplas e com possibilidades de integração com as instituições responsáveis, em uma parceria agregando conhecimentos na busca de elevar a vida da comunidade.

Lobato e Carvalho (2014, p. 863), referindo-se a Faccin; Santos; Grassi (2010), apontam: “Mas para que isso aconteça é importante que a escola aponte caminhos para que a educação, agora integral, completa, total, ultrapasse seus muros e passe a articular com os saberes comunitários e informais em que a mesma está inserida”. Faz-se necessário, nesse âmbito, valorizar a bagagem cultural do aluno, sua identidade e história de vida.

Não é possível educar uma criança, integralmente, somente com o apoio da escola. A comunidade e os pais precisam ter clareza dessa perspectiva. Imbernón (2017) aponta que educar integralmente é um processo de transformação, construído mediante o desenvolvimento de uma série de fatores, das quais participam e entrelaçam a família e a escola.

Negligenciar este momento e permitir que o tempo de vida dos jovens computado dentro da escola – convivendo com adultos tidos como responsáveis pela sua formação – não tenha sido aproveitado de forma pontual para condução em suas escolhas de vida e profissionalização, é um descaso e um ato irresponsável.

Almeida (2007), nesse sentido, relaciona escola, Educação emancipadora, política, Estado:

A educação que se quer emancipadora não se restringe à educação escolarizada, organizada sob a forma de política pública, mas não se constrói a despeito dela, visto que sob as condições de vida da sociedade capitalista é ela que encerra a dimensão pública que mediatiza, de forma institucional e contraditória, o direito ao acesso aos bens e equipamentos culturais de nosso tempo. Por essa razão a educação escolarizada ao passo que se constitui em expressão da dominação e controle do capital é ao mesmo tempo objeto das lutas das classes subalternas pela sua emancipação política. A arena da luta política e da disputa pela direção dos projetos societários e educacionais determina na sociedade capitalista a possibilidade de diferentes contornos da relação do Estado com a sociedade civil. (ALMEIDA, 2007, p. 3).

O autor continua, esclarecendo dentro desse contexto, que os fatores que ilustram esse contexto podem ser elencados dentro das concepções e do cotidiano escolar: a diversidade dos alunos, a violência velada e/ou explícita nos espaços internos e externos, a formação dos professores e suas aspirações de vida como exemplo aos estudantes, as práticas pedagógicas e seu *currículum* fazem parte deste mundo de formação do jovem e contribuem para este momento específico do início de sua carreira. (ALMEIDA, 2007).

Esses aspectos se desenvolvem de acordo com a localização geográfica e as relações estabelecidas com a comunidade e as organizações sociais que vivem no entorno da escola. Assim, é nessa construção social entre escola, família e aluno que se encontra a base da formação profissional dos jovens.

A seguir, abordaremos outro item essencial à formação juvenil para o trabalho: a vocação.

4.3 Desenvolvimento pessoal e habilidades socioemocionais: a vocação como guia de escolhas

Como discutido anteriormente, o conceito de vocação é tão complexo que se torna um desafio estabelecer um diálogo entre a educação formal e as inúmeras possibilidades de escolhas em um contexto de interatividade e conectividade acelerada. Perrusi (2009), por exemplo, revela que o individualismo característico dos tempos modernos (ou seja, a separação entre indivíduo e sociedade) faz com que os sujeitos tenham uma dificuldade maior de encontrar sua identidade profissional.

Nesta pesquisa compreendemos que a vocação dos jovens é definida por múltiplos fatores, como a dinâmica familiar e o contexto social, cultural e econômico. Esses e outros aspectos somam-se à identidade de cada ser, suas características, seus desejos e necessidades pessoais, visto que pessoas diferentes que vivem sob o mesmo contexto familiar e social não necessariamente traçarão o mesmo caminho profissional.

Assim, entendemos que existe em cada indivíduo uma afinidade com as questões que envolvem componentes e atribuições particulares de cada profissão. Para que tal afinidade seja descoberta, é necessária a formação das competências socioemocionais do jovem, o que envolve questões individuais e de relações sociais. Dessa maneira, é essencial que ocorra uma mudança nas políticas educacionais, com vistas a uma formação integral de habilidades socioemocionais e de autoconhecimento.

Segundo Mandelli, Soares e Lisboa (2011), as políticas públicas educacionais devem cumprir esse compromisso não apenas com ações pontuais, mas sim com o desenvolvimento de projetos a longo prazo que alcancem também aqueles sujeitos que não têm acesso à educação formal:

As instituições responsáveis pela formação do sujeito em relação à aquisição do conhecimento e ao preparo para a vida adulta, fase em que se estabelece a atividade profissional, assumem o compromisso com essa formação, mas – é sabido – nem todos têm acesso ao ensino formal, por condições econômicas e/ou educacionais adversas. As políticas públicas para educação e trabalho de jovens parecem estar desenvolvendo-se na tentativa de ampliar possibilidades e de reduzir a exclusão social, mas somente serão válidas se forem concebidas não como ações assistencialistas, mas como ações de desenvolvimento pessoal e de formação para a vida. (MANDELLI; SOARES; LISBOA, 2011, p. 53).

Seguindo esse raciocínio, uma das funções da escola, em toda a Educação Básica, é dotar essas ações de sentido e promover, através da prática pedagógica, uma visão crítica da realidade, com vistas à formação de sujeitos conscientes e aptos ao desenvolvimento de processos de transformação e emancipação da sociedade. Para tanto, a atual fragmentação dos processos escolares deve dar lugar a um projeto integral, capaz de desenvolver uma formação que potencialize os recursos internos do jovem.

No espaço escolar, o acesso dos educandos às experiências com trocas em interações em contextos integrados com outras vivências potencializa sua formação para condutas em sociedade, desenvolvendo uma consciência cidadã. Freire (2007) enfatiza esse aspecto, refletindo:

Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que percebemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais, nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aulas das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente, se cruzam cheios de significação. (FREIRE, 2007, p. 62).

Enfatizando, então, as vivências do indivíduo, tomamos a família como outro agente que tem um papel importante: o de observar e estabelecer um elo entre as atitudes do jovem, apresentadas desde a sua infância até este momento de escolhas, e contribuir, de forma pontual, com a descoberta da vocação deste sujeito. Essa realidade não pode ser atribuída somente a uma instituição, a escola. A família tem fundamental importância, tendo em vista seus arranjos estruturais e econômicos.

Associada à realidade familiar, também as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, como a sua subproletarização, o desemprego estrutural, as novas formas de organização da produção, de acordo com Antunes (2006), fizeram com que muitas famílias fossem obrigadas a aumentar seus rendimentos. Assim, muitos adolescentes e crianças passaram a dividir seu tempo entre os estudos e as atividades remuneradas, em busca de melhores condições de sobrevivência (ANTUNES, 2006).

O autor ainda explica que muitas famílias vivem em situação de vulnerabilidade e, nesses novos arranjos familiares, quanto mais membros tiverem fonte de renda, mais oportunidades os seus integrantes terão, de acesso à educação, ao mercado de trabalho, ao consumo de produtos, participando ativamente da economia do país, e permitindo sua inserção no meio social, garantindo condições de mudanças em suas vidas e na coletividade e desbancando as atrocidades cometidas com as famílias mais carentes durante o início da economia industrial.

Abordando questão da inserção na vida laboral em tenra idade, constatamos que, historicamente, os jovens entravam precocemente para o trabalho dentro das indústrias. Para Moura (2004, p. 262),

[...] a aparição do trabalho infantil retratou-se como reflexo desprezível molde de vida familiar proletária, catalogada em salários medíocres e em indicadores de custo de vida muito elevados. O monopólio do trabalho se dava através da pressão salarial do trabalhador adulto de sexo masculino; da exploração da mão de obra feminina, uma vez que a remuneração de meninas e de adolescentes de sexo feminino caracterizava a dupla discriminação de sexo e idade; refletindo-se de forma clara a ocorrência categórica de que a infância e a adolescência eram decisão empresariado em diminuir os gastos de produção.

Atualmente, com a legislação de proteção ao trabalho infantil, o jovem não pode trabalhar dentro das indústrias, pois é atividade tomada como um trabalho precarizado e de risco. Mas, mesmo com essas mudanças, ainda estamos vivenciando a era do trabalho informal com precarização, longe de ser alcançada a situação de trabalho digno.

Fato é que as dificuldades sociais das famílias ainda são presentes dentro da nossa sociedade e os jovens seguem nos trabalhos informais com a mesma necessidade da era industrial, para contribuir no orçamento familiar e para acesso à compra de produtos que permitam a sua inclusão social.

Ainda dentro desse contexto, é comum que algumas famílias se envolvam de forma impositiva nesse processo de escolha, ao impelir jovens a trilharem o mesmo caminho profissional de seus pais ou fazer com que pautem suas escolhas pelo nível de destaque das profissões no mercado de trabalho, visando somente o aspecto econômico.

Barreto e Aiello-Vaisberg (2007) destacam o fato de que as mudanças culturais e econômicas relativas às profissões são recentes e, portanto, guardam ainda resquícios de um tempo tradicional em que eram os pais quem escolhiam os caminhos profissionais dos filhos. Ainda que essa prática tenha sido modificada, diversos jovens lidam ainda com expectativas e cobranças familiares em seus processos de escolha profissional, como apontam as autoras, no trecho a seguir.

Nossos jovens são criados atualmente de forma diferente do modo mais tradicional, que já dava responsabilidades paulatinamente, não ocasionando uma grande diferença entre a infância e a adolescência. A prática atual parece realmente estabelecer uma divisão drástica entre mundo infantil e adulto, contribuindo para o medo do futuro e para a dificuldade do estabelecimento de metas. Voltando tal prática para a questão da escolha profissional, podemos observar que, antigamente, era natural que os pais escolhessem a profissão para os filhos, o desejo paterno era entendido como caminho natural e seguro para a escolha profissional: eram os pais quem diziam quem seria padre, quem estudaria, e se estudaria direito ou medicina. Hoje é fundamental acompanharmos o avanço da liberdade individual. Se, antigamente, tínhamos algumas dezenas de profissões possíveis entre aquelas que exigiam cursos de nível médio e superior, hoje temos mais de uma centena de cursos de graduação, além das especializações possíveis que demandam novas escolhas e oferecem novas possibilidades. Indubitavelmente o aumento das oportunidades de escolha ampliou a possibilidade de o homem exercer seu potencial criativo, mas trouxe consigo inúmeras outras dificuldades, ainda mais pelo fato de os pais não terem acompanhado tais mudanças e, assim, não prepararem seus filhos para elas. Dessa forma, parece haver uma retroalimentação das angústias que, sendo paternas afetam diretamente aos filhos que, assumindo-as como suas, afetam diretamente aos pais. (BARRETO; AIELLO-VAISBERG, 2007, p. 113).

Assim, é importante que também a família seja preparada para este momento, a fim de servir de rede de apoio e acolhimento para as angústias próprias da adolescência, e não como

instituição que impõe determinados caminhos. A Educação Profissional deve, portanto, estender seus debates e reflexões aos familiares dos jovens que dela participam.

Ainda que família e instituições educacionais interfiram de maneira positiva neste processo de escolha, definir o futuro na adolescência é tarefa desafiadora. Das diversas escolhas que o ser humano toma ao longo da vida, esta pode ser a mais conturbada. O jovem se encontra na adolescência, sem muita maturidade para decisões tão definidoras.

Nessa fase, o mundo juvenil é marcado por incertezas, medos, angústias, mudanças hormonais e um manancial de situações novas ainda sem controle. Assim, este não deve ser um momento solitário, mas sim acompanhado constantemente por profissionais capacitados a desenvolver as potencialidades latentes nestes jovens.

A realização de atividades em grupo, as dinâmicas que ajudam no autoconhecimento, os testes vocacionais disponíveis, informações sobre as profissões em seminários e eventos, dentre outras ações, podem contribuir para esta proposta de formação do jovem na busca de sua vocação profissional.

Além disso, existe ainda o processo de lidar com erros e decepções. Ainda que estes caminhos sejam vistos como fracasso ou fruto de escolhas erradas, podem ser de grande contribuição para o amadurecimento e o desenvolvimento pessoal. Assim, é preciso que a sociedade tome como norma o fato de que uma decisão tão definidora como a vocação profissional deve ser passível de constantes reflexões e, quando necessário, transformações.

Em uma sociedade altamente marcada por competitividade e necessidade econômica-social, o momento de definição da vocação apresenta-se cedo demais para os jovens. Dessa forma, a apresentação precoce de escolhas profissionais permite um maior planejamento de estudos e a formação de habilidades para a profissão desejada.

Nesse sentido, caberá ao jovem e às pessoas de sua rede de apoio – família, escola e demais instituições – a trilha deste caminhar, a fim de potencializar o que se elenca nos parágrafos acima. A vocação é o resultado de todos os esforços, transformações e conhecimentos concretizados até o momento da escolha.

Adiante, dialogaremos sobre o mercado de trabalho que aguarda o jovem no início deste caminho, suas exigências, necessidades e limitações.

5 MERCADO DE TRABALHO: ASPECTOS LEGAIS

Ao longo desta seção, falamos sobre a Educação Profissional em um momento de graves crises econômicas e políticas. O Brasil vive, atualmente, um período de recessão econômica e aumento vertiginoso da taxa de desemprego. Pensar a Educação Profissional voltada para a realização pessoal do jovem dentro deste contexto, como pretende esta pesquisa, é um desafio atual e complexo.

A Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE entre janeiro e março de 2020 estima uma taxa de desocupação de 12,2% no Brasil, sendo que a distribuição de pessoas desocupadas com faixa etária de 18 a 24 anos é de 32%.

Esses índices revelam que o jovem brasileiro, ao iniciar seus caminhos profissionais, encontra um mercado de trabalho em situação precária e com poucas possibilidades de escolha. Somam-se a esse contexto as dificuldades próprias desta fase (como problemas na elaboração de um bom currículo, já que grande parte destes indivíduos possui pouca ou nenhuma experiência profissional), além de um cenário desanimador para este público, conforme já expusemos.

Desta forma, mais do que nunca as Políticas Públicas de apoio e impulsionamento das primeiras experiências profissionais são necessárias. Vejamos a seguir algumas práticas neste sentido que já são adotadas no Brasil, desde a formação escolar até a entrada do jovem no mundo do trabalho.

5.1 Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) prevê que todos os cidadãos brasileiros têm direito ao acesso à Educação pública, desde a Educação Básica até o Ensino Superior. Em seu artigo 214, a CF trata dos planos educacionais que devem ser traçados para atingir os objetivos da educação escolar brasileira, dentre estes a formação para o mercado de trabalho:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

I - erradicação do analfabetismo;

- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;**
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 1988, s/p, grifo nosso).

Assim, a garantia da formação para o trabalho inicia-se na própria Constituição Federal, considerada a “Lei Maior” do País, ou seja, o documento principal que regulamenta os princípios de leis e deveres os quais todas as instituições devem seguir.

A importância das determinações que regem a Carta Magna brasileira justifica-se, em especial, pelo contexto histórico no qual o documento foi construído. Em um momento de reabertura democrática do País, a CF pautou-se pelas demandas populares e pela construção coletiva junto a diversos movimentos de base, e por isso é conhecida também como “Constituição Cidadã”.

Desta maneira, bem como em grande parte dos princípios que norteiam a Constituição Federal, a garantia da formação educacional para o trabalho é prova de que a Educação Profissional é uma necessidade popular e que, portanto, deve fazer parte do currículo do sistema educacional em todos os níveis.

Ainda na Constituição de 1988, pela Emenda Constitucional 065, de 13 de julho de 2010, em seu art. 227 temos que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2010, s/p).

Nesse texto vê-se garantido, em tese, o direito do jovem à formação para o trabalho, já que se atribuem a outras instituições além da escola o dever de possibilitar o acesso do jovem à profissionalização. Vimos que a sociedade tem uma enorme tarefa na formação dos estudantes. O Estado deve ofertar educação a todo cidadão, como garantia de direito constitucional, e dividi-la com as demais instituições, como a família, que é a grande responsável pela formação juvenil, com influências desde a infância até a adolescência. Portanto, é muito importante a luta desses jovens e da sociedade para fazer valerem as leis criadas para tal proteção. A sociedade deve acompanhar a aplicabilidade das normas instituídas a fim de concretizar os direitos direcionados.

5.2 Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA é composto por uma série de leis que regulamentam a proteção integral às crianças e aos adolescentes brasileiros. Aprovado pela Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990), o ECA é um instrumento importante de avanços e consolidação de direitos já propostos pela Constituição Federal.

Esse documento prevê a garantia do direito à saúde, à liberdade, à educação, à proteção social, à alimentação, à cultura, dentre outros. Interessa-nos em especial analisar os artigos 60 até 69 do capítulo V desse estatuto, que versa sobre o “Direito à Profissionalização e à Proteção ao Trabalho”. Segundo o capítulo:

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

Art. 61. A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei.

Art. 62. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

Art. 63. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

- I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;
- II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;
- III - horário especial para o exercício das atividades.

Art. 64. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Art. 66. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado trabalho:

I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;

II - perigoso, insalubre ou penoso;

III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho. (BRASIL, 1990, s/p).

Percebe-se que o ECA traz a garantia de que o jovem trabalhador pode seguir com seus processos de escolarização em concomitância com o trabalho. Nesse período de inicialização ao labor, a escola deve continuar sendo prioridade e, o trabalho, apenas um complemento em seus processos de aprendizagem.

Além disso, chama-nos atenção o fato de o estatuto versar que os trabalhos realizados pelos jovens devam ser de caráter educativo. Ou seja, devem apresentar características que contribuam em seu desenvolvimento pessoal e educacional. De acordo com o ECA, portanto, a contratação de jovens pelas empresas deve ser realizada sob um compromisso de responsabilidade social e educacional, e não apenas enquanto contratação de mão de obra “mais barata” (já que menos especializada). Consideramos que este é um aspecto importante de fortalecimento das regras que regulamentam a entrada dos jovens no mercado de trabalho.

O não cumprimento do Estatuto da Criança e Adolescente pode implicar sanções de natureza civil e criminal. A sociedade mais uma vez tem a responsabilidade de denunciar qualquer irregularidade no cumprimento do citado estatuto, visando assegurar direitos e efetivar a proteção destes. Somente as formas de trabalho na adolescência dentro da lei são reconhecidas.

5.3 Leis e Diretrizes de Base da Educação Nacional - LDB

Além dos dispositivos acima citados, temos ainda a garantia da Educação Profissional definida nas legislações educacionais. São exemplos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, além dos Projetos Político-Pedagógicos - PPPs específicos de cada organização escolar.

A garantia da Educação Profissional nesses documentos é uma importante política de Educação com um olhar na formação para o trabalho, e eles devem ser compreendidos e celebrados, mesmo com seus retrocessos e problemas. Toda a sua concepção e prática é construída com vistas a assegurar o acesso às instituições de ensino e a permanência nelas.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB (BRASIL, 1996), estabelece o seguinte a respeito da Educação Profissional:

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:
 I - Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;
 II - Educação Superior.
 A Educação Básica tem como objetivos primordiais:

Art. 22. [...] desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (BRASIL, 1996, s/p).

De acordo com esses artigos da LDB, a Educação Básica deve formar o jovem de modo de que ele possa se desenvolver em conhecimentos direcionados para sua vida em sociedade e sua função como agente transformador de seu meio. Dessa forma, esse caminho pode ser conduzido e orientado dentro da escola, mas sempre com a coparticipação das demais instituições sociais.

É importante destacar que este documento assegura aos jovens tanto o acesso ao Ensino Técnico e Profissionalizante quanto aos caminhos acadêmicos, com o Ensino Superior. Assim, como pontuado anteriormente, esse processo revela o importante papel que a escola desempenha na condução e na formação dos alunos.

E isso acontece não apenas dentro dos parâmetros curriculares das disciplinas ofertadas pela instituição de ensino, mas também e principalmente a partir de ações pedagógicas contributivas para a formação dos sujeitos em níveis comportamentais e socioemocionais.

Além da preparação para o mundo do trabalho, é necessária uma formação integral, humanizada, com vistas a desenvolver o sujeito para a vida, com objetivo de ser protagonista da sua história e com capacidade de desenvolver atitudes direcionadas a uma vida em sociedade conduzida pela ética e por outros valores cruciais.

5.4 Lei “Aprendiz Legal”

A Lei 10.097/2000, conhecida como “Lei Aprendiz Legal”, permite a contratação de jovens de 14 a 18 anos, na condição de aprendizes (BRASIL, 2000). A partir da delimitação de jornada de trabalho e condições que permitam que esses indivíduos sigam com seus processos educacionais, essa lei é um avanço importante, por conceder aos jovens a oportunidade de terem as primeiras experiências profissionais.

Segundo a Lei Aprendiz Legal:

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. [...]

Art. 430 [...] § 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.

§ 2º Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional. (BRASIL, 2000, s/p).

Ainda a lei prevê que o contrato de aprendizagem deve ser extinto quando o aprendiz perder o ano letivo escolar por conta de ausência injustificada, ou seja, garante que aqueles que precisam participar do programa concluam seus estudos. Assim, define-se o papel das instituições sociais na formação dos cidadãos, atreladas ao Estado, enquanto protagonistas e idealizadoras de propostas de atuação para o processo educativo dentro da sociedade.

O artigo da Constituição que estende a responsabilidade da Educação Profissional às famílias e demais instituições sociais, para além da escola, é aqui concretizado, já que as empresas passam também a ser participantes ativas na aprendizagem profissional.

Para efetivação e cumprimento dessa lei, é cabível fiscalização por parte dos órgãos competentes, periodicamente, inclusive no local de atividades dos jovens, a fim de acompanhar todo o processo de trabalho, as diversas interfaces com os outros trabalhadores, de modo a garantir proteção e assegurar que as normativas da lei estão sendo cumpridas e efetivadas.

5.5 Decreto nº 5.598/05

Com o objetivo de regulamentar e viabilizar a Lei 10.097/2000, exposta anteriormente, em dezembro de 2005 estabeleceu-se o Decreto 5.598/05, o qual, dentre outros aspectos, criou o Instituto da Aprendizagem (BRASIL, 2005).

Algumas mudanças importantes foram estabelecidas por esse decreto. Dentre elas, a alteração do termo “menor” para “aprendiz”, o qual, mais do que uma mera mudança de semântica, contribui para estabelecer no imaginário social a ideia de que os adolescentes não são sujeitos menos capazes, mas sim cidadãos em processo de desenvolvimento de habilidades.

Além disso, o limite de idade da Lei do Aprendiz foi alterado de 18 para 24 anos, e ilimitado para cidadãos portadores de deficiências mentais. Essa alteração contribui para o entendimento de que o processo de aprendizagem não tem uma data limite, é constante e deve ser respeitado em sua integridade. Assim, jovens que tenham completado 18 anos, mas ainda

não se sintam confortáveis ou preparados para encarar as complexidades do mercado de trabalho formal, têm a chance de estabelecer contratos de aprendizagem e de realizar experiências de preparo para o futuro.

O estabelecimento deste decreto motivou ainda um importante instrumento para sua consolidação, o *Manual da Aprendizagem Profissional*, elaborado pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (2019). Segundo esse documento:

A aprendizagem é um instituto que cria oportunidades tanto para o aprendiz quanto para as empresas, pois dá preparação ao iniciante de desempenhar atividades profissionais e de ter capacidade de discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, permite às empresas formarem mão de obra qualificada, algo cada vez mais necessário em um cenário econômico em permanente evolução tecnológica. A formação técnico-profissional deve ser constituída por atividades teóricas e práticas, organizadas em tarefas de complexidade progressiva, em programa correlato às atividades desenvolvidas nas empresas contratantes. O objetivo é proporcionar ao aprendiz uma formação profissional básica. Essa formação realiza-se em programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob orientação e responsabilidade de instituições formadoras legalmente qualificadas. (SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO, 2019, p. 8).

Nesta seção fizemos um breve relato sobre as demonstrações de busca de legalidade nos projetos voltados para o jovem, que possam assegurar o seu direito enquanto cidadão e fazer valer a sua formação para a vida e para os seus projetos de vida.

Finalizando, percebe-se que a legislação criada para amparar e proteger os jovens estabelece um ordenamento aceitável para a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho, mas é preciso fazer cumprir as leis propostas, de forma a contribuir para a emancipação e o protagonismo juvenis, sem, contudo, estabelecer no jovem a subordinação a um processo de submissão à serviço do capitalismo.

Essas inserções no mundo do trabalho, ainda que precoces, elevam a autoestima do adolescente, uma vez que propiciarão participações em grupos aos quais ele não teria acesso sem estar nesta posição, além de fortalecer também a economia doméstica das famílias com dificuldades financeiras e em uma condição precária dentro meio social pertencente. Desse modo, o adolescente pode se tornar um cidadão de bem, buscando realizar os seus sonhos e uma melhor qualificação e experiência profissional. (SILVA; COSTA, 2019).

A escola, em sua finalidade educativa, pode contribuir com os demais estudantes, em diálogos sobre a legislação que os ampara e protege, desenvolver uma avaliação crítica dos acessos e de formação, aproveitando o espaço escolar e o conhecimento dos demais profissionais, possibilitando troca de informações e, desta forma, amparando os jovens e

munindo-os de recursos internos para o momento de inclusão em seus projetos de vida e trabalho.

6 CULTURA ESCOLAR E AÇÃO DOCENTE

As mudanças⁸ que ocorrem no mundo estão transformando as relações da sociedade, do sistema de ensino e das condições sociais, em suas diversas situações. Uma delas, o advento tecnológico que está em curso, impôs novas linguagens e novos costumes de ensino-aprendizagem nos contextos escolares. Essas novas ferramentas exigem mudanças de comportamentos nos relacionamentos, bem como envolvimento com as constantes novidades mundiais. Tais elementos tecnológicos inseridos dentro das práticas pedagógicas devem ser aproveitados pelos gestores, docentes e alunos com uma perspectiva para a educação democrática e participativa ancorada na antropologia freiriana, de forma democrática, considerando o aluno também responsável pela sua aprendizagem.

As ferramentas tecnológicas são cada vez mais presentes no cotidiano de todo cidadão. Também estão inseridas no espaço da cultura da escola, na rotina de trabalho do professor e nas relações estabelecidas entre os sujeitos deste contexto escolar. Para acompanhar essa novidade, a Educação precisa atualizar-se a fim de utilizá-las. Segundo Thoaldo (2010),

A educação no mundo de hoje tende a ser tecnológica, por isso, exige entendimento e interpretação, tanto dos professores quanto dos alunos em relação a essas novas tecnologias. Através do uso da tecnologia no ambiente escolar, ficam claros os diversos sentimentos em relação à postura dos professores frente a novos desafios, como a satisfação de estar participando de uma realidade tecnológica ou a ansiedade por enfrentar novas mudanças. E em relação aos alunos também ocorrem transformações, pois passam a ficar mais motivados para estudar e aprender, e as aulas não ficam tão expositivas. (THOALDO, 2010, p. 25).

Com o advento tecnológico e as mudanças nas práticas pedagógicas, o docente precisa desenvolver a mesma sintonia de uso e conhecimento junto a seus parceiros, aos estudantes e à comunidade no processo de ensinar e aprender. O engajamento do professor no mundo tecnológico somente será possível com capacitação e desenvolvimento da equipe docente no processo tecnológico, visando socialização dos atores. Essas habilidades para manuseio das ferramentas são exigidas pelos jovens de hoje, que constantemente utilizam as tecnologias para pesquisas e processos de conhecimentos dentro das escolas e fora delas, na própria vida. A cultura escolar deve abrir espaços para estes dispositivos e utilizá-los a serviço do processo de aprendizagem. Evidentemente dentro do limite, utilizando o senso crítico para mídias e acessos, desenvolvendo direcionamento para o fim que se deseja na educação; compartilhar

⁸ O termo mudança “é a variação das coisas de um estado para outro.” Dicionário Informal (SP), 12/10/2010. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/mudan%C3%A7a/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

conhecimentos e formar cidadãos, inseridos neste contexto em transformação. Desta forma o uso das ferramentas deve ser liberado, mas com as restrições devidas para que o jovem não use o tempo dentro da escola utilizando as mídias interativas. É preciso estabelecer critérios para a utilização, inclusive de celular. As mídias não devem ser mais atrativas que os diálogos em salas de aulas. Nos diálogos, quando capacitados e com conhecimentos, os professores podem informar sobre os melhores *sites* para pesquisa e as melhores mídias de utilização, desviando assim dos conteúdos inadequados.

Os atores e o espaço escolar, onde ocorre e se processa o conhecimento, sofrem as consequências e as influências do mais importante advento mundial: a cultura tecnológica. Essas mudanças estão, portanto, marcadas pela multiplicidade de incertezas, multiculturalidade, confrontos e complexidades de situações da vida contemporânea, e tanto professores quanto alunos, no interior da organização escolar, estão diante dessas novidades (OLIVEIRA, 2004). Portanto, a educação deve fazer parte da cultura da escola.

Neste sentido, autores como Candau (2000; 2002) e Forquim (1993) enfatizam a relação existente entre escola e cultura, instigando-nos a buscar uma melhor compreensão acerca da importância da cultura no processo de aprendizagem e nas práticas pedagógicas.

E como sobreviver a este mundo complexo e rápido, sem repensarmos nossos cenários? O contexto sócio, político, econômico e cultural, em transformação, exige uma reflexão voltada para o nosso cotidiano, conseqüentemente, para as instituições sociais, aqui representadas pela escola.

As considerações das transformações são apontadas também pelos estudiosos deste tema, como Silva, M. G. (2019), que afirma:

Mudanças, inovações e rupturas são postos como a ordem do dia, não importando de qual atividade estamos nos referindo, sempre estaremos em constantes transformações do despertar ao adormecer. Entretanto, não estamos aqui nos referindo a mudanças quaisquer, mas mudanças na educação: no chão da escola e em toda a ecologia que envolve seus atores, espaços e tempos e na própria “vida mesma”. (SILVA, M. G., 2019, prefácio).

O espaço escolar, como um local de formação do conhecimento, apresenta mudanças dentro da sua estrutura e de sua maneira de ser e representar-se. As mudanças tecnológicas, as novas formas da relação de trabalho, as transformações econômicas e sociais atingem as formas de organização e das relações entre os atores presentes dentro da prática cotidiana da escola. A nova estrutura de vida e de mundo, além da necessidade de uma formação mais integral do sujeito, precisa desenvolver diálogos sobre as novas tendências e a escola é um

dos espaços de responsabilidade desta caminhada, que potencializa o conhecimento da diversidade e das diversas formas de cultura. É preciso que nos lembremos de que, segundo a LDB (BRASIL, 1996), é dever da escola o compromisso de educar os alunos dentro dos princípios democráticos.

Nessa concepção e nos tempos de transformações, o envolvimento e comprometimento dos sujeitos relacionais dentro dos espaços escolares, a gestão escolar, os professores e alunos, a produção do conhecimento e as normativas que envolvem a ação pedagógica precisam entender e se preparar para mudanças da estrutura organizacional das escolas, com seus elementos constituintes e constituídos intrínsecos na cultura escolar. Para melhor entendermos essas mudanças, faremos uma abordagem sobre a cultura escolar em suas dimensões e seus processos pedagógicos.

Iniciaremos nosso diálogo sobre a cultura escolar mencionando Silva, M. A. (2019), que, citando Forquim (1997), esclarece que:

Ao se abordar a temática “cultura”, esta faz referência ao que o homem produz, podendo esta ser reproduzida como herança de pais para filhos; não são exatamente produto espontâneo, mas resultam das ações humanas. Em razão disto, a cultura também pode ser ensinada e aprendida pelas gerações que se seguem, sendo implícito que estas estão encarregadas da sua preservação.

Quando se refere à sua função de transmitir valores culturais da educação, seu significado se traduz como uma riqueza de conhecimentos e competências, institucionais, integradas de valores e de símbolos, compostos durante diversas gerações e com características de uma comunidade humana peculiar, conceituada de forma mais ou menos ampla e exclusiva, resultando em uma obra e um bem coletivo (FORQUIM, 1997). (SILVA, M. A., 2019, p. 121).

Seguindo essa linha de pensamento, podemos definir “cultura escolar” a partir do que nos traz Pereira (ANO, s.d., *online*):

[...] cultura escolar [é] como uma rede de significados compartilhados pelo conjunto de atores sociais que participam e interagem na construção do cotidiano da escola. O conceito de “cultura organizacional” teve sua origem no universo empresarial e foi transposto para a educação na década de 1970, mesmo período em que foi trazido para o Brasil e quando teve início uma série de trabalhos de investigação acerca do tema, fortalecidos nas décadas de 1980 e 1990. A ideia da existência de uma cultura escolar parte do pressuposto de que as escolas, apesar de integradas em contextos sociais mais amplos, concomitantemente desenvolvem uma cultura própria que ultrapassa sua racionalidade técnica enquanto instituição responsável pela formação educacional dos indivíduos e exprimem valores, representações e crenças de todos os seus membros. Nesse sentido, a cultura escolar não pode ser compreendida simplesmente como a cultura transmitida pela escola, mas sim como a cultura que tem na escola a sua origem. (PEREIRA, ANO, s. d., *online*).

Esta que tem na escola as suas representações organizadas pelas relações estabelecidas a partir do jeito de ser de cada integrante do cotidiano, que traz consigo as suas vivências, que constroem os valores e as normativas de condutas próprias.

Em relação à cultura escolar e à formação dos alunos, este é um cenário que requer melhor compreensão acerca da importância da cultura no processo de aprendizagem e nas práticas pedagógicas. Para atingir a formação do jovem, a escola precisa se organizar, transmitir conhecimentos sistematizados e caminhar conforme suas normas e costumes.

A cultura escolar está ligada aos costumes apropriados pelo tempo, à maneira de ser e de comportar-se diante dos fenômenos e que tem a sua missão, ou seja, o motivo da sua existência expressos em suas práticas pedagógicas, a forma de administrar aulas, ações pedagógicas desenvolvidas por meio de eventos e outras maneiras de ensinar e aprender, determinadas também pela influência de seus professores e alunos os quais, dialeticamente, apropriam-se dos costumes da escola e influenciam-na, também, com sua maneira de ser e de viver.

Então, a cultura escolar apresenta, em sua concepção, contextos políticos e sociais de gestão organizacional que define sua identidade e suas práticas pedagógicas e que cumpre sua dimensão social neste contexto educacional, com as diversas culturas e histórias de seus atores estabelecidas nas inter-relações. Essa gama de eventos que define a identidade estabelece, em sua rotina, inter-relação com a diversidade cultural, a historicidade, o espaço físico e o meio no qual a escola está inserida.

A cultura escolar, em seu espaço físico, recebe a influência do cenário interno, do que é posto pelas influências individuais de seus alunos, professores e corpo de gestores. Recebe influências externas da comunidade, que, inevitavelmente, adentra esse contexto, da sociedade e das ações políticas implementadas. Tal concepção torna a escola única e a identifica dentro das perspectivas organizacionais.

Dando continuidade à nossa pesquisa, discorreremos sobre a análise das diferentes dimensões da cultura escolar com seus princípios gerais dentro da administração escolar, diversidade de abordagens teóricas utilizadas na sua definição e a identificação das práticas que a materializam. Podemos dizer que é possível identificar três tipos de abordagens, as quais apresentaremos a seguir, conforme estabelece Barroso (2013, s.p., grifos do autor):

Numa perspectiva funcionalista, a “cultura escolar” é a Cultura (no seu sentido mais geral) que é veiculada através da escola. A instituição educativa é vista como um simples transmissor de uma Cultura que é, definida e produzida exteriormente e que se traduz nos princípios, finalidades e normas que o poder político (social,

econômico, religioso) determina como constituindo o substrato do processo educativo e da aculturação das crianças e dos jovens.

Numa perspectiva estruturalista, a “cultura escolar” é a cultura produzida pela forma escolar de educação, principalmente através da modelização das suas formas e estruturas, seja o plano de estudos, as disciplinas, o modo de organização pedagógica, os meios auxiliares de ensino, etc.

Finalmente, numa perspectiva interacionista, a “cultura escolar” é a cultura organizacional da escola. Neste caso, não falamos da Escola enquanto instituição global, mas sim de cada escola em particular. O que está em causa nesta abordagem é a “cultura” produzida pelos atores organizacionais, nas relações uns com os outros, nas relações com o espaço e nas relações com os saberes.

Dentro deste contexto, com as ações de organização, de reprodução de suas vivências e a produção do conhecimento juntamente aos integrantes, acontece a formação dos alunos. Cada escola tem sua identidade e é única em sua presença. Ela está ligada à cultura, ao processo construído e às ações pedagógicas desenhadas de acordo com as situações cotidianas e nas relações de diversidade vivenciadas. Na construção histórica e nas experiências vivenciadas e transformadas é que se originam as normas, as rotinas, os símbolos e a maneira de formar os alunos. Melhor que a escola desenvolva suas atividades de forma humanizada para a vivência social direcionando a formação para a vida coletiva, com significado social.

De acordo com Vygotsky (2007), a educação abrange o homem como uma agregação biossocial, que se constitui e se transfigura a partir dessa relação dialógica e, apenas desta forma, seu desenvolvimento é possível e ocorre em uma relação dialética com a sociedade, ou seja, o homem forma e é formado pelo ambiente que o cerca. O ambiente em que se inserem as práticas educativas tem grande influência sobre a conduta e a formação desses alunos: neste ambiente construído com normas, relações interpessoais, planejamento, organização e estrutura física é que se consolida a identidade da escola, é o espaço para produção do conhecimento, troca de informações e formação de grupos para inserção na sociedade por meio das práticas sociais.

Nesse sentido, a escola é vista como um espaço político com sua materialidade, cultura e historicidade, onde se deve ministrar um conjunto de disciplinas de maneira que o jovem adquira o saber necessário para não ser manipulado pelo sistema e fazendo valer o seu pensamento crítico. Mais que ensinar, é preparar para a vida com as suas trocas de experiências. De acordo com Saviani (2003, p. 13), a educação é entendida como “[...] o ato de produzir, direta e intencionalmente em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”; em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social. Nesse sentido, a prática social põe-se como ponto de partida e de chegada da prática educativa, que tem o

foco voltado para a libertação do sujeito para a vida em sociedade, com comportamento voltado para o coletivo com foco na cidadania.

O conhecimento inserido neste contexto da Educação aparece como um suporte para a formação da cidadania, o instrumento básico para o salto qualitativo entre a consciência ingênua e a consciência crítica, o tempo de refletir sobre os conhecimentos adquiridos no decorrer da vida até a fase da adolescência e dos questionamentos, bem como desenvolver dentro das características e diferenças de cada indivíduo a cidadania, com foco para uma formação consciente e inclusiva.

A escola que desenvolve práticas para uma formação pautada na formação cidadã, conforme Silva (2007, p. 42), mencionando Marchesi *in* Rodrigues (2001),

[...] oferece um currículo aberto à diversidade ou à sensibilidade para as diferenças dos alunos, para que todos aprendam quem são os outros. A Escola Cidadã acredita que a "diversidade dos alunos é uma fonte de enriquecimento mútuo, de intercâmbio de experiências, que permite conhecer outras maneiras de ser e de viver e que desenvolve atitudes de respeito e de tolerância" (MARCHESI apud SILVA, 2007, p. 42).

Uma das grandes riquezas dentro da cultura escolar são as adversidades, potencializadas nas diferenças entre os recursos humanos presentes. Nessas práticas de trocas de conhecimentos e de histórias de vida o jovem desenvolve suas habilidades socioemocionais e se prepara para seguir em seus projetos de vida. Os alunos aprendem uns com os outros, mas no aprender coletivo, que se concretiza na vida e na história construída no tempo e espaço com diferentes pensamentos e diferentes trajetórias.

Assim, a educação não ocorre apenas no espaço escolar, em uma sala de aula. Ela se estende a todas as esferas da vida social. Seu início é no lar, com a família, que ensina a suas crianças o cuidado com o corpo, alimentação, higiene etc. A educação se configurava como uma transmissão cultural que as gerações adultas transmitiam às gerações mais jovens (DURKHEIM, 1955).

O jovem, nessa transição da adolescência para uma vida adulta, vai se afirmar dentro deste contexto escolar e de sua identidade, uma dimensão de saberes e vivências com didáticas relacionadas para conseguir pensar, questionar, criticar e estabelecer relação entre o que pensa e o que os demais pensam e desenvolver a crítica para aprimorar conhecimentos. Dentro do nosso objeto de estudo, o contexto da formação profissional está intimamente ligado a esse mundo de símbolos, normas e problemas que precisam de uma intervenção

transformadora. Nessa estrutura os alunos elaboram seus pensamentos guiados pelos exemplos, possibilitando sua formação com vias para a profissão.

Abordando a formação do indivíduo e sua construção com a participação da escola, vale citar Piaget, dentro da obra organizada por Parrat-Dayan e Triphon (1988):

A verdade é que, numa personalidade viva, tudo está inter-relacionado, e o processo racional que liberta o indivíduo de seu eu, para convertê-lo a vida do espírito, por intermédio da cooperação ativa e da coordenação reflexiva, é um processo tanto intelectual quanto moral, e que dura, sem nenhuma descontinuidade, do nascimento até a morte. É, portanto, em cada domínio e em cada nível mental, ou seja, em todas as disciplinas e em todas as idades, que o conflito renasce e que o indivíduo tem o papel de isolar-se em seu eu (seu eu em todos os graus de socialização), ou de reafirmar-se enquanto homem. (PARRAT-DAYAN e TRIPHON, 1988. p. 82).

Neste caminhar, foi realizada em 2012 uma atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio aos dispositivos da Lei nº 11.741/2008, documento no qual se lê:

[...] as instituições internacionais de Educação Profissional nos têm ensinado que a melhor maneira para desenvolver os saberes profissionais dos trabalhadores está na sua inserção nas várias dimensões da cultura, da ciência, da tecnologia e do trabalho, bem como de sua contextualização, situando os objetivos de aprendizagem em ambiente real de trabalho (BRASIL, 2012, p. 14).

Ao longo do texto, abordando-se metodologias de ensino que aliem teoria e prática, é possível ver que o necessário é o desenvolvimento de metodologias de ensino diferenciadas, garantindo o devido “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” – inciso II do art. 3º da LDB (BRASIL, 1996) e que relacionem permanentemente “a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina” – inciso IV do art. 35 da LDB (BRASIL, 1996). É preciso repensar não só a forma de preparo dos jovens para a vida e o trabalho, mas a própria escola. E nessas políticas e leis que definem o que fazer nos espaços escolares, nem sempre os maiores interessados devem estar envolvidos para atuar como protagonistas. Assim sendo, a atuação e as ações docentes devem ser planejadas contemplando as transformações com atividades de grupo, com escuta das falas dos alunos. Muitas vezes as legislações são criadas para melhorias como interventivas, mas na prática não são cumpridas e comprometem o processo da aprendizagem.

A cultura própria da escola tem influências do seu território e apropria-se das dimensões políticas e dos pressupostos estabelecidos dentro da historicidade e de suas crenças. As ações praticadas pelos atores envolvidos e sua capacidade de elaborar sua

estrutura, de acordo com o comportamento dos envolvidos, diferencia-a das demais escolas. Cabe aos seus gestores, professores e alunos apropriar-se de recursos e instrumentos disponíveis para desenvolver suas ações e reorganizar seus processos para o cotidiano. Essas ações estão sempre estabelecidas em legislações como a LDB citada no parágrafo anterior, e é função dos gestores seguir caminhando dentro das metodologias cabíveis para o contexto.

Entendemos que, quando a escola tem propostas pedagógicas claras, o docente elabora seu plano observando-as com atenção. A autonomia da escola é o seu projeto pedagógico. O docente tem que ter compromisso social e envolvimento com a comunidade, porque é o projeto de vida de cada um. Afinal, ele faz parte do projeto de vida da sociedade e tem uma presença direcionada para elevar a vida da comunidade, estruturando-se e agregando-se às demais instituições responsáveis pelo crescimento social.

Acreditamos, baseados nos elementos constituintes dos espaços escolares, que a docência tem o grande papel de favorecer o conhecimento discente, dentro das diferentes realidades que são postas em contato pela cultura escolar, pela comunidade e pelos alunos e familiares com suas vidas e costumes, os quais são introduzidos dentro do espaço escolar, formando a sua maneira de ser e de agir diante dos fatos cotidianos. Essa proposta pedagógica deve ser voltada para alunos críticos, livres para entender o que acontece consigo e com o mundo que os cerca, entender o que está acontecendo na escola, perceber a importância da disciplina para seu projeto de vida e em sua realidade. O domínio de conhecimentos mais amplos se torna necessário, indo além das questões sociais do período de estudo, de forma que os alunos tenham capacidade de interpretação de suas próprias vivências e possam defender seus interesses.

Para Tardif (2008, p. 36),

[...] a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão dos conhecimentos já constituídos. Sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações. Pode-se definir o saber docente como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais. [...]

Assim, em relação às possibilidades de ser referência para o estudante e direcionar seu processo de aprendizado a fim de que desenvolva o pensamento crítico, a escola deve propiciar, dentro da sua cultura, autonomia para que o docente tenha domínio de conhecimentos, habilidades e capacidade amplas.

Segundo Tardif e Lessard (2005, p. 63), “é o mestre que assume o programa principal ou dominante na ação na classe, a ordem das interações depende da sua própria iniciativa e de sua capacidade de impor respeito às margens da organização que o contrata”.

Para Demo (2004, p. 80), um novo perfil de professor deve ser forjado como:

- Professor pesquisador, ou seja, profissional da reconstrução do conhecimento;
- Professor formulador da própria proposta com autonomia;
- Professor moderno, não valoriza somente o teórico, mas também a prática de reconstrução do conhecimento;
- Professor atualizado permanentemente;
- Professor sintonizado e preparado com a instrumentalização eletrônica;
- Professor interdisciplinar.

Perante esse perfil, evidencia-se a busca de capacitação e atualização para o desenvolvimento de uma prática voltada à troca entre os recursos humanos que movimentam as escolas e, diante da estrutura escolar e de sua identidade, desenvolva constantes reflexões acerca dos novos rumos e das mudanças potenciais desse universo. O docente acomodado em suas concepções de ensino-aprendizagem ultrapassadas é ineficiente na sua prática pedagógica, desenvolvendo um desserviço à Educação, que precisa seguir em busca de novas atualizações as quais permitam acompanhar os desafios impostos pelas mudanças históricas.

Comprova-se, a partir dos fatores acima apresentados, que o professor tem papel fundamental nas práticas pedagógicas dentro da educação e formação dos alunos nas escolas. Mesmo diante dos fatos integrantes da cultura escolar, não deve sentir-se acomodado em uma posição dos métodos da Educação que não sejam coerentes com as mudanças manifestas no mundo. A liberdade para desenvolver seu projeto de ensino tem que ser pautada em conhecimentos mais profundos e científicos, de modo que possa munir-se de argumentos concretos para suas decisões. É claro que os processos educacionais têm suas origens e não podem ser alterados a partir das políticas de instâncias governamentais, federais, estaduais e municipais, mas devem ser aplicados com a sua maneira individual de ser enquanto docente, com suas limitações e entraves, todavia, com a vontade de fazer diferente e em prol do coletivo transformador.

As evidências que permeiam a vida do professor podem ter influência na sua prática, como a insatisfação salarial, a constante crítica por parte da sociedade e dos governantes. Os desafios são muitos, mas esse profissional não deve desanimar-se diante de tais problemas, é preciso desenvolver formas de trilhar seu aprendizado e sua atualização conforme as necessidades, assim como aproveitar as oportunidades de capacitação oferecidas pelos gestores da área da Educação. Encontrar o seu próprio caminho para ser parte dentro da

cultura escolar, que se apresenta nas suas características diversas, com gestão, administração de conflitos, ferramentas tecnológicas, relações de poder, interferência da família e da comunidade, situações de descrédito das ações pedagógicas; mas nunca deixar de lutar pelo que gosta e se propõe a desenvolver. Mais desafiador que buscar seu caminho é se deixar abater pelo desconforto em não fazer parte daqueles que procuram crescer e colaboram para o crescimento do outro, para deixar o legado importante da formação dos cidadãos.

A profissão do docente é uma das mais importantes da História, tendo em vista que no início da Educação havia um condutor dos processos pedagógicos o qual nunca foi substituído por nenhuma outra possibilidade de métodos de educação, mesmo com a tecnologia. Sem o professor, quase nada pode ser apreendido.

A escola em sua identidade, a cultura escolar, é única e apresenta sua referência no espaço de troca de conhecimentos dentro da relação ensino-aprendizagem. As escolas, apesar de únicas, têm uma homogeneidade familiar a todo cidadão que um dia esteve neste espaço. A forma como se organiza a circulação dos alunos, as filas, os móveis que compõem o ambiente nos são familiares. Isso, além da disciplina imposta para o bem-estar de todos os integrantes, os conteúdos ofertados, as reuniões com os pais e a forma de relacionamento com a comunidade, além dos procedimentos pedagógicos. O docente que faz parte dessa realidade exerce grande influência para o projeto de vida do aluno e da comunidade. É preciso a transposição didática sem perder de vista a relação teoria-prática da grade curricular e o ambiente em que se dá o ensino.

Esse espaço da escola, formador do projeto de vida do educando e dos educadores, vê o sujeito como um todo e o professor como mediador e estimulador da aprendizagem, visando atender a necessidades cognitivas e de inclusão. Tais ações dimensionam o processo reflexivo e crítico capaz de aprimorar o conteúdo propositivo e incentivam a participação de todos no processo educativo.

As práticas pedagógicas voltadas para a formação dos alunos podem ser amplamente desenvolvidas de diversas formas, de acordo com interesses e necessidades de intervenção para um dado contexto no cotidiano escolar. Assim, possibilitam aos atores envolvidos no processo educacional aprenderem a viver em sociedade e adquirir habilidades para atuar e viver coletivamente, na busca de soluções de problemas vivenciados dentro do ambiente escolar, bem como no contexto social inserido, criando novas conexões frente às suas crenças.

Essas vivências estimulam diálogo, interação, visão crítica de aceitação da diversidade em âmbito geral. A cultura da escola, no entanto, não é estática. Ao contrário, ela está em permanente elaboração e reconstrução, num contexto social, e promove mudanças em suas

práticas para fazer valer o seu papel de agente de transformação, para a conduta ética e moral de seus alunos.

Assim, essa convivência e as relações construídas entre esses indivíduos e grupos interferem integralmente na construção da proposta individual e ou coletiva. A luta dos docentes deve ser constante, por meio dos movimentos sociais, como forma de reivindicações das classes e busca de melhores condições de trabalho, reconhecimento individual e da categoria e melhores salários.

Acreditamos que as escolas devem formar os docentes para que tenham conteúdos capazes de estabelecer uma dialética entre a teoria e a prática e buscar formação continuada junto aos órgãos competentes. O professor deve cuidar de sua saúde emocional na busca do seu autoconhecimento e de suas habilidades, a fim de que possa desenvolver ações pedagógicas de forma confortável para a sua vida, sem violência às suas concepções de tempo, lugar e vivências pessoais. Por isso, é importante projetar os sistemas educacionais de modo que possam promover nos estudantes e nos educadores competências e habilidades para qualquer atividade humana laboral. Assim, ambos os grupos poderão ter formação integral.

7 JOVENS E JUVENTUDE – PROTAGONISMO

Iniciaremos o contexto desta seção pontuando que o objeto desta pesquisa culmina na proposição de atividades de formação voltadas para os jovens em seus projetos de vida e trabalho. Esta formação também direciona conteúdos e diálogos desses contextos para ações pedagógicas nos espaços escolares, dentro das disciplinas da grade curricular da Educação Básica, na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017). Propõe o protagonismo dos jovens estudantes, preparando-os para a emancipação com base para escolhas de trajetórias de vida.

Os jovens, sujeitos deste contexto, encontram-se na faixa etária a partir dos 16 anos – por ser esta a idade inicial de emancipação legal e de possibilidade de obter emprego registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social – até o limite dos 24 anos, o qual ocorre por ser esta a idade considerada ideal para se concluir o Ensino Superior, logo, a idade para a conclusão dos estudos regulares e a inserção plena no mercado de trabalho. Dentro desse período, é de grande importância planejar o futuro.

O conceito de juventude resumiria uma categoria essencialmente sociológica, que indicaria o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel de adultos na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos. (OMS/OPS, 1985).

Nosso sujeito de pesquisa se encontra na fase da adolescência e apresenta contornos para formação da identidade. Para este momento, da adolescência, deparamo-nos na contemporaneidade com vários entendimentos atribuídos ao tema. É pauta de estudos em grande evidência, tanto pelos desafios propostos de inserção social, como pela importância da elaboração de Políticas Públicas governamentais. Observamos uma perspectiva com contornos de identidades como uma etapa do ciclo de vida dos sujeitos, os quais apresentam características próprias que atuarão na construção das trajetórias de vida de cada indivíduo, dentro de um contexto sociocultural. (SIFUENTES & COLS., 2007).

O que propomos tem a finalidade de dialogar sobre os contextos e espaços que influenciam e são bases de formação para os projetos de vida dos jovens, com encaminhamentos para o trabalho e também para os projetos pessoais. Portanto, pensamos uma formação que desenvolva o jovem por meio de conhecimentos de assuntos da realidade social, bem como sua utilização na prática, para base de reflexão nas escolhas e nos caminhos, potencializando e desenvolvendo a visão crítica para o protagonismo. Esse protagonismo leva

o jovem à participação em movimentos populares das lutas de classes, visando a garantia dos direitos e acessos aos recursos intrínsecos da sociedade, estabelecendo seus papéis como agente de transformação.

Para Castro e Aquino (2005), essa ideia da juventude como preparação para assumir papéis sociais determinados faz parte daquela visão comum dos jovens que sugere:

[...] que a transição é demarcada por etapas sucessivamente organizadas que garantem a incorporação pelo jovem dos elementos socioculturais que caracterizam os papéis típicos do mundo adulto (trabalhador, chefe de família, pai e mãe, entre outros): à frequência à escola se somaria, em primeiro lugar, a experimentação afetivo-sexual, que seria sucedida progressivamente pela entrada no mercado de trabalho, pela saída da casa dos pais, pela constituição de domicílio próprio, pelo casamento e pela parentalidade. Ao final deste processo, o jovem-adulto adentraria uma nova fase do ciclo da vida, cuja marca distintiva seria a estabilidade. (CASTRO; AQUINO, 2005, p. 9).

Dentro das proposições para essa emancipação e na busca da formação dos jovens no processo educacional, fundamenta-se

“[...] a BNCC [que] propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida.” (BRASIL, 2017, s/p).

Para tanto, esta seção traz uma análise deste contexto, o do jovem que pontua influências para decisões de seus projetos de vida baseado no protagonismo como agente impulsionador. Consequentemente, dentro da sociedade, esse indivíduo é considerado uma pessoa de referência para transformações mundiais. Muitos o colocam como o “salvador da pátria”, atribuindo a ele o futuro da humanidade. Tal responsabilidade pode causar nos jovens receio, medo, e desenvolver neles a incerteza em relação ao futuro, não os deixando viver o momento presente, da adolescência, como deve ser vivido. Contudo, esse é o período certo para uma formação crítica, com abordagem de conhecimentos adequados à continuidade do ciclo da vida, incluindo preparo para o mundo do trabalho e projetos de vida.

Essa proposta para o protagonismo do jovem ocorre dentro de um contexto em que ele se apropria de influências de características individuais e coletivas, mudanças físicas e comportamentais e de inserção dos contextos sociais, com responsabilidades agora demandadas as quais o colocam como um agente transformador. Com atuação no mundo do trabalho, torna-se consumidor de produtos e serviços, com potencial de influenciar os processos econômicos. Em geral, a adolescência inicia-se com as mudanças corporais da

puberdade e termina com a inserção social, profissional e econômica na sociedade adulta. (FORMIGLI, COSTA; PORTO, 2000).

Os jovens têm participação no mundo e contribuem com sua maneira de viver e ser. Ainda que dentro de um momento conflituoso, participam das vivências em seu meio social, aprimorando conhecimentos, adquirindo experiências no cotidiano e contribuindo com seus posicionamentos e sua forma de ver o mundo. Essa juventude cria e recria o seu próprio modo de vida. Mostra que a sua constituição não se faz sem singularidade e que a sua formação é constituída de pluralidades. De acordo com Marx (2004),

O homem – por mais que seja, por isso, um indivíduo *particular*, e precisamente sua particularidade faz dele um indivíduo e uma coletividade efetivo-*individual* (*wirklichesindividuellesGemeinwesen*) – é, do mesmo modo, tanto a *totalidade*, a totalidade ideal, a existência subjetiva da sociedade pensada e sentida para si, assim como ele também é na afetividade, tanto como intuição e fruição efetiva da existência social, quanto como uma totalidade de externalização humana de vida. (MARX, 2004, p. 108).

Desta forma, o jovem tem sua existência dentro da sua singularidade, desenvolvendo modos de vida que são somente seus em alguns momentos e, em outros, de acordo com a demanda, apresenta construções coletivas com os outros sujeitos na mesma condição de juventude. São vistos como os grandes responsáveis pela construção do mundo, uma vez que se tornam atores do processo de construção da sociedade, ocupando espaços e lugares de outros sujeitos com idades mais avançadas os quais já estão renunciando às responsabilidades nesse processo da vida.

Para que essa responsabilidade do jovem nesse contexto tenha êxito, é preciso uma formação que o direcione ao protagonismo capaz de conduzi-lo para escolhas individuais as quais resultarão em transformações coletivas. Portanto, é necessário valorizar, investir e formular Políticas Públicas específicas para essa geração e aprimorar conhecimentos, pois, segundo Manheim (1952), a falta de conhecimento e educação representam um risco maior à preservação da ordem do que o seria em relação a parcelas da população dotadas de direcionamento consciente e bons projetos para épocas futuras.

Entendemos que o jovem, no curso da História, vem ocupando espaço dentro da construção da sociedade e, mesmo dentro das suas particularidades, faz parte das mudanças globais, desenvolvidas de acordo com os fenômenos sociais conforme a evolução mundial. Como destaque deste momento, mudanças das redes tecnológicas, que trazem alinhamentos característicos de comportamentos para vivência dessa demanda de conhecimento e utilização de ferramentas para inclusão e conhecimento globalizado. Dessa forma, a juventude

representa um momento diferenciado da existência humana, com características especiais e necessidades próprias, conforme aponta Abade (2003).

E sua mais evidente aparição acontece em participações coletivas, que coloca os jovens em destaque em manifestações populares reivindicando direitos constitucionais. Em suas características e identidade manifestas, ainda são vistos como influenciados pelas ideias individualistas. Potencialmente quando em função de uma luta coletiva, o individual dá espaço a uma luta de todos os cidadãos, o que determina que o interesse coletivo se sobrepõe aos individuais, quando devidamente organizado e motivado por lutas de interesses públicos. Tal ideia de atividades de lutas tem um grande poder de protagonizar ações coletivas para o bem coletivo.

O protagonismo juvenil parte do pressuposto de que os adolescentes pensam, dizem e fazem pode transcender os limites do seu entorno pessoal e familiar e influir no curso dos acontecimentos da vida comunitária e social mais ampla. Em outras palavras, o protagonismo juvenil é uma forma de reconhecer que a participação dos adolescentes pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política onde estão inseridos. Nesse sentido, participar para o adolescente é envolver-se em processos de discussão, decisão, desenho e execução de ações, visando, através do seu envolvimento na solução de problemas reais, desenvolver o seu potencial criativo e a sua força transformadora. (COSTA, 2000, p. 120).

O autor define o protagonismo juvenil como o envolvimento do jovem estudante em atividades que vão além do seu universo pessoal e familiar, gerando efeitos na vida em sociedade

Os jovens, em sua busca de emancipação e caminhos, devem ser motivados a pensar em planos para o futuro. Podem escolher concluir o Ensino Superior, desenvolver uma carreira profissional e constituir uma família, dentre outras. Essas opções estão potencialmente como propósitos dos jovens quando iniciam as mudanças fisiológicas comportamentais e de responsabilidades que chegam ainda na adolescência. Tais construções de mundo devem fazer parte do desenvolvimento e da liberdade de vida em suas concepções individuais, que farão sentido dentro da construção coletiva da sociedade. Nesse momento a escola tem um papel fundamental para suporte nas construções de identidade juvenil. Dessa forma, diálogos acerca dos problemas que envolvem o mundo diz respeito a todo sujeito.

A relevância do assunto tem referência dentro da Base Nacional Comum Curricular, trazendo a ideia do protagonismo em todas as etapas da Educação, orientando que se busquem orientações de planejamento da vida escolar do jovem. A BNCC traz em sua definição que “[...] o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas

com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea.” (BRASIL, 2017, *online*). Conforme abordado no início desta seção, estas premissas corroboram nossa pesquisa, quando relacionam a ideia de protagonismo dos jovens dentro dos espaços escolares com atividades pedagógicas direcionadas para conhecimentos dos contextos que envolvem a sociedade e de desenvolvimento de habilidades e aprendizados de autoconhecimento. Assim, as investidas da Educação na formação do jovem visando sua emancipação por meio do conhecimento devem ser um desafio.

A História nos mostra que, dentro dos contextos educacionais, inicialmente a formação do jovem vem ao encontro de atender a uma necessidade da sociedade, por isso uma educação mais voltada para a profissionalização. Conforme a legislação, a Educação Básica também fornece, em suas ações pedagógicas, subsídios para o desenvolvimento pleno do ser humano. Dessa forma, o protagonismo juvenil também se relaciona à construção do projeto de vida, “tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos.” (BRASIL, 2017, *online*).

No decorrer da evolução do mundo, muitas mudanças acontecem, por meio de fenômenos sociais, culturais e políticos. Essas transformações, inevitáveis, demandam novas formas de identidade da sociedade. As reconfigurações desses espaços ocasionam necessidade de novos conhecimentos direcionados para atuação em problemas apresentados. No Brasil, a juventude vive em condições de desigualdades que exigem atenção dentro dos contextos educacionais, sociais, de dinâmica familiar, relativos a gênero, cor e outras várias referências de vida para a juventude. Como diz Serra (1997, p. 29), “há diversos mundos e diversas formas de ser adolescente”.

É nessa vivência de mundos diversos dentro de um mesmo grupo que se apontam as identidades dentro do momento histórico, social e cultural. Os fenômenos inseridos na sociedade precisam da participação de todos e do estabelecimento de um elo entre os sujeitos em suas particularidades e visões coletivas, que surgem em função das transformações mundiais.

Nessa perspectiva, podemos pontuar o advento industrial, a chamada era da informação, na qual se desenvolve a tecnologia e se potencializam vários comportamentos coletivos, que constituem mudanças e adaptação para os novos fenômenos. Mais informação, mais conhecimento e a necessidade de adquirir serviços e produtos. O jovem, sujeito deste estudo, vem acompanhando e vivenciando o advento tecnológico mudando e se adaptando às configurações de meios de vida. Esse novo tempo, com suas variadas ferramentas, estabelece

no jovem uma relação de dependência e o coloca como refém de tais serviços ofertados. É preciso vivenciar criticamente, ou seja, desenvolver visão crítica para não se deixar sucumbir por esse emaranhado de contextos do mundo virtual, que faz parte da rotina contemporânea. Para intervenção nos problemas e na possibilidade de fazer algo relevante para a sociedade, contribuindo para as novas gerações, é preciso utilizar essa rede interconectada como apoio.

Quando abordamos a discussão sobre protagonismo, estamos dialogando sobre a luta e a formação dos jovens para garantir os direitos constitucionais. No Brasil, a história não é diferente: não foram raras as vezes em que os jovens impulsionaram revoltas e movimentos de contestação às condições sociais e políticas presentes nas suas épocas. Dentro dessas lutas, o protagonismo vem aqui simbolizado pelos movimentos populares dos jovens que ocasionalmente culminaram em decisões e mudanças importantes para o País, o que nos mostra que, dentro do coletivo, com pautas comuns e com informações, a diversidade renuncia a seus interesses individuais e transpõe barreiras, fazendo valer e assegurar os direitos de uma nação e do bem social de um povo inteiro.

Aqui faremos um breve relato da participação dos jovens em movimentos que manifestam sua identidade protagonista a partir do século XX, interferindo na trajetória histórica do Brasil, mudando seus rumos. Inicialmente, destaque para um dos fatos mais importantes da participação dos jovens, como um marco em movimentos sociais, uma leitura das expressões juvenis.

Em 1992: “Fora Collor”, o movimento dos caras-pintadas foi um dos marcos na História do Brasil. Contou com a população em massa, com a presença de milhares de estudantes. Os manifestantes saíram às ruas vestidos com roupas pretas e rostos pintados de verde e amarelo. O movimento defendia o *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello, então presidente do País. O que levou ao movimento foi a insatisfação do povo com essa governança. O Brasil estava em crise econômica, caracterizada por uma hiperinflação de 1.700% ao ano e muita instabilidade econômica.

Para conter a crise, o presidente lançou o Plano Collor. Entre as medidas do plano econômico estavam: substituição da moeda “cruzado novo” pelo “cruzeiro”, congelamento de preços e salários, demissão de funcionários públicos, liberação da taxa do dólar, extinção de institutos governamentais e aumento de preços de serviços públicos, dentre eles, aumento na tarifa de transporte.

O movimento foi às ruas pedir o *impeachment* do Presidente Collor. A pressão foi intensa e, pouco tempo depois da denúncia, o processo de *impeachment* foi autorizado pela Câmara e Collor, afastado da presidência, simbolizando a vitória do movimento popular. Esse

período contou com a participação dos jovens, que foram motivados pelo movimento estudantil. (GASPARETTO JÚNIOR, s. d.).

Em 2013: protesto no Congresso Nacional intitulado “Um Movimento de Muitas Bandeiras”, mas com protagonismo da juventude brasileira. A manifestação foi realizada em frente ao Congresso Nacional em Brasília/DF. Neste ano houve alguns protestos significantes realizados por movimentos estudantis nas principais capitais do País, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Florianópolis, com o foco principal de barrar o aumento das tarifas de transporte público. Protestou-se também contra a realização da Copa do Mundo FIFA de 2014 (que terminou por acontecer, sim, no Brasil), contra a corrupção e contra a violência policial (FOLHA DE S. PAULO, 2013).

Observamos assim como os jovens constroem suas identidades também a partir desses projetos, verificamos como os planos para o futuro influenciam seu modo de agir e de ser e, a partir deste estudo, percebemos a juventude como o momento que antecede a responsabilidade da fase adulta e, portanto, necessitada de uma preparação que determine uma visão crítica, que prepare os indivíduos incentivando suas capacidades intelectuais, favorecendo o protagonismo como base de suas escolhas, mesmo dentro das limitações concernentes a essa etapa da vida.

Portanto, o tema desta seção é um dos grandes estimuladores e serve de base à formação dos jovens para as lutas e os movimentos sociais, assegurando direitos e aprimoramento de habilidades características do protagonismo, colocando-os como os principais responsáveis por seus combates e adesões aos contextos sociais. Os movimentos populares na contemporaneidade são mais ativos, visto que a tecnologia e as redes sociais estabelecem uma comunicação em tempo ágil, favorecendo acesso a informações.

Na história dos jovens protagonistas, ainda que excluídos e com precariedade de acesso, evidencia-se mais articulação juvenil nas mudanças ocorridas no mundo. O jovem, nosso objeto, deve buscar sua liberdade, mas as instituições que o cercam precisam desenvolvê-los de modo que se sintam dispostos para enfrentar os desafios que os esperam logo ali, quando concluem a Educação Básica e ou o Ensino Superior e são acionados como agentes da transformação social. Trata-se do preparo para o enfrentamento das vulnerabilidades características de jovens e adolescentes, que são excluídos dos acessos em um contexto no qual as Políticas Públicas não conseguem atender a suas demandas, fragilizando-os com ações inadequadas, sem, contudo, estabelecer uma relação deste grupo com lutas e movimentos que os efetivem como sujeitos e agentes de direitos. É preciso um

olhar atento para essa categoria que, como já dito anteriormente, é vista como a “salvadora da pátria”.

Sim, é necessário, já que se prevê uma população de 43,3 milhões de jovens entre 10 a 24 anos para o ano 2020, o que constitui um contingente significativo, mesmo com a redução absoluta em relação ao ano 2000. Isso traz demandas sociais específicas como saúde, educação e emprego no século XXI. (BAENINGER, 1999).

Segundo Pochmann (2004), devido à sua complexidade, essa faixa etária, geralmente de dependência econômica e associada à educação e à formação – próxima da constituição de uma vida familiar e profissional própria – vem deixando de ser cada vez mais um espaço de decisão privada para se transformar em agenda de intervenção pública.

Assim, concluímos que, organizados e bem assessorados, os jovens se sentem seguros de suas escolhas e apresentam desejos e anseios por lutar pelos seus direitos dentro da sociedade e conseguir sua inserção como agentes de transformação. Essa transformação terá êxito quando houver um esforço para a solução de problemas, de interesse particular e ou coletivos, nas problemáticas sociais cabíveis de intervenção e resolução. Desta forma, os sujeitos desta pesquisa percebem a força do grupo como reforço para mudanças da realidade para contabilizar uma sociedade mais justa. Assim, protagonizam suas escolhas com base em sua formação dentro das instituições responsáveis pelo desenvolvimento de um processo intelectual e de habilidades socioemocionais.

A juventude é compreendida como uma condição social, moldada pelo seu meio com as influências da classe social, gênero e raça, e segue seu destino sem Políticas Públicas efetivas para sua transformação – o que potencializa a necessidade de um olhar mais de perto para as necessidades políticas em função das quais os jovens devem agir como protagonistas e envolver-se nas manifestações de grupo, estabelecendo com outros atores sociais a sua importância para as transformações sociais que em breve farão parte do seu mundo, no trabalho ou em seus projetos de vida, aliados aos seus parceiros familiares e de lutas pelos direitos assegurados nas legislações.

8 O PRODUTO: SENSIBILIZANDO O JOVEM EM IDADE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO SOBRE ESCOLHAS PROFISSIONAIS E PROJETOS DE VIDA

As vertentes e as condições em que a adolescência ocorre nos meios sociais são fatores que determinam o processo de construção e partilha de conhecimentos sobre a vida futura. Desta forma, o papel da sociedade, da escola e da família é o de desenvolver um olhar para esse momento dos jovens e contribuir com suas experiências. Tal contribuição é fundamental para ordenar o pensar e a tomada de decisão em relação aos próximos passos que darão.

Esses passos fazem parte de uma etapa importante na vida do ser humano, pois acontecem numa hora em que se pensa no futuro e traça-se um projeto. Porém, algumas variáveis interferem nessa escolha, tornando-a mais complicada. A falta de informação, de acesso aos conteúdos dos contextos sociais e de diálogo, os quais poderiam oportunizar debates e esclarecimentos, representam elemento impactante num espaço onde poderia haver ações no âmbito educativo, buscando elos entre a subjetividade e a formação de condutas e preparo para caminhos de vida.

A necessidade de uma escolha profissional e de definição de um projeto de vida, após a formação na Educação Básica, é imposta aos adolescentes quando eles ainda estão se descobrindo, definindo sua identidade. Portanto, ainda têm dificuldades em saber com o que realmente se identificam e quais seriam seus planos.

Dentro dessa configuração, percebe-se que o mundo atual apresenta um universo de cursos e possibilidades, ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho se mostra mais competitivo e exige qualificação. Nesse contexto, é importante citar ainda a influência social de pais e amigos, principalmente; as demandas da sociedade, com arranjos cada vez mais inovadores para as atividades de trabalho; e os meios de acesso a recursos de subsistência financeira, com vistas também ao empreendedorismo do jovem. A inserção em atividades profissionais para subsistência pode oportunizar inclusão em vínculos com precarização, sem assegurar os direitos constitucionais do trabalho.

Sendo assim, desenvolver o autoconhecimento e adquirir informações sobre o universo das profissões e de projetos pessoais é ação que se insere nesse conjunto com o objetivo de facilitar as escolhas do jovem, auxiliando-o a compreender sua situação de vida, em seus aspectos pessoais, familiares e sociais. É a partir dessa compreensão que ele terá condições de definir qual o melhor caminho para si.

Nossa proposta de produto educacional interventivo tem como objetivo sensibilizar e dar o primeiro empurrão no “pensar” o processo de construção da identidade profissional do adolescente com idade escolar compatível com o Ensino Médio, apontando caminhos que possam levar a uma escolha consciente e segura.

Verifica-se também que as políticas promulgadas para proteger e inserir a juventude no meio social no Brasil não são garantia desses direitos. Muitos desses indivíduos vivem em condições de risco. A opção por uma atividade profissional com vínculo precário, na maioria das vezes, tem sido a alternativa que funciona como “tábua de salvação” para esses adolescentes – e até mesmo para suas famílias –, pois assegura a solução de necessidades prementes. Como resultado, esses jovens passam a viver à margem da sociedade para satisfazer suas necessidades básicas, vivenciando suas experiências em um espaço de exclusão social. Dessa forma, constroem sua identidade e seus aspectos comportamentais morais e éticos com base em referências que têm a mesma importância – neste caso, mínima – do espaço e da função que ocupam.

Diante disso, só nos cabe olhar de forma diferente e tentar sensibilizá-los com nosso exemplo, conhecimento e atitudes. Pontuamos esta intervenção de sensibilização para a formação do sujeito dentro dos espaços educativos e de sociabilidade, tendo em vista a importância desses processos escolares para os diálogos, debates, e a disposição desses atores para a realização de novos modos de desenvolver a Educação. Estes e outros espaços dessa natureza é que possibilitarão aos adolescentes mediações para elaboração e superação de dificuldades e conflitos, bem como a construção de uma escolha profissional e de projetos de vida mais conscientes.

Sendo assim, com base em tais considerações, este produto educacional tem por objetivo propor uma ação de intervenção que permita desenvolver diálogos capazes de iniciar o processo do pensar os projetos de vida futuros e a inserção no mundo do trabalho, por meio de atividades de sensibilização do adolescente em idade escolar, em nível de Ensino Médio.

A seguir, detalhamos objetivos e demais características da proposta.

8.1 Objetivo geral

Oferecer um espaço de diálogo em atividades participativas, onde o jovem tenha momentos de reflexão da realidade histórico-social, base para planejar caminhos da sua trajetória futura, para escolhas de projetos de vida e profissionais, por meio do conhecimento

de si mesmo, das habilidades sociemocionais, das profissões e da realidade do mercado de trabalho atual.

8.2 A quem se destina

Estudantes que estejam cursando o Ensino Médio em fase de conclusão da Educação Básica, na escola pública.

8.3 Número de vagas

Serão oferecidas 10 vagas por grupo, com possibilidades de montar vários grupos.

8.4 Local de realização

Salas de aula dentro das escolas, espaço de acesso ao jovem.

8.5 Metodologia

O trabalho será desenvolvido com no máximo 10 participantes por grupo, com uma reunião semanal de três horas, num total de 10 encontros: o primeiro para abertura; mais quatro para as atividades em grupo e individuais; quatro para a apresentação das profissões por profissionais convidados da comunidade; e um encontro final individual com cada um dos participantes; nos quais serão trabalhados os seguintes aspectos:

- conhecimento de si mesmo (quem eu sou e quem eu serei, meu projeto de vida, expectativas da família X expectativas individuais, principais gostos, valores e interesses);
- conhecimento da realidade do mercado de trabalho e das relações de trabalho;
- conhecimento das profissões (o mundo do trabalho, as possibilidades de atuação, informações sobre profissões), por meio de uma feira de profissões.

Para alcançar esses objetivos serão utilizadas diversas técnicas, como dinâmicas de grupo, atividades individuais, palestras, aplicação de testes vocacionais (via *site*) e, no encontro final individual, um *feedback* do desempenho nas atividades.

8.6 Considerações para aplicar o produto educacional

- Os grupos podem ser desenvolvidos e coordenados por profissionais do ambiente escolar que tenham habilidades para práticas em grupo e formação adequada. Indicamos psicopedagogo com a parceria de outro profissional que apresentar a habilidade de atuar com grupos.
- Responsabilidade ética é um fator inalienável, quando se tomam decisões que irão afetar profundamente outras pessoas. Para Moscovici (2002), um educador (coordenador), além de competência técnica, deve apresentar competência interpessoal, flexibilidade perceptiva, atitude experimental e capacidade de assumir riscos, fatores fundamentais na condução desses grupos.
- As indicações de testes de aptidão para profissões devem ser aplicados. Alguns testes necessitam ser conduzidos por profissionais especializados. Mas, nas redes sociais existem muitos testes de vocação profissional disponíveis para uso pessoal, com opção de múltiplas escolhas e com escore no final. Aos coordenadores desta proposta pode ficar essa opção, com a aplicação de tais testes e a correção, para devolutiva no final, junto com as percepções das atitudes dos integrantes do grupo, dentro das dinâmicas e atividades propostas. Apresentamos algumas sugestões: PraValer⁹; Educa Mais Brasil¹⁰; Cria Ação em Marketing¹¹.

O Quadro 2 apresenta uma visão geral dos diversos encontros, descritos em mais detalhes no item seguinte desta seção.

Quadro 2 – Os encontros

ENCONTROS	OBJETIVOS	ATIVIDADES
1º encontro - “É chegada a hora - atribuindo sentido à atividade”	. Apresentar a proposta do produto. . Buscar compromisso dos jovens, estabelecendo normas. . Desenvolver interação entre os participantes.	. Abertura das atividades. . Discussão para formatação de contrato. . Apresentação dos demais estudantes e educadores pedagógicos.
2º encontro - “Vamos nos conhecer?”	. Desenvolver autoconhecimento e habilidades sociemocionais. . Refletir sobre atividades de rotina para escolhas e autoconhecimento.	. Dinâmica “Crachá criativo”. . Atividade para casa (Apêndice A). . Avaliação da atividade (Apêndice B).
3º encontro - “As profissões e as práticas sociais”	. Desenvolver conhecimento sobre a importância das profissões dentro da sociedade e as relações de trabalho.	. Dinâmica “Escravos de Jó” . “Construindo uma cidade” . Atividade para casa (A Carta -

⁹ Disponível em: <https://www.pravaler.com.br/testes/teste-vocacional-online-gratis/>

¹⁰ Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/teste/vocacional>.

¹¹ Disponível em: <https://www.carlosmartins.com.br/testevocacional.htm>.

		Projeto de vida - Como quero estar daqui a dez anos). . Avaliação da atividade (Apêndice B).
4º encontro - “Projetos de vida – pensando as trajetórias”	. Promover reflexão sobre os projetos de vida. . Pensar os caminhos que os participantes estão percorrendo.	. “O espelho”. . “Estrada da formação”. . Atividade para casa (“Complete a frase” - Apêndice C) . Avaliação da atividade (Apêndice B).
5º encontro - “Projetando sonhos – definindo metas”	. Promover reflexão sobre a trajetória de vida. . Desenvolver competências socioemocionais.	. “Continue a história”. . “Projetando sonhos – definindo metas e objetivos”. . Atividade para casa – reflexão sobre texto (Apêndice D). . Avaliação da atividade (Apêndice B).
6º ao 9º encontro – “As profissões e suas atribuições”	. Informar sobre as profissões do mercado, suas práticas sociais e relações de trabalho.	. Apresentação das profissões escolhidas pelos alunos (durante as atividades), por profissionais da comunidade convidados.
10º encontro - “Recebendo feedback”	. Apresentar ao aluno um retorno sobre seu desempenho nas atividades, com diálogos direcionados para planejamento de sua trajetória de vida.	. Encontro entre o educador pedagógico e o aluno.

8.7 Os encontros – roteiros propostos

8.7.1 O primeiro encontro - “É chegada a hora - atribuindo sentido à atividade”

Abertura das atividades: ____/____/____.

Assuntos: Objetivos, duração, horários (a serem estabelecidos junto com os participantes).

Entrega do contrato de grupo com normativas e desenvolvimento, com as assinaturas (pode ser feito em uma folha sulfite em texto escrito pelos educadores).

Apresentação dos objetivos da proposta, com a seguinte ordem de falas:

- . Apresentação dos educadores envolvidos.
- . Apresentação da atividade no que se refere a contextos e a ação pedagógica.

. Importância da escolha profissional e dos projetos de vida, responsabilidade – deve ser pensado individualmente, mas com suporte e informações.

. A necessidade da escolha profissional é imposta ao adolescente no momento que ele está se descobrindo e conhecendo a sua identidade; pode haver dificuldade em saber o que gosta e não gosta.

. O objetivo de facilitar o momento de escolha para o jovem, auxiliando-o a compreender sua situação específica de vida, na qual estão incluídos aspectos pessoais, familiares e sociais. É a partir dessa compreensão que ele terá condições de definir qual a melhor escolha no seu projeto de vida. Assim, pelo autoconhecimento e pelo estímulo a atitudes exploratórias, ele será convidado a fazer uma viagem de muitas descobertas sobre si mesmo e sobre o mundo do trabalho.

O grupo tem o objetivo de apoiar o processo de construção da identidade pessoal, com encaminhamentos para a vida profissional, apontando caminhos que possam levar a uma escolha consciente, segura e comprometida.

Discussão e formatação de um contrato estabelecido entre os integrantes e os educadores, buscando responsabilidade e comprometimento por parte de todos os participantes.

Após essa discussão, os educadores colocarão em uma folha sulfite o que houver sido combinado e solicitarão a assinatura dos integrantes.

- Presença: 80% de presença nas atividades.
- Pontualidade: início e fim das atividades, chegar com 10 minutos de antecedência.
- Entrega das atividades direcionadas para casa: no encontro seguinte ao da proposta da atividade.

OBS: Após este primeiro momento será desenvolvida uma dinâmica de apresentação.

Chek-list das atividades do dia

Neste encontro:

- Informações sobre planejamento do grupo aos integrantes.

- Definido o contrato, estabelecido o grupo e os educadores.
- Apresentação, por nome, dos demais participantes, para conhecimento de todos.

8.7.2 O segundo encontro – “Vamos nos conhecer?”

Abertura das atividades: ____/____/____.

Educadores: _____/_____

• **Dinâmica de apresentação: “Crachá criativo”**

Objetivo: o objetivo desta técnica de apresentação não é saber qual crachá ficou mais bonito, mas sim verificar como os participantes fazem sua **autoimagem**; além disso, saber como lidam com desafios, pressão, organização e criatividade.

Duração: 20 minutos.

Material: cartolinas, canetas, giz de cera, tesoura, barbante.

Disposição do grupo na sala: em círculo.

Descrição: o educador propõe que os integrantes do grupo se conheçam. Para isso, farão um crachá com seu nome, da forma mais criativa que encontrarem. Após todos terminarem o educador informa que terão que se apresentar ao grupo, mostrando o crachá, falando seu nome e uma qualidade que comece com a primeira letra do seu nome.

Dados sugestivos para apresentação durante a atividade:

- nome e seu significado (se souber);
- série que está cursando;
- uma qualidade que comece com a primeira letra do seu nome;
- uma coisa que gosta de fazer;
- uma coisa que não gosta de fazer.

Avaliação final: o educador deve finalizar, desenvolvendo uma relação entre a atividade que mais gosta e ou não gosta, como uma forma de pensarmos o que nos deixa felizes e que possivelmente pode se relacionar com as nossas escolhas de vida/trabalho.

• **Atividade para casa**

A ser entregue aos educadores no próximo encontro. Será impressa: “Gosto e faço” (conteúdo no Apêndice A).

• **Avaliação do dia com “Caródromo”**

Conteúdo no Apêndice B.

Ficará de posse do educador para avaliação das atividades desenvolvidas no dia.

• ***Chek-list* das atividades do dia**

Neste encontro:

- Realização de crachá para apresentação, com avaliação de itens como autoimagem e perfil perante desafios, pressão e necessidade de ser criativo.
- Reflexão sobre o que cada um gosta e o que não gosta de fazer.
- Atividade para casa com foco em pensar sobre suas reações perante atividades rotineiras, o que gosta e faz, gosta e não faz, não gosta e faz, não gosta e não faz.

8.7.3 O terceiro encontro – “As profissões e as práticas sociais”

Abertura das atividades: ____/____/____.

Educadores: _____/_____

Recolher a atividade direcionada para casa na semana anterior.

• **Dinâmica vitalizadora: “Escravos de Jó”**

Objetivo: visa descontrair os integrantes para as atividades que seguem e desenvolver interação entre o grupo, podendo ser observada a atenção e a concentração dos participantes.

Duração: 3 minutos.

Material: pedrinhas ou saquinhos de pano com areia dentro.

Disposição do grupo na sala: em uma mesa redonda ou sentados em círculo no chão.

Descrição: esta dinâmica vem de uma brincadeira popular do mesmo nome, mas que nesta atividade tem o objetivo de vitalizar o grupo. Em círculo, cada participante fica com um toquinho (ou qualquer objeto rígido). Antes do início, o educador deve ter certeza de que todos sabem a letra da música e a movimentação do grupo enquanto canta:

“Os escravos de Jó jogavam cachangá;

Tira, põe, deixa ficar;

Guerreiros com guerreiros fazem zigue, zigue, zá!” (Refrão, repetido duas vezes)

• **Dinâmica: “Construindo uma cidade”**

Objetivo: reflexão sobre a realidade e a importância das profissões.

Participantes: todos do grupo.

Tempo estimado: 20 minutos.

Material: papel, caneta, tesoura.

Disposição dos participantes na sala: em círculo.

Descrição da atividade: o educador escreve o nome de diversas profissões em papel, corta e distribui entre os participantes. Cada integrante do grupo deve representar a profissão que lhe foi entregue, encarnando-a. O educador convida cada um, por um instante, a analisar a importância daquela profissão.

Depois, a seguinte situação deve ser simulada: todos os participantes irão viajar de navio para uma cidade distante que deverá ser construída. No entanto, no meio da viagem, o navio começa a afundar e o grupo deve decidir, entre eles, quais participantes deverão ser salvos, de acordo com a importância de seu respectivo trabalho na nova cidade.

• **Atividade para casa**

A ser entregue aos educadores no próximo encontro.

Escreva uma carta para si. Tema: **A carta: Projeto de vida - como quero estar daqui a dez anos** (A carta será devolvida ao integrante no último dia).

• **Avaliação do dia com “Caródromo”**

Conteúdo no Apêndice B.

Ficará de posse do educador para avaliação das atividades desenvolvidas no dia.

• **Check-list das atividades do dia**

Neste terceiro encontro:

- Atividade vitalizadora, descontração e comportamento dos integrantes.
- Desenvolvendo reflexão sobre a importância das profissões para a sociedade.
- Atividade para casa com foco em pensar sua trajetória de vida de acordo com seus desejos.

8.7.4 O quarto encontro – “Projetos de vida – pensando as trajetórias”

Abertura das atividades: ____/____/____.

Educadores: _____/_____

• **Recolher a atividade direcionada para casa na semana anterior.**

• **Dinâmica vitalizadora: “O espelho”**

Objetivo: despertar a valorização de si; encontrar-se consigo e seus valores.

Participantes: todos do grupo.

Tempo estimado: 30 minutos.

Material: um espelho escondido dentro de uma caixa, de modo que ao abri-la o integrante veja seu próprio reflexo.

Disposição da sala: em círculo.

Descrição: com todos sentados em círculo, o educador motiva o grupo, iniciando a atividade. Ao centro, em uma cadeira, uma caixa fechada. Dentro dela, um espelho.

"Cada um pense em alguém que lhe seja de grande significado. Uma pessoa muito importante para você, a quem gostaria de dedicar a maior atenção em todos os momentos, alguém que você ama de verdade... com quem estabeleceu íntima comunhão... que merece todo seu cuidado, com quem está sintonizado permanentemente... Entre em contato com essa pessoa, com os motivos que a tornam tão amada por você, que fazem dela o grande sentido da sua vida..."

Deve ser criado um ambiente que propicie momentos individuais de reflexão, inclusive com o auxílio de alguma música de meditação.

Após esses momentos de reflexão, o educador deve continuar:

“Agora vocês vão encontrar-se aqui, frente a frente, com esta pessoa que é o grande significado de sua vida”.

Em seguida, ele orienta para que os integrantes se dirijam ao local onde está a caixa (um por vez). Todos devem olhar o conteúdo e voltar silenciosamente para seu lugar, continuando a reflexão sem se comunicar com os demais. Finalmente é aberto o debate para que todos compartilhem seus sentimentos, suas reflexões e conclusões sobre esta pessoa tão especial. É importante debater os objetivos da dinâmica.

• **Dinâmica: “Estrada da formação”**

Objetivo: avaliação e autoavaliação com relação à formação: autoconhecimento, reflexão.

Participantes: 10.

Tempo estimado: 1h30.

Material: folhas de papel, lápis de cor, bonecas e bonecos recortados no papel, desenhos de pedras, desenhos de lanterna acesas.

Descrição: o educador solicita a cada participante que desenhe na folha uma estrada com montanhas. Em seguida, repassa as orientações: escreva nas montanhas qual o seu projeto pessoal: onde você quer chegar? Cole um boneco de onde partiu, em algum lugar da estrada. Cole um segundo boneco no ponto da estrada onde você sente que está hoje. Cole pedras, significando obstáculos estruturais, que o impedem chegar aonde quer, e dê nome às pedras. Cole lanternas, significando instrumentos, ferramentas que você precisa ainda para superar as pedras e chegar às montanhas. Dê nome às lanternas.

Reflexão: “A formação é um processo no qual o que importa é caminhar e ter claro aonde chegar”.

- **Atividade para casa**

A ser entregue aos educadores no próximo encontro.

Atividade impressa: “Complete a frase” (conteúdo no Apêndice C).

- **Avaliação do dia com “Caródromo”**

Conteúdo no Apêndice B.

Ficará de posse do educador para avaliação das atividades desenvolvidas no dia.

- **Check-list das atividades do dia**

Neste quarto encontro:

- . Dinâmica vitalizadora, autoconhecimento e valorização da autoestima.
- . Reflexão sobre os projetos de vida, caminhos que estão percorrendo, obstáculos e visão de futuro.
- . Atividade para casa de autoconhecimento e reflexão da sua vida.

8.7.5 O quinto encontro – “Projetando sonhos - definindo metas”

Abertura das atividades: ____/____/____.

Educadores: _____/_____

- **Recolher a atividade direcionada para casa na semana anterior.**

- **Dinâmica vitalizadora: “CONTINUE A HISTÓRIA”**

Objetivo: estimular a interatividade e a capacidade de criação dos participantes.

Participantes: todos do grupo.

Tempo estimado: 30 minutos.

Disposição da sala: em círculo.

Descrição: O coordenador motiva o grupo, começando uma história, como, por exemplo: “Ontem eu estava chegando em casa quando...”. A partir daí, um jovem continua, agregando fatos: “... vi que havia um carro cheio de luzes e decoração maluca parado na rua”. Assim acontece com todos os participantes. Muitas histórias engraçadas e interessantes podem surgir. Esta é mais uma oportunidade de entrosamento e avaliação dos perfis do grupo.

• **Dinâmica: “PROJETANDO SONHOS E DEFININDO METAS E OBJETIVOS”**

Participantes: todos do grupo.

Tempo estimado: uma hora.

Material: Folhas, lápis de cor.

Descrição: O educador solicita a cada participante que divida uma folha de papel sulfite em quatro e elabore, em cada parte da folha, um desenho representativo de seu dia a dia a cada cinco anos. Em cada quadrante será estabelecido: 5 anos, 10 anos, 15 anos, 20 anos.

• **Atividade para casa**

A ser entregue aos educadores no próximo encontro.

Leitura e reflexão, escrita, sobre o texto de Rubem Alves, “Muito cedo para decidir” (conteúdo no Apêndice D).

Trazer por escrito três profissões que gostaria de conhecer. A partir daí serão definidos os palestrantes a serem convidados, para que se concretize a atividade denominada “Conhecendo as profissões”.

• **Avaliação do dia com “Caródromo”**

Conteúdo no Apêndice B.

Ficará de posse do educador para avaliação das atividades desenvolvidas no dia.

• **Check-list das atividades do dia**

Neste quinto encontro:

- . Dinâmica vitalizadora para entrosamento e criatividade.
- . Reflexão sobre os projetos de vida.
- . Atividade para casa, com leitura, reflexão e definições de interesse.

8.7.6 Os demais encontros

Depois desses encontros, haverá quatro para a apresentação das profissões (“AS PROFISSÕES E SUAS ATRIBUIÇÕES”, numa espécie de feira, com profissionais convidados da comunidade; e um encontro final individual (“RECEBENDO *FEEDBACK*”), com cada um dos participantes, para *feedback* do desempenho nas atividades.

8.7.7 Atividades dos educadores

- . Desenvolver um fechamento e uma reflexão sobre os fatos das dinâmicas apresentadas em todos os encontros.
- . Analisar as tarefas para casa e desenvolver uma reflexão dentro das respostas para integrar ao estudo de cada participante.
- . Analisar as indicações de sentimentos do “Caródromo” para as atividades dos encontros.
- . Coordenar as palestras das profissões escolhidas pelos integrantes no quinto encontro.
- . Após a finalização das palestras, farão uma reflexão com os integrantes, partindo do material e as observações dos comportamentos das dinâmicas. Nessa atividade, deverá ser avaliada a satisfação e o que o processo como um todo trouxe de reflexão para a vida de cada jovem.
- . Apontar *site* com testes de orientação profissional para os integrantes realizarem e, com as respostas, fazer um elo com profissões que poderiam ser escolhidas (somente como sugestão).
- . Ao final, sugere-se dar a cada participante um *kit* conforme descrito no Apêndice E.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos este momento do jovem cursando o Ensino Médio nos espaços escolares como a oportunidade de desenvolver atitudes e habilidades importantes para inserção do indivíduo dessa faixa etária na sociedade e no mercado de trabalho, assumindo a responsabilidade de trilhar caminhos em sua vida. Para essa travessia é importante que haja um entendimento sobre a essência do trabalho e dos trajetos percorridos, bem como as conquistas e as perdas acarretadas nessa transição, observando-se que o pensamento crítico deve ser estimulado para um pensar com suporte de conhecimentos mais amplos.

As mudanças e os ciclos que foram transformando a relação de trabalho fazem parte dos novos processos hoje desenvolvidos. Entendemos que a precarização do trabalho e as novas formas de relação deste com a sociedade passam por desafios pontuais, inseguranças, avanços tecnológicos que permitiram novas formas laborais como *home office*, trabalho remoto, trabalho por aplicativos e outros. Tal relação de trabalho não deve ser ignorada, mas compreendida pelos jovens por meio de diálogos, visando sua emancipação e formação integral para o exercício da cidadania e possibilitando, assim, crescimento individual e coletivo e uma postura crítica capaz de transformar a sociedade e o sistema. Esse diálogo contribui para que o jovem não seja submetido pelo sistema e usado como mão de obra barata, sem visão criteriosa da situação dessa relação laboral.

O jovem, sujeito do nosso estudo, vivencia todas as mazelas e os benefícios dessa história que determina as formas de trabalho e sua evolução. A trajetória e os efeitos se fazem presentes nos contextos da escola por meio da construção de uma identidade, estabelecida pela cultura escolar, a qual envolve a maneira de ser e agir desta instituição e veio se estabelecendo junto com as transformações do mundo do trabalho, visto que educação e trabalho estão sempre caminhando juntos.

As práticas dentro do mundo produtivo se misturam com as vivências de cada um e se tornam base para um diálogo de acordo com a diversidade apresentada no ambiente escolar e com as relações interpessoais vividas e experimentadas com alunos, corpo docente, família e comunidade. Esses são os alicerces seguros para as trocas de conhecimentos. A Educação, por meio de seus métodos de ensino, tem suas práticas desenvolvidas nas trocas de conhecimentos acerca do meio onde se vive, e pode levar à constatação de que a evolução da vida social exige ações individuais e coletivas.

O mundo do jovem é cercado de incertezas, pelas mudanças próprias dessa idade, culminando em decisões baseadas em um pensamento individual, com influência de seus

apoiadores. Dar suporte ao que o jovem pensa, ao que ele vive, a suas escolhas e às necessidades primordiais para sua inserção no trabalho deve ser responsabilidade das instituições que compõem o mundo e o meio social desse indivíduo, sempre tomando como referência os princípios da Constituição Federal e a legislação relacionada à Educação e ao jovem.

As formações ofertadas pela Educação e por instituições da sociedade contribuem de forma efetiva com as informações e atitudes que o jovem necessita para tomada de decisão, mas a proposta de formação com foco no preparo para o mundo do trabalho definido na legislação é viável e pontual. Somente com o apoio das instituições responsáveis – aqui relacionamos para este momento a escola, seus educadores e a troca de vivências com as adversidades e os elementos presentes na cultura escolar – podem auxiliar em tal decisão. Esse processo de formação para a vida e para os projetos pessoais, juntamente com família e demais profissionais, pode ser menos conflitante e pautado no conhecimento crítico, facilitando a luta pelos direitos e acesso às Políticas Públicas direcionadas a esse contexto.

Outros fatores responsáveis pela inserção do jovem são as legislações ditas protetivas, elencadas no bojo desta pesquisa. A intenção é proteger jovens e crianças inseridos em atividades laborais como mão de obra “escrava” e ou mantenedora da condição de troca. Para que essa condição precária de trabalho não ocorra, é preciso monitoramento e fiscalização por parte dos órgãos competentes, garantindo o direito dos referidos cidadãos à proteção.

Em suas práticas, a escola desenvolve formas de munir os alunos dessas garantias definidas pela legislação em vigor e deve buscar dialogar com seus alunos, trazendo informações sobre tais leis e elencando os direitos baseados nessa garantia constitucional e legal. A questão que se coloca, neste momento, é de considerar que na escola não existe um diálogo sobre a temática de direitos pertinentes aos jovens, nem sobre as políticas voltadas para eles, como valorização e inserção. Tais políticas variam de acordo com cada país. No Brasil, conforme apresentado em diversas seções desta pesquisa, há leis desenvolvidas para garantir benefícios ao jovem, ao chegar o momento de sua entrada no mundo do trabalho.

E, sendo a Educação a base para a formação do indivíduo para a vida e o trabalho, na fase escolar ele deve ser orientado e apoiado dentro das suas necessidades por profissionais e pessoas com conhecimento e senso crítico. Esse suporte contribuirá para o seguimento de sua vida após o término da Educação Básica, com propostas para desenvolver caminhos para a Educação Técnica, formação no Ensino Superior e outras possibilidades. Mas, para que tenha êxito em suas opções, é importante que haja apoio dentro dos espaços escolares, com as

vivências manifestadas por colegas, professores e demais pessoas pertencentes a esse contexto.

Dentro deste papel, no que diz respeito à Educação, é preciso que as ações visem a formação do jovem, com impacto na construção da sociedade e dos resultados que contribuirão para sua vida financeira e emocional, com sustentabilidade. É importante que tais propostas sejam repensadas, com a organização da escola, seus professores e suas práticas pedagógicas e todos os elementos constituintes deste espaço como agente motivador, de tal forma que a instituição escolar envolva o mundo do trabalho no processo de formação integral. É interessante lembrar que os desafios internos de ofertar uma educação de qualidade são pontuados na proposta de formação e capacitação continuada dos docentes, em mudanças e ou alterações no processo organizacional da escola, numa melhor remuneração dos profissionais, na motivação para a participação da família dentro da dinâmica escolar, bem como na abertura das portas para a comunidade e as empresas.

As práticas de atividades nas empresas e seus recursos humanos têm experiências que contribuem para o conhecimento do mundo do trabalho em sua multiplicidade de vivências, de organização, de relacionamentos, comprometimento e autoconhecimento. Assim, essa parceria, sempre supervisionada pelos profissionais da educação, pode trazer à escola uma riqueza de conteúdos para a formação do jovem, visto que na empresa há os profissionais que podem oferecer informações para contribuir no desenvolvimento e no autoconhecimento dos jovens, bem como apresentar práticas de resoluções de problemas, com foco nas atividades do mercado atual.

O processo educativo deve ofertar possibilidades de crescimento e dialogar na busca de garantir a base para a formação do jovem dentro do Ensino Médio, período de conclusão da Educação Básica. O que se espera dessa formação é que o estudante compreenda de modo amplo o contexto em que vive e tenha suporte intelectual para estabelecer uma integração com o mundo do trabalho, vislumbrando que, com essas premissas e com as vivências individuais, ele poderá ter suporte em seu currículo para as atividades do mercado de trabalho, para sua libertação e para o protagonismo que, conseqüentemente, economicamente trará recursos para a construção de uma família – se assim for seu desejo – e para a concretização de seus projetos de vida.

É preciso pensar a Educação enquanto alicerce para a formação do jovem do Ensino Médio para a vida e o trabalho, com a compreensão do mundo e dos conteúdos disciplinares integrados aos assuntos do universo do trabalho. Tais práticas, vivenciadas no coletivo da escola, direcionam o jovem para lugares confortáveis, com grandes possibilidades em seus

projetos de vida, de estabilidade, inclusive financeira, com posturas e condutas que permitirão a busca da autonomia para seguir seu caminho, formar-se tecnicamente, seguir para o Ensino Superior ou ser um músico, um profissional das Artes, sabendo resolver problemas do cotidiano, numa perspectiva de formação humana e integral.

A escola, aliada à família, tem informação, conhecimento intelectual e científico para dialogar em seu espaço com os jovens sobre relações de trabalho, legislações desenvolvidas para eles, protetivas e de acesso, conforme Seção 5, além de explorar aspectos cognitivos das habilidades socioemocionais e comportamentais do indivíduo, como recursos latentes a serem trabalhados. Por isso propomos uma intervenção para este momento, dentro dos espaços escolares, com suporte dos profissionais da educação dos jovens e fomentada por conhecimento e informações pertinentes a esse universo, de modo a incentivar o surgimento, nos sujeitos desta pesquisa, de uma atitude protagonista que os leve a escolhas as quais promovam neles processos de crescimento e realização em suas trajetórias de vida.

Em uma interconexão entre as competências abordadas na pesquisa, elaboramos uma reflexão com base na legislação, que deve ser um instrumento de inserção do jovem no mercado, mas sempre com proposição para a promoção, sem assistencialismo e precarização, colocando-o como sujeito consciente da realidade das relações de trabalho. Neste contexto, o protagonismo traz uma proposta de ação coletiva – ponto de partida para transformações sociais e formação crítica.

Portanto, considera-se que a pesquisa propõe pensar a trajetória de vida dos jovens, com suporte de formação e conscientização, amparada pelo sistema educacional, o qual pode proporcionar conhecimentos que envolvem o funcionamento da sociedade e suas ofertas de vida. A fim de que os caminhos tenham êxito, propomos intervenção com formação construída com diálogos em ação educativa, de modo a conduzir esses jovens a movimentos de envolvimento consciente na sociedade em que vivem, além de formação e conhecimento das competências sociemocionais para uma vida com dignidade.

REFERÊNCIAS

- ABADE, M. Crítica Política das Políticas de Juventude. *In*: FREITAS, M.; PAPA, F. (Orgs.) **Políticas públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- ALMEIDA, Leandro S. **Transição, adaptação acadêmica e êxito escolar no Ensino Superior**, 2007. Disponível em <https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/7078>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- ALVES, Rubem. **Estórias de quem gosta de ensinar** — o fim dos vestibulares. São Paulo, Ars Poetica, 1995.
- ANTUNES, R. As metamorfoses no mundo do trabalho. *In*: ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** - ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- BAENINGER, R. Demografia da população jovem. *In*: SCHOR, N.; MOTA, M. S. F. T.; BRANCO, V. C. (Org.). **Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento**. Brasília (DF): Ministério da Saúde, Secretaria de Política de Saúde. Área de Saúde do adolescente e do Jovem, 1999.
- BARRETO, Maria Auxiliadora; AIELLO-VAISBERG, Tania. Escolha profissional e dramática do viver adolescente. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, 2007.
- BARROSO, João. **Cultura, Cultura Escolar, Cultura da Escola**. 2013. UNESP – Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65262>. Acesso em: 06 out. 2020.
- BAUDELLOT, C. & ESTABLET, R. **L'École capitaliste en France**. Paris: Librairie François Maspero, 1971.
- BERNARDIM, M. L.; SILVA, M. R. Juventude, Escola e Trabalho: sentidos da educação profissional integrada ao Ensino Médio. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 1, jan./mar. 2016.
- BOCK, Silvio Duarte. **Orientação profissional: a abordagem sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2014.
- BORDIEU, Pierre. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-Lei nº 5.442, de 01.mai.1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452compilado.htm. Acesso em: 11 maio 2020.
- BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição: República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1934. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 18 jul. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição: República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Revogado pelo Decreto 5.5154, de 23 de julho de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de jul. 2004. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 09 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de jul. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 09 jun 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005**. Revogado pelo Decreto 9.579, de 2018. Diário Oficial da União, Brasília, 02 de dezembro de 2005. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm. Acesso em: 22 jul. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010**. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de jul. 2010. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de dez. 1961. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 08 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de jul. 1990. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.
https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17618_7700.pdf. Acesso em: 28 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Diário Oficial da União, Brasília, 19 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm. Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm. Acesso em: 26 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 8 mar. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13257.htm. Acesso em: 03 ago. 2020.

BRASIL. MEC. Conselho Nacional de Educação. **Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio aos dispositivos da Lei nº 11.741/2008**. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10221-consultaeaudenciapublicas-dcn-2012&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01 fev. 2021.

BRASIL. MEC. Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, 21 de dezembro de 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 22 ago. 2020.

BRASIL. MEC. **Novo Ensino Médio**. Portal Educação. Ministério da Saúde, 2017. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#:~:t>. Acesso em 24 fev. 2021.

BRASIL. INEP. Censo da Educação|INEP (2000, 2005 e 2010). Base de dados do INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>. Acesso em: 18 out. 2020.

CAMPELLO, Ana Margarida. Dualidade Educacional. *In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Fiocruz, 2009, *online*. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/duaedu.html>. Acesso em: 27 jan. 2021.

CANDAU, Vera Maria. **Reinventar a Escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Sociedade, Educação e Cultura(s): questões e propostas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CAROLINO, Eduardo. História da Educação desde a colonização. 2015. **Ribeirão das Neves.net**. Disponível em: <http://ribeiraodasneves.net/colunas/135-eduardo-carolino-/4799-historia-da-educacao-desde-a-colonizacao>. Acesso em 06 out. 2020.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 5. edição. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTRO, J. A.; AQUINO, L. (org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2005.

CASTRO, Jane Margareth. Educação geral e formação profissional na ótica das competências. In: REGATTIERI, M.; CASTRO, M. (Orgs.). **Ensino Médio e Educação Profissional**: desafios da integração. Brasília: Unesco, 2010.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COLAUTO, Romualdo D.; BEUREN, Ilse M. Proposta para avaliação da gestão do conhecimento em entidade filantrópica: o caso de uma organização hospitalar. **Revista de Administração Contemporânea [on-line]**, v. 7, n. 4, 2003.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil. In: **Texto para Discussão** n. 1950, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121649/1/797106340.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Protagonismo Juvenil - Adolescência, Educação e Participação Democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

DELORS, J. Educação, um tesouro a descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. São Paulo: Cortez, 1999.

DEMO, Pedro. **Professor do Futuro e Reconstrução do Conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DUARTE, Newton. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

ESTADÃO. **Educação do futuro será personalizada e híbrida**. (online). 2014. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,educacao-do-futuro-sera-personalizada-e-hibrida-imp-,1575897>. Acesso em: 27 jan. 2021.

FAGIANI, Cílon César. **Brasil e Portugal: Qual a formação do jovem trabalhador para o século XXI?**. 1ª edição. Uberlândia-MG: Editora Navegando, 2019.

FAGIANI, Cílon César. **Educação e trabalho**: a formação do jovem trabalhador no Brasil e em Portugal a partir da década de 1990. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 210 p. 2016.

FAGIANI, Cilson César; PREVITALI, Fabiane Santana. A nova configuração da classe trabalhadora no século XXI: qualificação e precarização. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 3, 2014.

FAGUNDES, Augusta Isabel Junqueira. **LDB – Dez anos em ação**. 2009. Disponível em: <http://www.ipae.com.br/ldb/augustafagundes.doc>. Acesso em: 20 set. 2020.

FERREIRA JR., Amarilio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos Cedes**, v. 28, n. 76, 2008.

FOLHA DE S.PAULO. Cotidiano. **Manifestações levam 1 milhão de pessoas às ruas em todo país**. 20 jun. 2013. Disponível em:

<https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298755-manifestacoes-levam-1-milhao-de-pessoas-as-ruas-em-todo-pais.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2021.

FORMIGLI, V. L. A.; COSTA, M. C. O.; PORTO, L. A. Evaluation of a comprehensive adolescent healthcare service. **Cadernos de Saúde Pública**, 16, 2000.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Tradução: Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREITAS, Ione Campos. Função social da escola e formação do cidadão. **Democracia na Escola**. 2011. Disponível em: <http://democracianaescola.blogspot.com.br/2011/10/cabe-escola-formar-cidadaos-criticos.html>. Acesso em: 14 ago. 2020.

GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. Fora Collor. **Infoescola**, s. d. (2006-2021). Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/fora-collor/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. Cengage: Learning Editores, 2003.

IMBERNÓN, F. As comunidades de aprendizagem e o novo papel do professor. **Centro de Referências em Educação Integral**. 2017. Disponível em:

<https://educacaointegral.org.br/reportagens/as-comunidades-de-aprendizagem-e-o-novo-papel-do-professor/>. Acesso em: 20 set. 2020.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências humanas**. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOBATO, I. M.; CARVALHO, D. V. Família e escola de tempo integral: um diálogo necessário na formação do sujeito. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S. l.], v. 8, n. 4, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6660>. Acesso em: 18 set. 2020.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas de Currículo. **Currículo sem fronteiras**, v. 6, n. 2, 2006.

LOPES, Leonardo. A orientação profissional para jovens com déficit cognitivo: um relato de experiência. **Boletim de Psicologia** v.56 n.125. São Paulo dez. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432006000200005. Acesso em: 18 dez. 2020.

MANDELLI, Maria Teresa; SOARES, Dulce Helena Penna; LISBOA, Marilu Diez. Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 63, 2011.

MANFREDI, Silvia Maria et al. Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas. **Educação e Sociedade**, v. 19, n. 64, 1998.

MANNHEIM, K. **Diagnose unserer Zeit. Gedankeneines Soziologen**. Frankfurt/M.: Büchergilde Gutenberg, 1952.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MELO, Raimunda Alves. Família e escola, responsabilidades compartilhadas na garantia de uma educação de qualidade. **Plataforma do Letramento**. 2020. Disponível em: <http://www.plataformadoletramento.org.br/em-revista-coluna-detalhe/1163/familia-e-escola-responsabilidades-compartilhadas-na-garantia-de-uma-educacao-de-qualidade.html>. Acesso em: 24 mar. 2020.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Reforma Capanema. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/reforma-capanema/>. Acesso em: 23 jan. 2021.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento Interpessoal**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

MOURA, CÁSSIA E. de. **Gestão de Estoques**. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2004.

MÜLLER, M. **Orientação Vocacional: Contribuições clínicas e educacionais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

NOVO, Benigno Núñez. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação: Comentários**. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/direito/leis-diretrizes-bases-educacao-comentarios.htm>. Acesso em: 06 out. 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**. São Paulo: Campinas, v. 25, n. 89, set./dez. 2004.

OMS/OPS. **La salud del adolescente y el joven em las Américas**, D.C., 1985.

OTRANTO, Celia Regina; PAMPLONA, Ronaldo Mendes. Educação Profissional do Brasil Império à Reforma Capanema: dicotomia na educação e na sociedade brasileira. *In: V Congresso Brasileiro de História da Educação*. 2008.

PAIS, José Machado. A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. 3, 2009.

PARRAT-DAYAN, Silvia; TRIPHON, Anastásia. (Org.). **Jean Piaget – Sobre a Pedagogia – textos inéditos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1988.

PEREIRA, Lucila Conceição. Cultura escolar. **Infoescola**. S. d. (2006-2021). Disponível em: <https://www.infoescola.com/educacao/cultura-escolar/>. Acesso em: 20 set. 2020.

PERRUSI, Artur. Vocação, identidade e individualismo. **Revista Política e Trabalho**. João Pessoa, Paraíba. Números 27-30. (2009). Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/32231/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Enderson%20Luiz%20Diolindo%20Carvalho.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

PETTERS, L. C. F. **Trajetórias e expectativas de jovens universitários**: um estudo sobre os processos identitários dos jovens do curso de Pedagogia na rela o educa o, trabalho e a es coletivas. Disserta o de Mestrado. UNIVALI, 2008.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O acesso   educa o superior no Brasil. **Educa o & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, Especial out. 2004.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. *In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org). Juventude e sociedade: trabalho, cultura e participa o*. São Paulo: Editora Funda o Perseu Abramo, 2004.

PROJETO RONDON. Disponível em: <https://projektorondon.defesa.gov.br/portal/index/pagina/id/343/area/C/module/default>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SANTOS, Edlamar Oliveira dos. **Políticas de forma o continuada para os professores da Educa o Básica**. 2011. Disponível em: https://gestaoeducacaoespecial.ufes.br/sites/gestaoeducacaoespecial.ufes.br/files/field/anexo/npae_2011.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

SARRIERA, J. C., CÂMARA, S. G. & BERLIM, C. S. Elabora o, desenvolvimento e avalia o de um Programa de Inser o Ocupacional para Jovens Desempregados. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2000, 13(1).

SAVIANI, Dermeval. **Educa o e questões da atualidade**. Livros do Tatu, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 38. ed. Campinas: Autores Associados, 1984.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. (1944). 11 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano: novas aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2019. (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 12 n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 18 maio 2020.

SERRA, E. Adolescência: perspectiva evolutiva. Em **Anais do VII Congresso INFAD**, 1997, Oviedo (Espanha).

SIFUENTES, T. R., DESSEN, M. A., OLIVEIRA, M. C. S. L. Desenvolvimento humano: desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 23, 2007.

SILVA, Andreza Bispo da; COSTA, Antonia Valdelucia. Políticas e Programas Públicos que Oportunizam a Inserção do Jovem no Mercado de Trabalho. **Id on Line – Revista Multidisciplinar e de Psicologia**. v.13, n. 43, 2019.

SILVA, Marcos Antonio da Conceição. Influência da cultura na educação. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 10, Vol. 11. Outubro de 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/cultura-na-educacao>. Acesso em: 18 out. 2020.

SILVA, Maria da Graça Moreira da. Prefácio. In: CARVALHO, Ester. **Implantação de inovações curriculares na escola: a perspectiva da gestão**. São Paulo: Editora CLA Cultural, 2019.

SILVA, Miguel Gameiro. A escola cidadã. **A Página da Educação**. N.º 171, Ano 16, outubro 2007. Disponível em: <https://www.apagina.pt/?aba=7&cat=171&doc=12629&mid=2>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO. **Manual da aprendizagem profissional: o que é preciso saber para contratar o aprendiz**. Brasília: SINAIT, 2019.

SOUSA e SILVA, J. **Por que uns e não outros?** Caminhada de jovens pobres para a universidade. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 9.ed. São Paulo: Vozes, 2008.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TEIXEIRA, A. S. **Educação e o mundo moderno**. São Paulo: Nacional, 1977.

TESTE VOCACIONAL. **Cria ação em marketing**. Disponível em:
<https://www.carlosmartins.com.br/testevocacional.htm>. Acesso em: 29 mar. 2021.

TESTE VOCACIONAL. **Educa Mais Brasil**. Disponível em:
<https://www.educamaisbrasil.com.br/teste/vocacional>. Acesso em: 29 mar. 2021.

TESTE VOCACIONAL ONLINE GRÁTIS. **PraValer**. Disponível em:
<https://www.pravaler.com.br/testes/teste-vocacional-online-gratis/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

THOALDO, D. L. P. B. **O uso da tecnologia em sala de aula**. Trabalho de Monografia apresentado na pós-graduação em Gestão Pedagógica da Universidade Tuiuti do Paraná, 2010.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Gente, 1996.

TONET, Ivo; LESSA, Sérgio. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIECELI, Cristina Pereira. Gênero, mercado de trabalho e juventude: como o coronavírus encontra as(os) jovens no País? 2020. **Democracia e Mundo do Trabalho em Debate**. Disponível em: <http://www.dmtemdebate.com.br/genero-mercado-de-trabalho-e-juventude-como-o-coronavirus-encontra-asos-jovens-no-pais/>. Acesso em: 26 set. 2020.

VILARINHO, Sabrina. Curriculum Vitae. **Brasil Escola**. Disponível em:
<https://brasilescola.uol.com.br/redacao/curriculum-vitae.htm>. Acesso em: 20 set. 2020.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento na Idade Escolar. *In*: LURIA, A. R. e outros. **Psicologia e Pedagogia**. Lisboa: Estampa, 1977.

VYGOTSKY, L. S. Psicologia Infantil. **Obras Escogidas IV**. Madrid: Visor, 1996.

ZINET, C. Qual o legado da ditadura civil-militar na Educação Básica brasileira? **Centro de Referências em Educação Integral**, 2016. Disponível em
<https://educacaointegral.org.br/reportagens/ditadura-legou-educacao-precarizada-privatizada-anti-democratica/>. Acesso em: 06 ago. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ATIVIDADES SOBRE COISAS QUE GOSTO DE FAZER

DINÂMICA: TÉCNICA “GOSTO E FAÇO”

Objetivos

- Levantar as atividades que cada um gosta de executar.
- Discutir os sentimentos relacionados com essas atividades.
- Auxiliar a discriminar os diferentes vínculos que estabelecemos com as diversas atividades.
- Levar o jovem a se conhecer melhor por meio de uma conscientização do seu cotidiano.

Fazer um quadro das atividades que realiza em seu cotidiano:

GOSTO E FAÇO	GOSTO E NÃO FAÇO
NÃO GOSTO E FAÇO	NÃO GOSTO E NÃO FAÇO

Comentários

Geralmente o jovem gosta de realizar esta atividade, pois é um momento em que pode parar para pensar em si mesmo, por meio das coisas que realiza no seu dia a dia.

É importante que o coordenador do grupo realize a tarefa consigo mesmo antes de aplicá-la no jovem e possa discuti-la com algum colega de trabalho.

Outro aspecto importante a ser analisado é em qual dos quadrantes se concentra o maior número de atividades: se for no quadrante “não gosto e faço”, é bom pensar melhor no assunto: por que fazemos tantas coisas de que não gostamos? Como podemos mudar essa situação? Ou, se for no quadrante “gosto e não faço”, ver o que está acontecendo e avaliar o que está impedindo o participante do projeto de realizar coisas de que gosta.

APÊNDICE B

CARÓDROMO

Caródromo**Avaliação para o final de cada atividade**

APÊNDICE C**DINÂMICA: “COMPLETE A FRASE”**

Este material o ajudará a conhecer-se melhor, a pensar mais em você mesmo e nas coisas que fazem parte do seu mundo. Por isso é importante que você seja sincero e espontâneo ao realizá-lo. Complete as frases no espaço em branco. Se necessário, use o verso da folha.

1. Eu sempre gostei de
2. Me sinto bem quando
3. Se estudasse
4. Às vezes acho melhor
5. Meus pais gostariam que eu
6. Imagino-me no futuro fazendo
7. No Ensino Médio, sempre
8. Quando criança, eu queria
9. Quando penso em vestibular,
10. Meus professores pensam que eu
11. No mundo em que vivemos, vale mais a pena do que
12. Se não estudasse,
13. Prefiro do que
14. Comecei a pensar no futuro
15. Não consigo me ver fazendo
16. Quando penso na universidade,
17. Minha família
18. Escolher sempre me fez
19. Uma pessoa que admiro muito é por
20. Minha capacidade
21. Meus colegas pensam que eu
22. Estou certo de que
23. Se eu fosse, poderia
24. Sempre quis, mas nunca poderei fazer
25. Quanto ao mercado de trabalho,
26. O mais importante na vida

27. Tenho mais habilidades para do que

28. Quando criança, meus pais queriam

29. Acho que poderei ser feliz se

30. Eu

APÊNDICE D

TEXTO DE RUBEM ALVES PARA REFLEXÃO

O conteúdo é uma resposta do escritor Rubem Alves a uma estudante aflita, que proporciona a seus pais razões para refletirem sobre a definição de um caminho profissional.

Foi extraído do livro “Estórias de quem gosta de ensinar — O fim dos Vestibulares”, editora Ars Poética — São Paulo, 1995, pág. 31.

MUITO CEDO PARA DECIDIR – Rubem Alves

Gandhi se casou menino. Foi casado menino. Foram os adultos que assinaram o contrato. Os dois sequer sabiam direito o que estava acontecendo, ainda não haviam completado 10 anos de idade, estavam interessados em brincar. Ninguém era culpado: todo mundo estava sendo levado de roldão pelas engrenagens dessa máquina chamada sociedade, que tudo ignora sobre a felicidade e vai moendo as pessoas nos seus dentes. Os dois passaram o resto da vida arrastando pesos enormes, cada um causando a infelicidade do outro. Vocês dirão que felizmente esse costume nunca existiu entre nós: obrigar crianças que nada sabem a entrar por caminhos nos quais terão de andar pelo resto da vida é coisa muito cruel e burra. Além disso já existe entre nós remédio para casamento que não dá certo. Antigamente, quando se queria dizer que uma decisão não era grave e podia ser desfeita, dizia-se: “isso não é casamento”. Naquele tempo, casamento era decisão irremediável, para sempre, até que a morte os separe, eterna comunhão de bens — e de males. Mas os tempos mudaram muito e, agora, os casamentos fazem-se e desfazem-se com muita facilidade, e os dois ficam livres para começar tudo de novo.

Pois fiquem vocês sabendo que dentro de poucos dias vai acontecer com nossos adolescentes coisa igual ou pior do que aconteceu com Gandhi e sua mulher. E ninguém se horroriza, ninguém grita, os pais até ajudam, concordam, empurram, fazem pressão. O filho não quer tomar a decisão, refuga, está com medo. O pai e a mãe perdem o sono, pensando que há algo errado com o menino ou a menina, e invocam o auxílio de psicólogos. Está chegando para muitos o momento terrível do vestibular, quando serão obrigados, do mesmo jeito como o foram Gandhi e Casturbai (era esse o nome da menina), a escrever num espaço em branco o nome da profissão que vão ter. Do mesmo jeito não: a situação é muito mais grave. Porque casar e descasar são coisas que se resolvem rápido. Às vezes, antes de se descasar de uma pessoa, já se está com outra. Mas com a profissão não tem jeito. Para casar, basta amar. Mas na profissão, além de amar, tem de saber. E o saber leva tempo para crescer.

A dor que os adolescentes enfrentam agora é que, na verdade, eles não têm condições de saber o que é que eles amam. Mas a máquina os obriga a tomar uma decisão para o resto da vida, mesmo sem saber. Saber que a gente gosta disso e gosta daquilo é fácil. O difícil é saber qual, dentre todas, é aquela de que a gente gosta supremamente. Pois, por causa dela, todas as outras terão de ser abandonadas. A isso que se dá o nome de “vocação”; que vem do latim

vocare, que quer dizer “chamar”. É um chamado que vem de dentro da gente, o sentimento de que existe alguma coisa bela, bonita e verdadeira à qual a gente deseja entregar a vida. Entregar-se a uma profissão é igual a entrar para uma ordem religiosa. Os religiosos, por amor a Deus, fazem votos de castidade, pobreza e obediência. Pois, no momento em que você escrever a palavra fatídica no espaço em branco, você estará fazendo também os seus votos de dedicação total a sua ordem. Cada profissão é uma ordem religiosa, com seus papas, bispos, catecismos, pecados e inquisições.

Se você disser que a decisão não é tão séria assim, que o que está em jogo é só o aprendizado de um ofício para se ganhar a vida e, possivelmente, ficar rico, eu posso até dizer: Tudo bem! Só que fico com dó de você! Pois não existe coisa mais chata que trabalhar só para ganhar dinheiro. É o mesmo que dizer que, no casamento, amar não importa. Que o que importa é se o marido — ou a mulher — é rico. Imagine-se agora nessa situação: você é casado ou casada, não gosta do marido ou da mulher, mas é obrigado a, diariamente, fazer carinho, agradar e fazer amor. Pode existir coisa mais terrível que isso? Pois é a isso que está obrigada uma pessoa casada com uma profissão sem gostar dela. A situação é mais terrível que no casamento, pois no casamento sempre existe o recurso de umas infidelidades marginais. Mas o profissional, pobrezinho, gozará do seu direito de infidelidade com que outra profissão? Não fique muito feliz se o seu filho já tem ideias claras sobre o assunto. Isso não é sinal de superioridade. Significa, apenas, que na mesa dele há um prato só. Se ele só tem nabos cozidos para comer, é claro que a decisão já está feita: comerá nabos cozidos e engordará com eles. A dor e a indecisão vêm quando há muitos pratos sobre a mesa e só se pode escolher um.

Um conselho aos pais e aos adolescentes: não levem muito a sério esse ato de colocar a profissão naquele lugar terrível. Aceitem que é muito cedo para uma decisão tão grave. Considerem que é possível que vocês, daqui a um ou dois anos, mudem de ideia. Eu mudei de ideia várias vezes, o que me fez muito bem. Se for necessário, comecem de novo. Não há pressa. Que diferença faz receber o diploma um ano antes ou um ano depois? Em tudo isso o que causa a maior ansiedade não é nada sério: é aquela sensação boba que domina pais e filhos de que a vida é uma corrida e que é preciso sair correndo na frente para ganhar. Dá uma aflição danada ver os outros começando a corrida, enquanto a gente fica para trás. Mas a vida não é uma corrida em linha reta. Quando se começa a correr na direção errada, quanto mais rápido for o corredor, mais longe ele ficará do ponto de chegada. Assim, Raquel, não se aflija. A vida é uma ciranda com muitos começos. Coloque lá a profissão que você julgar a mais de acordo com o seu coração, sabendo que nada é definitivo. Nem a própria vida.

APÊNDICE E

KIT FINAL PARA O GRUPO

ESTE *KIT* DEVE ACOMPANHAR VOCÊ, SEMPRE.

Ele irá ajudar você a construir a sua trajetória de vida.

Um elástico, lembrando a flexibilidade necessária para motivação e estímulo a novas propostas e desafios. Ele poderá ficar maior ou menor, de acordo com sua capacidade e seu desejo de se motivar, renovando sua energia a cada dia, na busca da satisfação em seus projetos de vida e profissional.

Um clipe, para que você possa juntar as vivências, transformá-las em boas oportunidades nesta nova etapa de vida, em suas escolhas, por meios dos conhecimentos apreendidos, na escola, com amigos, familiares e outros.

Uma borracha. É melhor apagar as histórias que não deram certo – lembrando que elas nos tornam mais maduros para novas experiências. A borracha representa o perdão, um coração aberto ao novo e a possibilidade de se tornar cada vez melhor no que faz.

E mais: mantenha sempre **uma balinha** para adoçar a sua vida e a vida das pessoas que o cercam.

Leve este *kit* para a sua vida, sempre refletindo o quanto ele é fundamental.

Escolha que tipo de dia você terá a cada amanhecer!!!

CORAGEM!

Esta mensagem deve ser colocada em um saquinho plástico com o material citado em negrito.

Entregar no último encontro.